**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA
E CULTURA ITALIANAS**

PAULO SIDNEI DE LIMA

**Aspectos da recepção do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri em
doze acervos da cidade de São Paulo**

(versão corrigida)

SÃO PAULO

2020

**Aspectos da recepção do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri em
doze acervos da cidade de São Paulo**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Casini

SÃO PAULO

2020

SIDNEI LIMA, P. A recepção do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri em doze acervos da cidade de São Paulo. 169f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sidnei Lima, Paulo

S167a Aspectos da recepção do De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri em doze acervos da cidade de São Paulo / Paulo Sidnei Lima; orientador Maria Cecília Casini. - São Paulo, 2020. 169 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Italiana.

1. De Vulgari Eloquentia. 2. Questão da Língua. 3. fortuna crítica. 4. São Paulo. I. Casini, Maria Cecília, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Paulo Sidnei de Lima

Data da defesa: 12/05/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Cecília Casini

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/08/2020

DEDICATÓRIA

*A minha mãe, Iracema (in memoriam), mulher de notável humanidade e inteligência,
que me legou uma primeira e indelével curiosidade acerca das letras.*

*A Daniel B. Custódio, primo muito querido, exemplo de alegria e generosidade, que nos
deixou subitamente, enquanto eu buscava terminar este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu energias, determinação e perspicácia para colocar de pé este estudo.

A meu pai, Cícero, homônimo do grande orador romano e quase tão eloquente quanto ele, quando se pronuncia a favor da ética e do trabalho honesto.

À minha orientadora Maria Cecília Casini, pela paciência e pelas sugestões abalizadas que tanto contribuíram com este trabalho.

À professora Doris Natia e ao professor Luiz Antônio Lindo pelas importantes sugestões oferecidas pela ocasião da banca de qualificação.

Aos funcionários do DLM, em especial à Edite, sempre de prontidão para nos auxiliar.

Aos bibliotecários de todos os acervos que visitei, verdadeiros “homens e mulheres dos livros”, cujo entusiasmo, e mesmo fascínio pelo trabalho que fazem, me fizeram ver muitas possibilidades para esta pesquisa.

A Thaís Helena, pelo criterioso trabalho de revisão dessa dissertação.

A toda a minha família em São Paulo, em Piratininga e em Garça, pelo carinho e atenção compreensiva nos dias de introspecção e envolvimento nos estudos.

EPÍGRAFE

“Há algo melhor e mais significativo do que contar na miséria e necessidade do momento com alguém que vem nos ajudar nas dificuldades: é, no anseio do pensamento que aspira luz e verdade, encontrar alguém que nos ajude a pensar.”

Tobias Barreto, *Questões Vigentes*, 1926, p. 107.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 — Localização dos Acervos Pesquisados.....	75
TABELA 2 — Classificação dos Resultados em Categorias.....	87
TABELA 3 — Os Textos Incluídos no Corpus I de Recepção do DVE.....	93
GRÁFICO 1 — Resultados do Levantamento por Acervo.....	82
GRÁFICO 2 — Tipologia Textual das Menções ao DVE.....	86
GRÁFICO 3 — Classificação dos Textos que Mencionam o DVE.....	88
GRÁFICO 4 — Classificação das Menções ao DVE por Década.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
 CAPÍTULO 1	
<i>De Vulgari Eloquentia</i>: entre a negação, o esquecimento e o prestígio	6
1.1 Um tratado pouco compreendido	6
1.2 O livro do exílio de Dante.....	9
1.3 O <i>De Vulgari Eloquentia</i> e a <i>Questione della Lingua</i> na Itália	18
1.4 A fortuna do <i>De Vulgari Eloquentia</i>	27
1.5 A filologia e a moderna exegese do <i>De Vulgari Eloquentia</i>	32
1.6 A recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> de 1868 até o presente.....	42
 CAPÍTULO 2	
Leituras do <i>De Vulgari Eloquentia</i>	47
2.1 A recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> em latim	47
2.2 A recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> no contexto da imigração italiana em São Paulo.....	59
2.3 O <i>De Vulgari Eloquentia</i> em âmbito crítico e acadêmico.....	65
 CAPÍTULO 3	
Dados da recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> em alguns acervos da cidade de São Paulo	75
3.1 Resultados parciais da pesquisa	75
3.2 Critérios para o levantamento de dados	82
3.3 Classificação dos dados	86
3.4 Uma primeira interpretação dos dados.....	89
3.5 Um primeiro estudo do corpus de Recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i>	92
3.6 O <i>De Vulgari Eloquentia</i> na contemporaneidade.....	101
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
---	------------

6. ANEXOS	120
------------------------	------------

6.1 Anexo I – Autores, categoria e tipologia textual dos trabalhos que mencionam o <i>De Vulgari Eloquentia</i>	120
6.2 Anexo II – O Corpus de Recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> na cidade de São Paulo.....	124
6.3 Anexo III – Recepção do <i>De Vulgari Eloquentia</i> – os textos publicados fora da cidade de São Paulo.	143
6.4 Uma cronologia do <i>De Vulgari Eloquentia</i>	156

RESUMO

O *De Vulgari Eloquentia*, um tratado inacabado que Dante Alighieri (1265 – 1321) escreveu logo após o início do exílio, é uma obra que chegou até nós por meio de uma escassa tradição manuscrita. Dante não publicou esse seu tratado, que provavelmente permaneceu entre os seus manuscritos até a sua morte. Logo após, o texto passa por um longo período de esquecimento, nos séculos XIV e XV. Durante este período as cópias do tratado recebem títulos diferentes daquele escolhido por Dante, numa estratégia que tenta proteger a obra dos ataques que o nome e as posições políticas de seu autor haviam atraído no decorrer dos anos. O reaparecimento do tratado se dará apenas no século XVI, graças a uma tradução italiana de seu texto latino. O texto de Dante é logo envolvido nos acalorados debates da “Questão da Língua” na Itália; e assim permanecerá até o *Ottocento*. A fortuna crítica do *De vulgari eloquentia* é caracterizada por uma exegese complexa. No Brasil, inicialmente ela se dá por meio dos tradutores e comentadores da *Divina Comédia*; mas isso apenas a partir do final do séc. XIX. Na cidade de São Paulo, a circulação da obra foi inicialmente muito limitada, como atestam as poucas referências iniciais a ela. Não obstante, os autores que a divulgaram por meio de estudos publicados em São Paulo estabeleceram relações bem particulares com o tratado dantesco, o que é atestado pelo fato de a fortuna crítica da obra crescer significativamente nas duas primeiras décadas do século XXI.

Palavras-chave: **De Vulgari Eloquentia, Questão da Língua, fortuna crítica, São Paulo**

RIASSUNTO

Il *De vulgari eloquentia*, un trattato incompiuto di Dante Alighieri (1265 - 1321), scritto subito dopo l'inizio dell'esilio, è un'opera che ci è arrivata attraverso una scarsa tradizione manoscritta. Dante non pubblicò questo suo trattato, che probabilmente rimase fra i suoi manoscritti fino alla sua morte. Poi il testo passa per un lungo periodo di oblio, nei secoli XIV e XV. Durante questo periodo le copie del trattato ricevono titoli diversi da quello scelto da Dante, secondo una strategia che tenta di proteggerne l'opera dagli attacchi che il nome e le posizioni politiche del suo autore avevano provocato nel corso degli anni. La riapparizione del trattato avrà luogo solo nel secolo XVI, grazie a una traduzione italiana del testo latino. E viene subito coinvolto negli accessi dibattiti della *Questione della Lingua* in Italia; e così rimarrà fino all'*Ottocento*. La fortuna critica del *De vulgari eloquentia* è caratterizzata da un'esegesi complessa. In Brasile, all'inizio si è data per mezzo di traduttori e commentatori della *Commedia*; ma questo solo a partire dalla fine del secolo XIX. Nella città di San Paolo, la circolazione dell'opera è stata inizialmente molto limitata, come dimostrano i pochi riferimenti ad essa. Nonostante ciò, gli autori che l'hanno divulgata per mezzo di studi pubblicati a San Paolo hanno definito relazioni particolari con il trattato dantesco, testimoniati dal fatto che la fortuna dell'opera cresce significativamente nei due primi decenni del secolo XXI.

Parole-chiave: **De Vulgari Eloquentia, Questione della Lingua, fortuna critica, San Paolo**

ABSTRACT

De Vulgari Eloquentia, an unfinished treatise by Dante Alighieri (1265-1321), written right after the beginning of his exile, is a work which reached us through a scarce manuscript tradition. Dante did not publish his treatise, which probably remained among his manuscripts until his death. After that, the text faces a long period of oblivion, in the 14th and the 15th Centuries. During that period the copies of the treatise receive different titles from those Dante had chosen, according to a strategy which attempts to protect his work from attacks which the name and the author's political positions had attracted along the years. The reappearing of the treatise takes place only in the 16th Century, by means of an Italian translation of its Latin text. And it's immediately involved in the fierce debates of the "Question of Language" in Italy; and in this condition will remain until the 1800's. *De Vulgari Eloquentia*'s critical fortune is characterized by a complex exegesis. In Brazil, initially it takes place by means of translators and commentators of the *Commedia*, but only in the final decades of the 19th Century. In the city of São Paulo, the spread of the work was initially very scarce, as proved by the few references to it. Nevertheless, the authors which broadcast the work by means of their studies published in São Paulo have established peculiar relationships with Dante's treatise, shown by the fact that the work's critical fortune grows expressively in the two first decades of the 21st Century.

Key-words: *De Vulgari Eloquentia*, Question of Language, critical fortune, São Paulo

INTRODUÇÃO

O *De Vulgari Eloquentia* (doravante, DVE) é um tratado inacabado que Dante Alighieri (1265 – 1321)¹ escreveu possivelmente entre 1302 e 1305 ou 1306 no mais tardar, de acordo com Mengaldo (1968). Embora Dante tenha dito no texto do próprio tratado que tinha intenção de escrevê-lo em quatro livros, chegaram até nós apenas dois deles, pois Dante completou o primeiro e interrompeu o seu trabalho no capítulo XIV do segundo livro.

No primeiro dos dois livros Dante nos apresenta uma definição de língua vulgar, estabelece a condição desta língua em relação a seu contraponto, a gramática, ou seja, a língua latina, e avança em uma aprofundada investigação do fenômeno da fala no gênero humano, o único a receber, segundo o poeta, o dom da palavra. O Alighieri procura investigar as causas da fragmentação e da mutabilidade da língua humana e, numa comparação que abrange toda a Península Itálica, parte em busca do “vulgar ilustre”, segundo a definição do poeta (DVE 1 xvi 6), mostrando que este não prescinde dos valores de estabilidade e da tradição sobre a qual se assenta a gramática (o latim).

No segundo livro, Dante discute o uso do vulgar ilustre para a composição em uma forma literária recuperada dos provençais pela *Scuola Siciliana*, a *canzone*, a qual, segundo o autor, é a mais adequada para a composição em estilo elevado, bem como que poetas que já haviam apresentado um grau de excelência que fazia jus a este vulgar. Neste segundo livro do DVE, o poeta destaca que somente pelo uso de muito discernimento, ou discrição, pode o seu leitor separar com acerto os termos adequados para a composição em vulgar ilustre, e deixa claro que o leitor a quem ele instrui no uso deste vulgar é um homem ilustre e seletor, familiarizado com o uso da língua para fins elevados (DVE 2 vii 3).

A inspiração para a escrita do DVE provém de ensaios retóricos em latim, provençal e italiano. Os principais textos clássicos que serviram de base para Dante

¹ Dante Alighieri, além de poeta, foi um ativo defensor da República de Florença. Ele encampou esta defesa nas armas — participou da Batalha de Campaldino, em 1289 —, na política, como prior de sua cidade, um dos cargos mais elevados que poderia ocupar, e nas letras, como se pode verificar em suas cartas, em que vez após vez tenta dissuadir os líderes da República Florentina da prática de injustiças. Dante se destacou inicialmente como expoente do *dolce stil nuovo*, com a escrita de *Vita Nuova*. Logo após o seu exílio, em 1302, teria começado a escrever *O Convívio*, o DVE e várias das *canzoni* em que se destaca como um cantor da retidão e da justiça. Atinge o ápice de sua carreira literária com a escrita da *Divina Comédia*. Nos anos posteriores, escreve também um tratado político, o *De Monarchia* e um tratado filosófico, o *Quaestio de Acqua et Terra*, sendo estes dois últimos escritos em latim. Além das *canzoni* em língua vulgar, reunidas sob o título de *Le Rime*, escreveu poesia em latim, reunida sob o título de *Egloghe*.

foram a *Ars Poetica* de Horácio², o quarto livro de *Rhetorica ad Herennium*, obra que atingiu grande sucesso na Idade Média, quando era atribuída a Cícero³, e o *De Inventione* (o qual o seu mestre e mentor intelectual, Brunetto Latini⁴, traduziu para o francês), de autoria do orador romano. Foram também fortes influências para Dante o quinto livro do *De Nuptiis Mercurii et Philologiae*, de Marciano Capella⁵, bem como o primeiro e o segundo livro das *Etymologiae* de Isidoro⁶ (EWERT, 1940, p. 357; BOYDE, 1979, p. 79).

Nos dias de Dante Alighieri, os escritores mais ilustres, além de escreverem em latim, que era a língua consagrada para a escrita de temas elevados, haviam empreendido com êxito a escrita e a tradução de muitas obras em língua vulgar. Isso, não apenas no vulgar falado na Península Itálica, mas também em provençal e em francês, haja vista a tradução do *De Inventione*. Esse aumento da produção escrita em língua vulgar pode ter motivado Dante a escrever o DVE, tanto com o objetivo de defender o uso da língua vulgar para temas elevados como para produzir uma primeira e fundamental poética da composição em vulgar, mais especificamente, no “vulgar ilustre” que Dante busca estabelecer no DVE.

As tentativas de enquadrar o DVE estritamente como estudo da língua falada, ou tachá-lo como estudo meramente estilístico da língua, retórica, ou simplesmente poética nos moldes da tradição clássica produziram dificuldades de recepção que limitaram e mesmo impediram uma compreensão mais ampla do tratado, conforme se pode notar a partir das observações de dantistas conceituados.

² Quinto Horácio Flaco (65 a.C. – 8 a.C.), filósofo e poeta lírico e satírico, um dos maiores poetas da Roma Antiga. A sua *Ars Poetica* era muito prestigiada na Idade Média, sendo uma das influências na formação de Dante Alighieri.

³ Marco Túlio Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), advogado, político, escritor e orador romano. Apenas algumas obras dele chegaram ao conhecimento de Dante, que o chama de Túlio em numerosas menções que faz ao orador romano em *O Convívio*.

⁴ Brunetto Latini (c. 1220 – 1294 ou 1295), notário, escritor, poeta, político e chanceler da República de Florença. Mestre e mentor intelectual de Dante Alighieri. Autor de *O Tesoretto*, poema escrito em vulgar florentino e de *Li Livres dou Tresor*, escrito em língua d’oïl e primeiro exemplo de enciclopédia em vulgar da Idade Média.

⁵ Marciano Mineu Félix Capella (375 – 425), escritor de língua latina da Antiguidade Tardia e um dos primeiros a desenvolver o sistema das sete artes liberais que constituíram a base do conhecimento e ensino no início da Idade Média.

⁶ Isidoro de Sevilha (560 – 636), arcebispo de Sevilha por mais de três décadas; considerado o último acadêmico do mundo antigo. Sua fama póstuma baseou-se nas *Etymologiae*, uma enciclopédia que juntou muitos fragmentos de livros antigos, que estariam completamente perdidos, não fosse o esforço de compilação de Isidoro.

No Brasil, pode-se dizer que o tratado, até o momento, tem recebido alguma atenção, embora sua recepção pareça ser ainda incipiente, com espaço para estudos mais aprofundados.

O objetivo inicial deste projeto era o de pesquisar a recepção do DVE no Brasil, uma vez que alguns dados iniciais mapeados via internet mostravam trabalhos sobre o tratado em vários estados, como Ricci (Rio de Janeiro, 1921), Leão (Belo Horizonte, 1972), Tresoldi & Bordini (Porto Alegre, 2011), Daros (Tubarão, 2015) e Vivai (São Paulo, 2009). No entanto, como não dispúnhamos de tempo e recursos para visitar acervos físicos fora do estado de São Paulo, definimos um novo recorte de pesquisas com foco somente em acervos da capital paulista.

Os resultados acerca da recepção do DVE mais antigos que encontramos documentados em acervos de São Paulo remetem à segunda metade do séc. XIX, mais especificamente à década de 1880. Assim, nosso levantamento abrange materiais publicados de 1886 a 2019 encontrados em 12 acervos da cidade de São Paulo.

Antes desse período, não temos também notícia da circulação de nenhuma edição latina do tratado em acervos da cidade, sendo que os estudiosos que o mencionaram não citam qual texto latino ou quais traduções utilizaram para o seu estudo. O tratado também não aparece, neste período, ao lado dos textos latinos que eram lidos e traduzidos aqui e tudo indica que ele somente chegou a estes acervos juntamente com a *Divina Comédia*, com a sua difusão no Brasil e as primeiras traduções que foram feitas da principal obra do Alighieri.

Monsenhor Pinto de Campos⁷, de quem falaremos mais adiante em nosso estudo, em suas peregrinações pela Itália, onde conversava com dantólogos e garimpava avidamente materiais para uma exegese acurada da *Divina Comédia* que pudesse orientar a sua tradução, nos dá pistas de como o DVE chegou ao conhecimento dele e de outros tradutores no Brasil.

O texto é mencionado primeiramente pelo Monsenhor, depois por um outro tradutor da *Divina Comédia*, José Pedro Xavier Pinheiro⁸, e por um renomado crítico

⁷ Padre Joaquim Pinto de Campos (1819 – 1887). Orador, publicista, professor e político. Deputado do Império. Publicou a sua tradução da *Divina Comédia (Inferno)* em 1886 em Lisboa. No Prólogo da tradução apresenta um elaborado estudo da biografia e da obra de Dante Alighieri.

⁸ José Pedro Xavier Pinheiro (1822 – 1882), teatrólogo, poeta, romancista, historiador, tradutor e jornalista. A sua tradução da *Divina Comédia* só foi publicada após a sua morte, por seu filho, J. A. Xavier Pinheiro, em 1888 (*Inferno*), com uma nova publicação em 1907 (*Inferno, Purgatório e Paraíso*), ambas no Rio de Janeiro.

literário do período, Araripe Júnior⁹, mas em todos os casos, em conexão com seus comentários aos cantos da *Divina Comédia*. De certa forma, eles seguiam a máxima preconizada pelo dantista italiano Giambattista Giuliani¹⁰, segundo o qual Dante seria “*l’alfa e l’omega di se stesso*”, de forma que este trabalho interpretativo deveria ter por essência o moto “*Dante spiegato con Dante*”.

Desse modo, o presente trabalho se preocupou em investigar até certo ponto a fortuna dos estudos dos latinistas tradutores do século XIX. Estes foram homens de erudição que se empenharam na tradução de textos da Antiguidade Clássica no Brasil, contribuindo para a divulgação dos textos e do pensamento de autores como Homero e Virgílio, por exemplo, e pavimentando o caminho para a recepção da obra de Dante no País. Consideramos também um gênero específico de crítica literária que muitas vezes tem acompanhado o trabalho desses autores, o comentário, que busca fazer o estudo crítico da obra traduzida, por meio de uma interpretação mais aprofundada do texto da mesma. Este gênero de escrita costumava acompanhar as traduções da *Divina Comédia*, bem como dos grandes clássicos da Antiguidade, pelo que apuramos em nossos levantamentos, embora nem sempre tenha recebido tanta atenção.

O primeiro comentário específico do texto do DVE de que temos notícia é de 1921, com o trabalho intitulado *De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Contribuição crítica para sua interpretação*, uma tese apresentada por Gian Pietro Ricci para a cadeira de Língua Italiana do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o que mostra que o interesse num aprofundamento da interpretação do DVE já estava bem ativo no Brasil na década de 1920.

A partir da década de 1930, com o estabelecimento das instituições acadêmicas no país, é renovada a preocupação com o legado clássico, o que inclui o estudo dos autores da Antiguidade greco-romana, da Idade Média e do Renascimento. Evidentemente, esse legado inclui a obra de Dante Alighieri, que continua a receber novas traduções nos anos que se seguem, inicialmente da *Divina Comédia*, e em seguida

⁹ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848 – 1911), advogado, crítico literário e escritor. Um de seus principais trabalhos é a *Obra crítica de Araripe Júnior*, em cinco volumes, organizada por Afrânio Coutinho.

¹⁰ Padre Jacopo Giuliani, mais conhecido pelo seu nome secular, Giambattista Giuliani (1818 – 1884), filólogo, linguista e estudioso da literatura italiana. É considerado um dos principais dantistas do século XIX. Uma de suas obras mais destacadas é o *Metodo di commentare la Commedia di Dante Alighieri*, depois reescrito com o título *Dante spiegato con Dante. Metodo di commentare la Divina Commedia*, em 1881.

do tratado *De Monarchia*, da *Vita Nuova*, e também do DVE, que tem a sua primeira tradução brasileira publicada em São Paulo pelo Padre Vicente Pedroso em 1958.

Chama a atenção no período, por um lado, a falta de uma edição crítica do DVE, sendo que, por outro, todo um esforço de estudo e interpretação do pensamento de Dante Alighieri parece se renovar em São Paulo nos últimos anos, com artigos, estudos, traduções e comentários estruturados com base em análises consistentes que levam em conta uma interpretação aprofundada do pensamento dantesco em sua elaboração.

Nos últimos 20 anos, numerosos trabalhos acadêmicos têm se voltado para o estudo, o comentário e mesmo a atividade de tradução e interpretação das obras de Dante. Essas contribuições se encontram principalmente em periódicos especializados produzidos pelos departamentos de língua, literatura e cultura italianas das universidades brasileiras, mais notadamente, da USP, como a *Revista de Italianística*, *Beatrice* e *Serafino* e são frutos do trabalho dos grupos de pesquisa como o grupo “A Tradição Literária Italiana”, todos empenhados na divulgação de estudos e realização de palestras e eventos que têm promovido em São Paulo o conhecimento dos textos e das ideias de Dante Alighieri. Não podemos deixar de mencionar também as importantes contribuições do Instituto Italiano de Cultura e do Colégio Dante Alighieri para a promoção do conhecimento da obra e do pensamento de Dante no Brasil.

CAPÍTULO 1

De Vulgari Eloquentia: entre a negação, o esquecimento e o prestígio

1.1 Um tratado pouco compreendido

O DVE é um tratado inacabado escrito por Dante Alighieri em latim nos anos iniciais de seu exílio por motivos políticos (entre 1302 e 1305, segundo postulado por estudos como o de Mengaldo, 1968) e que permaneceu quase ignorado por muitos anos. Isso pode ter se dado, em parte, pelo fato de Dante não tê-lo publicado. O autógrafo do tratado (hoje perdido) provavelmente permaneceu entre os escritos do poeta até o final de sua vida (1321), e depois disso, era do conhecimento de poucos. Não há notícia de publicação de seu texto nos séculos XIV e XV, e apenas três cópias do tratado sobreviveram a este período.

O fato de ser um texto inacabado chamou a atenção dos que tomaram conhecimento dos seus manuscritos. Giovanni Boccaccio¹¹, em seu *Trattatello in laude di Dante*, afirma que do DVE — embora o seu autor tivesse em mente fazer quatro livros — restavam apenas dois livros. Giovanni Villani¹², em seu *Nuova Cronica*, comenta que no DVE se promete fazer quatro livros, mas apenas dois livros são encontrados. Eles estão entre os poucos que parecem ter tido contato com o texto no período. Os estudiosos têm buscado entender as razões pelas quais Dante deixou o texto inacabado, e para tal têm elaborado várias hipóteses, que vão desde um aparente cansaço em avançar no tema do tratado, que teria exigido do poeta mais pesquisas (Marigo, 1948, p. xv – xix), até o empenho que a composição de sua obra mais conhecida, a *Divina Comédia*, estaria demandando (Pagliaro, 1985, p. 125).

O tratado, no entanto, ficou conhecido como uma apologia do vulgar ilustre, isto porque Dante fala, já na abertura de seu texto, da existência de uma “língua vulgar” — ou “*volgare*” como ele o chama em *O Convívio*, uma obra que teria sido escrita paralelamente ao DVE — que aprendemos sem o estudo de regras, em contraposição a uma outra, a *gramatica*, da qual poucas pessoas alcançam o domínio. Dessas duas línguas, a mais nobre seria a “língua vulgar” (DVE 1, i, 5). O termo “vulgar” não é, no

¹¹ Giovanni Boccaccio (1313 – 1375) poeta e comentarista especializado na obra de Dante Alighieri. Autor do *Decameron*, *Amorosa visione* e *De claris mulieribus*. A Boccaccio é atribuída a mudança do título da *Commedia* para *La Divina Commedia*, que passou à posteridade.

¹² Giovanni Villani (c. 1276 – 1348), banqueiro, diplomata e cronista italiano florentino, a quem é atribuída a *Nuova Cronica* acerca da história da cidade de Florença.

texto de Dante, carregado do sentido pejorativo que assumiu modernamente, mas antes, da ideia de algo “relativo ao *vulgus*, à multidão, ao povo” (Vivai, 2009, p. 29,30). A expressão “língua vulgar” é vertida como “vernáculo” por alguns tradutores da obra em português (Tresoldi, 2011b), ao passo que a “*gramatica*” aparece no texto de Dante no sentido de latim, a língua para a busca da erudição e o estudo nos tempos do poeta (Vivai, 2009, p. 27).

A afirmação de que a língua vulgar é mais nobre do que a latina, que se encontra já no primeiro capítulo do DVE, é considerada ousada para os tempos de Dante. Naquela época, embora vários autores usassem a língua vulgar para compor, sejam os vulgares da Península Itálica, seja o provençal, ou o francês, ninguém havia até então defendido em um tratado que o vulgar seria mais nobre que o latim. Muito pelo contrário, o latim era tido como superior, como a língua para uso nobre por excelência. O fato de Dante ter redigido a sua apologia em latim também chama a atenção de muitos na contemporaneidade, mas a escrita de documentos do gênero nessa língua era comum na época, pois em geral eles representavam um espaço reservado a discussões filosóficas, teológicas e temas elevados em geral, o que demandava um bom conhecimento linguístico e uma boa formação de seus leitores.

O tratado também se tornou célebre pelo apanhado linguístico que Dante empreende no Livro 1, um verdadeiro mapeamento das línguas faladas na Europa e da variedade da língua na Itália. O poeta identifica na Península 14 variedades linguísticas que ele passa em revista em busca do vulgar “iluste, cardinal, áulico e curial” (DVE 1 xvi 6). Neste exame, Dante conclui que nenhuma dessas variedades linguísticas, ou vulgares, corresponde ao vulgar ilustre, e apresenta fortes invectivas contra o vulgar de sua própria cidade, Florença, bem como contra as línguas faladas em várias outras cidades italianas (DVE 1 xi 2; 1 xiii 3).

As recriminações de Dante contra a busca de hegemonia cultural e linguística pelos florentinos foram aproveitadas por Gian Giorgio Trissino¹³, que fez o “relançamento” do tratado a partir de sua tradução do texto latino que circulou em versão manuscrita até sua publicação, em 1529. De posse do Códice Trivulziano, um

¹³ Gian Giorgio Trissino (1478 – 1550), humanista, filósofo, poeta, linguista e gramático italiano. Foi também tragediógrafo, especialista em arte militar e aficionado de arquitetura. Exerceu o cargo de diplomata para o papado. Foi amigo e mentor de Andrea Palladio. Sua tragédia *Sophonisba* (1515) garantiu a ele um lugar na história da literatura européia, sendo considerada a primeira obra do gênero nos tempos modernos. Tornou-se, porém, mais conhecido talvez pela sua tradução do DVE para o italiano (1529), a primeira que o tratado recebeu, e pelo seu envolvimento na *Questione della Lingua*.

dos três manuscritos conhecidos do tratado, ele faz uma tradução do DVE, a qual é apresentada ao grupo de estudiosos denominado *Orti Orticellari*, que se reunia numa propriedade próxima a Florença, e do qual fazia parte Maquiavel¹⁴. Na ocasião em que o tratado foi apresentado o grupo estava de posse do texto latino do Livro I das *Décadas* de Tito Lívio¹⁵ (*Ab Urbe Condita libri*, depois intitulado *A História de Roma*) e utilizava o livro para debater a política de Roma na Antiguidade Clássica. Com a sua tradução do DVE, Trissino traz para o centro dos debates a questão da língua e utiliza o tratado para defender o seu ponto de vista na disputa, ou seja, o do grupo intitulado “cortesãos”. O tratado é associado, assim, à *Questione della Lingua* na Itália, e permanecerá ligado ao debate até o séc. XIX.

Ainda segundo Boccaccio, em seu *Trattatello in laude di Dante*, o DVE é o tratado no qual Dante procura instruir a quem o quisesse na composição poética. De fato, no Livro 2 do tratado temos, aparentemente, somadas às reflexões linguísticas, outras sobre a arte da composição em língua vulgar e seu uso para os mais nobres dos temas. Em meio às primeiras considerações do Livro 2, Dante aponta que o vulgar ilustre pode ser empregado tanto para a prosa quanto para a poesia, mas a poesia será discutida primeiro, uma vez que seria superior e serviria de modelo à prosa. Dante estabelece ali quem pode fazer uso do vulgar ilustre e que argumentos são dignos deste vulgar, as formas métricas a serem empregadas nas composições que o utilizam e a forma poética mais adequada a essa métrica e composição, a *canzone*. Em seguida, o poeta comenta a linguagem empregada na *canzone* de acordo com o tema abordado. Finalmente, temos uma discussão da forma como a rima deve ser utilizada na *canzone* e da estratégia retórica por trás da maneira como os argumentos são organizados, quando o livro é interrompido, no meio do décimo quarto capítulo.

¹⁴ Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), filósofo, historiador, poeta e músico florentino. Conhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna. Entrou para a política aos 29 anos no cargo de secretário na Segunda Chancelaria da República de Florença. Com a queda do governo de Soderini, para o qual atuou como diplomata, e com o retorno dos Médici ao poder em Florença, Maquiavel passou a viver em uma situação de ostracismo, após um episódio que envolveu sua prisão, sob acusação de ter conspirado contra o novo governo. Confinado a uma propriedade próxima a Florença, ele escreveu *O Príncipe* (1513) e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1512 – 1517). Deste período seria também, ao que tudo indica, o *Dialogo o discorso intorno alla nostra lingua* (1524 ou 1525), obra em que se trata da posição de prestígio do vulgar florentino e das posições de Dante Alighieri no DVE.

¹⁵ Tito Lívio (c. 59 a. C. – 17 d. C.), filósofo e escritor, preceptor do jovem Cláudio, futuro imperador de Roma, prestigiado por Augusto e contemporâneo de Virgílio, Horácio e Ovídio. Manteve-se, no entanto, isolado da política e do círculo de literatos de seu período, expressando, dessa forma, opiniões independentes. Suas obras filosóficas não chegaram até nós, e ele se tornou mais conhecido pela obra *Ab Urbe Condita libri*, em 142 livros, dos quais chegaram até nós apenas 35. Nela ele relata a história de Roma. Influências dessa obra podem ser vistas em Maquiavel, Tocqueville e Montesquieu.

Já no século XIX, mais precisamente em 1868, Alessandro Manzoni¹⁶, em sua *Lettera intorno al libro 'De Vulgari Eloquio'*¹⁷ comenta que o DVE “teve uma fortuna não rara em seu gênero, [...] a de ser citado por muitos, e de não ser lido por quase ninguém, embora livro de dimensões bem reduzidas, e embora importante, não somente pela altíssima fama de seu autor [...]” (trad. de Cosimo B. S. Vivai). Assim, nota-se pela colocação de Manzoni nessa carta que até os seus dias a obra continuava pouco conhecida, e, mais adiante na mesma carta, que a sua associação à *Questione della Língua* havia limitado significativamente as possibilidades de interpretação do tratado. É de Manzoni o célebre — embora tendencioso — arbítrio que dissocia o DVE da *Questione della Língua*: “com referência à questão da língua Italiana, aquele livro está fora dos entendimentos, porque nele não se trata de língua italiana nem um pouco [...] por Vulgar Ilustre, Dante não entendeu uma língua [...] quer falar, então, da linguagem da poesia, aliás, de um gênero particular de poesia” (trad. Cosimo B. S. Vivai).

Assim, dentre estas e outras possibilidades de interpretação, de tempos em tempos são renovados os esforços de se buscar entender o que exatamente Dante Alighieri buscou demonstrar com esse tratado, esforços estes que aparecem nos registros documentados da recepção do DVE e em sua fortuna crítica, das quais o nosso estudo procurou fazer um levantamento.

1.2 O livro do exílio de Dante

Dante Alighieri foi uma personalidade de múltipla atuação em sua vida, tendo recebido, de acordo com os historiadores e os cronistas, reconhecimento em áreas diversas como a teologia, a filosofia — além das letras — e, inclusive, na política. O poeta exerceu o cargo de prior da República de Florença, e é assim que aparece

¹⁶ Alessandro Manzoni (1785 – 1873), escritor, poeta e senador do Reino da Itália. Sua principal obra foi *I promessi sposi*.

¹⁷ Note-se que até o tempo de Manzoni costumava-se usar para o DVE o título *De vulgari eloquio*, abreviatura de *De vulgari eloquio sive idiomate*, um título que não havia sido atribuído por Dante. Mas, já na edição latina de Bertalot (1917) temos *Dantis Alagherii De vulgari eloquentia*, que se alinha mais com o tema proposto por Dante antes de o tratado ter sido escrito, em *O Convívio* 1 v 9, um tratado “*di Volgare Eloquenza*”. A este uso alinha-se também Monsenhor Pinto de Campos (1886), ao denominar o tratado “*Volgare Eloquenza*”. Observe-se também como tanto Boccaccio quanto Villani já faziam uso do “*De Vulgari Eloquentia*”, no séc. XIV, o que parece a transposição latina de “*Volgare Eloquenza*”. Em todo caso, nos manuscritos do DVE, ao contrário de outras obras de Dante, não se sabe que título constava originalmente. Sabe-se que eles circularam com títulos anepígrafos, ou seja, apostos posteriormente (pelo copista ou pelo curador do manuscrito) conforme comenta Vivai, 2009, p 11.

retratado nas representações pouco posteriores a seus dias, com o traje civil do priorado, geralmente ao lado dos livros, e com a coroa de louros, esta última símbolo dos homens ilustres. O seu mandato, no entanto, foi marcado por decisões difíceis, uma vez que o momento político da República era muito complicado.

A atuação política de Dante Alighieri entre os guelfos¹⁸ brancos somada aos conflitos armados entre os guelfos e os gibelinos nos arredores de Florença, que já davam sinais de acirramento desde o ano de 1289, quando ocorreu a batalha de Campaldino, constituíram fatores que precipitaram os eventos funestos de 1302, os quais resultaram em seu exílio permanente de Florença.

Nos primeiros meses de 1300 ficou claro que o Papa Bonifácio VIII¹⁹ apoiava os guelfos negros. Após um embate nesse mesmo ano entre líderes dos guelfos brancos e guelfos negros, o nome de Dante Alighieri é mencionado em um ato que prevê a prisão de alguns chefes dos dois partidos políticos, e cita o prior como um líder anti-bonifaciano. Tendo sido convencido da necessidade de integrar uma embaixada para pleitear a paz para Florença, Dante partiu da cidade provavelmente em outubro de 1301 entre os enviados ao Pontífice, e então viu-se condenado à revelia e banido já em janeiro de 1302, depois que os guelfos negros tomam o poder na cidade (INGLESE 1998, p. 27).²⁰

A concretização da pena do exílio imposta a Dante e todas as mudanças de perspectiva que esta situação implicou para o poeta aparecem no DVE na forma de instâncias diversificadas de assimilação, de ressignificação e mesmo de resposta aos eventos que se seguiram.

¹⁸ Segundo a tradição, o nome “guelfo” vem da dinastia Welf, da qual nasceu a casa real de Brunswick. Já o nome “gibelino” vem de Weiblingen, nome de um castelo na Francônia pertencente ao Imperador Conrado (1024 – 1039), progenitor, por linha feminina, dos imperadores suábios. Com a ascensão ao trono de Conrado III de Suábia, em 1138, o duque Henrique da Bavária, um Welf, rebelou-se, dando origem a um grande conflito entre as duas casas. Na Batalha de Weinsberg, em 1140, Henrique foi derrotado pelo Imperador Conrado. Consta que foi essa a ocasião em que os nomes Welf e Weiblingen teriam sido usados pela primeira vez como gritos de guerra.

¹⁹ Benedetto Gaetani (c. 1235 – 1303), eleito Papa Bonifácio VIII (1294 a 1303), tornou-se mais conhecido pela publicação da bula *Unam Sanctam* em sua disputa com o rei Felipe IV da França e por seus conflitos com Dante Alighieri. Consta que Felipe IV tramou a sua destituição do pontificado, e que o legista do rei, Nogaret, providenciou os meios de eliminá-lo na prisão. Dante o retrata no *Inferno* (Canto XIX), passagem em que o poeta o censura duramente pelo pecado da simonia.

²⁰ Mais detalhes sobre as circunstâncias que resultaram neste revés podem ser encontrados na biografia de Dante escrita por Mazzotta, G. *Life of Dante*, e em Najemy, J.N., *Dante and Florence IN: The Cambridge Companion to Dante* editado por JACOFF, R. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

De acordo com Marianne Shapiro em seu *De Vulgari Eloquentia: Dante's book of exile* (1990, p. 2):

“ele é acusado de corrupção, tráfico de influência e resistência ao Papa Bonifácio VIII e seus aliados, os guelfos negros, que haviam retornado a Florença. Julgado e condenado à revelia, Dante foi condenado a dois anos de exílio, multado, e excluído permanentemente de exercer qualquer atividade pública. Uma segunda condenação veio em março do mesmo ano: como resultado de sua persistente recusa em comparecer à corte e aceitar a primeira sentença, ele foi condenado então, juntamente com 14 outros ex-funcionários dos guelfos brancos, a ser queimado em praça pública se caísse nas mãos da República Florentina”²¹(SHAPIRO, 1990, p. 2, tradução nossa)

Assim, Dante vê-se impedido de retornar a sua casa, ter contato com sua família, e sequer pode ter acesso a seus escritos. Com o fracasso das negociações conduzidas por Nicolò da Prato²² até 1304 e o malogro das sucessivas tentativas de invadir Florença com um exército que buscava restituir a cidade ao seu estado original, o poeta se vê punido pelo ‘exílio injusto’ e irreversível que o torna um mendicante e um forasteiro em todos os lugares. Isso em si clamava pela busca de instâncias superiores de justiça que pudessem julgar a sua causa e reverter a condenação.

Shapiro (1990) defende que este evento, mencionado em DVE 1 vi 3, é a chave de interpretação do trabalho de Dante, abrangendo a questão da perda da língua da graça no episódio da torre de Babel, o que reforça a condição dos homens de exilados do Éden, até a concepção de uma língua ilustre que substituiria a língua latina, embora repousasse sobre a mesma tradição de estabilidade. Comentando a motivação ciceroniana por trás do sonho de Dante de uma única língua italiana que fosse “ilustre, pivotal, curial e áulica” (*De Vulgari Eloquentia*, I xvi 6)²³, Shapiro demarca uma ideia que em muitos círculos intelectuais no Brasil é definida como “República das Letras”:

²¹ *He was charged with various offenses, including barratry or graft, extortion and resistance to Pope Boniface VIII and his Black Ghelph allies, who had just returned to Florence. Tried and convicted in absentia, Dante was sentenced to two years of exile, fined, and permanently excluded from public office. A second condemnation is recorded for March of the same year: as a result of his persistent refusal to appear in court and accept the first sentence, he was condemned now, along with fourteen other former White Ghelph officials, to be burned to death, shall he ever fall into the hands of the Florentine commune.*

²² Niccolò da Prato, ou Niccolò Albertini (1250 – 1321), cardeal italiano que recebeu a missão de conciliar o rei Felipe IV da França e Eduardo I da Inglaterra, sendo bem sucedido. Em 1304, ocupava a missão de legado do Papa Bento XI em Florença e na Lombardia. Participou dos conclaves de 1304-1305 para a eleição do Papa Clemente V e de 1314-1316, para eleição do Papa João XXII.

²³ A tradução dos quatro termos que Dante utiliza para caracterizar o vulgar de uso nobre em DVE I xvi 6 varia nas diversas traduções do DVE que consultamos. Nesta citação, adotamos a terminologia utilizada pela autora.

“[...] Este é o corolário verbal ou linguístico da concepção dantesca de império, a mais ampla extensão possível da *civitas*, cuja solidariedade repousaria não mais em bases mercantis ou mesmo teológicas, mas num desejo comum de compreensão mútua e paz. Em tal reino o exílio de uma cidade para a outra seria insignificante, pois o reino do vulgar ilustre abarcaria todo o agregado de cidades italianas com as suas terras circundantes” (SHAPIRO, 1990, p. 8, tradução nossa)²⁴.

Outra pista que aponta para este corolário linguístico e pleno de potencial político é a exaltação da corte de Frederico II²⁵, nos termos da leitura política (e não apenas a cultural) que Dante faz acerca da atuação do Imperador.

Segundo Fenzi, este é “um outro elemento extremamente importante que caracteriza o *De vulgari eloquentia*”, isto é, “a plena, incondicional exaltação de Frederico II e de seu filho Manfredo em 1 I xii e, no geral, a dimensão imperial que permeia a obra”. Fenzi destaca que esta exaltação em si clama por atenção em vista das perspectivas políticas extremamente instáveis no caminho de Dante, especialmente na primeira fase de seu exílio (1302 – 1304). Para Fenzi, “trata-se de algo clamoroso”, porque uma exaltação similar comportaria uma mudança radical de perspectivas políticas, que não parece ser compatível com a primeira fase do exílio, quando tudo parecia incerto e aberto a soluções diversas, e não sendo também compatível com a fase das tratativas conduzidas por Niccolò da Prato (FENZI, 2012, p. xxi).

Em 1304, uma carta enviada a da Prato²⁶ mostra que Dante maturava uma convicção de que a guerra civil ainda em curso para reverter a situação política de Florença não poderia mais remediar por si mesma as rupturas que já haviam ocorrido, e que o princípio da paz e da justiça não se poderia afirmar a partir do conflito, mas que

²⁴ *It is the verbal or linguistic corollary to Dante's concept of empire, the widest possible extension of the city, whose solidarity would repose no longer on mercantile or even on theological grounds but on a common desire for mutual understanding and for peace. In such a realm, exile from city to city would be meaningless, for the realm of illustrious vernacular would embrace the aggregate of great Italian cities with all their outlying lands.*

²⁵ Frederico II Hohenstaufen do Sacro Império Romano-Germânico (1194 – 1250). Em 1220, entre árduas negociações, o Papa Inocêncio III decidiu pela sua coroação como Sacro Imperador Romano, e fez com que Frederico assumisse, entre outros compromissos, socorrer o Império Latino de Constantinopla e embarcar em uma cruzada rumo à Terra Santa. É o criador da *Scuola Siciliana*, e um dos seus principais escritores. É mencionado juntamente com seu filho Manfredo de forma bastante prestigiosa em DVE I xii 4.

²⁶ A carta foi escrita em latim e traduzida para o italiano por A. Frugoni. Citamos um trecho dela: “*E per quale altra meta precipitammo nella guerra civile? E che altro miravano nostre bianche insegne? E per quale altro scopo rosseggiavano le spade e le lance nostre se non per ottenere che coloro che avevano spezzato i diritti civili con dissennata determinazione, sottomettessero il collo al giogo delle sante leggi e fossero costretti alla pace della patria? Anzi, la freccia legittima della nostra intenzione lasciandosi dal nervo che tendevano, chiedeva soltanto la pace e la libertà del popolo fiorentino; chiede e chiederà in futuro.*”

reclamaria a garantia de uma autoridade superior. Este parece ser também o momento em que Dante se separa dos esforços que buscavam a retomada de Florença. De fato, pouco tempo depois, tendo recebido a notícia da derrota de seus ex-companheiros de empenho, o poeta deixa a Toscana e passa para o norte, numa peregrinação que o levará até Verona (INGLESE, 1998, p. 28).

Assim, o DVE, especialmente em seus capítulos iniciais, seria o escrito que marca um período de difícil recomeço para Dante nos primeiros e mais difíceis anos do exílio, antes do “mecenatismo” de Cangrande della Scala²⁷, acostado também à obra *O Convívio* e à *canzone Tre donne intorno al cor mi son venute* (TRESOLDI, 2011a, p. vii).

Fenzi vê ainda na alusão de Dante a Frederico II e seu filho em DVE 1 xii 4 algo que poderia estar relacionado com a sua permanência no Vêneto. O autor avalia que a breve série de autores latinos que Dante declara ‘visitar’ em DVE 2 vi 7 com *amica sollicitudo* — a saber, Lívio, Plínio e Frontino — nos leva à Biblioteca Capitolare de Verona. Outro fruto de tal experiência vêneta teria sido a canção “*Doglia mi reca ne lo core ardire*”, certamente composta até o final do tratado, uma vez que é citada em 2 ii 8 como texto que atribui a seu autor o papel exemplar de *cantor rectitudinis*. A fortíssima invectiva contra a avareza dos grandes senhores, insensíveis à miséria que oprime aos justos no exílio (FENZI, 2012, p. xxi).

Levamos em conta em relação à problematização de Shapiro 1990 e Fenzi 2012 as considerações de Mallette (2005), que abordaremos em detalhe mais a frente, e que apontam como escopo de tal exaltação de Frederico II o ato de assinalar um modelo linguístico e cultural para a corte do vulgar ilustre. Mallette contribui com informações que evidenciam como o corolário cultural do vulgar ilustre é politicamente representativo em face da configuração política da Itália nos tempos de Dante, do próprio significado da atuação do poeta e de seu legado para a posteridade.

Fenzi prossegue ainda raciocinando que a condição pessoal de exilado juntamente com a qualidade de *cantor rectitudinis* seriam dois dos elementos fundantes da imagem que o autor dá de si, no momento mesmo em que ele coloca o seu discurso em uma dimensão imperial, seja no sentido próprio evocado pela exaltação de Frederico II e Manfredo, seja na sua imediata e polêmica condição de ‘não-municipal’. Estes três

²⁷ Cangrande Francesco della Scala, Cangrande della Scala, ou simplesmente Cangrande I (1291 – 1329), comandante italiano, senhor de Verona de 1308 a 1311 junto a seu irmão Alboino, e, depois disso, sozinho, até a sua morte. Chefe dos gibelinos no norte da Itália, foi amigo e protetor de Dante Alighieri, a quem acolheu em seu exílio.

elementos, frisa o autor, o exílio, ser um *cantor rectitudinis*, a dimensão supra-municipal, e, ao menos em tendência, imperial, aparecem perfeitamente congruentes entre si e, em sua articulação, capazes de cristalizar em torno de si uma inteira constelação de valores. Seria então precisamente o Dante exilado que poderia reivindicar tanto o ter nascido florentino e o amor pela sua cidade quanto, contextualmente, o ser “cidadão do mundo”, um mundo que lhe pertenceria porque constituiria o próprio horizonte de sua experiência e de sua cultura (FENZI, 2012, p. xxii; vide também DVE 1 vi 3).

Neste período de expectativas incertas, Dante perde toda a sua referência da República Florentina, mesmo suas referências brunetianas que animavam as canções doutriniais. As circunstâncias se impuseram ao poeta de forma muito abrupta. Mesmo a amplitude da visão que Dante demonstra no DVE, à luz da lucidez que o faz voltar-se para a *Scuola Siciliana* e seu Imperador e a importância histórica do modelo nele personalizado são fatos consubstanciais ao seu exílio.

Fenzi avalia que o salto político de Dante comporta “uma certa dose de coragem cruel”, porque a exaltação de Frederico II, que encontra paralelo em *O Convívio*, onde ele é definido como “último imperador dos romanos” inverte de maneira clamorosa a imagem do Imperador como Satanás e Anticristo veiculada pela virulenta propaganda papal e guelfa em geral, o que de fato colocaria Dante em vias da condenação sem apelo da Igreja secularizada e corrupta (FENZI, 2012, p. xxiv; vide também *O Convívio*, 4 i).

Esse posicionamento já é uma ressonância política da defesa que o poeta faz em *De Monarchia*, de 1314, em que ele defende a não intromissão do papado na vida política das cidades italianas, que deveriam obedecer ao poder de um único imperador, governando desde Roma.

Assim, o DVE seria o livro do exílio de Dante porque foi composto no momento em que Dante vê esta condenação assumir sua forma irreversível²⁸. Esta percepção é refletida também em *O Convívio*:

“Quem me dera, tão somente tivesse aprazido ao Criador do Universo que a causa de minhas excusas aqui não tivessem jamais existido. Porque então

²⁸ Em DVE 1, xi, 3, em sua digressão “*nos autem, cui mundus est patria velut piscibus equor, quanquam Sarnum biberimus ante dentes et Florentiam adeo diligamus ut, quia dileximus, exilium patiamur iniuste...*”, Dante utiliza a forma passiva do verbo *pateo* (*patiamur*), um verbo depoente em latim, que tem o seu pretérito perfeito formado na passiva. Essa forma do pretérito perfeito aplica-se a fatos que já atingiram a sua consumação, que podem ser dados como acabados, o que parece apontar para uma atitude de aceitação de que o exílio era consumado e irreversível, um revés ao qual Dante teria que se adaptar.

ninguém teria agido injustamente comigo, nem teria eu sofrido a pena injusta do exílio e da pobreza. Uma vez que assim agradou aos cidadãos da bela e celebrada filha de Roma, Florença, me expelir de seu doce seio [...] eu tenho vagado por quase todos os lugares em que nossa língua é falada, como um mendigo apresentando os ferimentos do destino, que são frequentemente imputados à vítima” (ALIGHIERI, 2019, p. 355).

Assim, a tese de Marianne Shapiro, em suma, repousa sobre uma releitura dantesca do exílio adâmico e da posterior perda da “língua da graça”, conforme a conexão que Dante traça entre esses eventos dentro da exegese bíblica escolástica em sua aprofundada digressão no DVE 1 vi – ix, como uma alegoria ampliada de seu próprio percurso de vida, agora como êxule em toda parte da Itália:

“Tanto o *Convívio* quanto do *De Vulgari Eloquentia* pertencem fundamentalmente a uma perspectiva pela qual o exílio de Dante se transforma em uma metáfora-guia. Emoldurada no *topos* da queda do homem e do fim da língua edênica, a atividade compensatória que cada obra advoga assume a forma de transcendência pela língua. As muralhas da cidade podiam simbolizar uma expansão econômica não garantida e uma mudança social não desejada, mas também uma vontade honrosa das pessoas, o atributo típico de uma verdadeira *civitas*. Assim, o exílio calamitoso pode ter contido em si um elemento voluntário. A décima segunda carta de Dante reativa o tópico à luz de precedentes nobres, Ovídio e Sêneca, com os termos dos quais ele recusa a anistia oferecida²⁹: ‘Não posso eu levantar meus olhos para as esferas luminosas do sol e das estrelas onde quer que esteja? Não poderei eu contemplar em qualquer lugar sob o céu todas dentre as mais doces verdades?’” (SHAPIRO, 1990, p. 4 - 5, tradução nossa)³⁰.

Pode-se comentar ainda que essa “trascendência pela língua” vai além do estudo do uso efetivo da língua, objetivando, mais adiante, a língua como potencialidade, na eloquência desse vulgar, como Dante menciona em DVE 1 xvii 4 ao destacar o poder do vulgar ilustre de “mudar os corações humanos, fazendo querer a quem não quer e desquerer a quem quer.”

²⁹ Trata-se da anistia oferecida anos mais tarde ao poeta pela República de Florença, em 1315, que Dante declinou por recusar-se a submeter-se às condições impostas pelos seus inimigos, ainda no governo da República, para que fosse reintegrado à cidade.

³⁰ *Both Convivio and De Vulgari Eloquentia belong fundamentally to a perspective through which Dante's exile grows into a guiding metaphor. Framed in the topos of the Fall of man and the end of Edenic language, the compensatory activity each work advocates takes the form of transcendence through language. City walls would symbolize unwarranted economic expansion and undesirable social change but also the honored will of people, the typical attribute of a true civitas. Still, the calamitous exile might have a voluntary component. Dante's twelfth letter reactivates the topic in the light of noble precedents, Ovid and Seneca, with whose help he refuses the terms of a purported amnesty: "May I not look upon the luminous spheres of the sun and stars wherever I may be? Shall I not contemplate wheresoever under the sky all the sweetest truths?"*

Mas não podemos negar “a atividade compensatória que cada obra advoga”, nas palavras de Shapiro, e certamente não apenas em relação a essas duas obras, como praticamente a tudo o que Dante produz a partir do momento em que sua perspectiva muda radicalmente com o exílio. O seu *ethos* de exilado o acompanha inseparavelmente, inclusive na radical distopia presente na viagem que o tira do meio do caminho corriqueiro de sua vida, e o leva para a jornada de sofrimento, mas também de esperança, de redenção e de ressurreição na *Divina Comédia*.

Assim, Fenzi (2012, p. xxii, xxiii) avalia que Firenze afastou Dante de si e o fez um exule que, apesar de tudo, sempre amaria a sua cidade. Mas não fez dele um sem-pátria. Ao contrário, abriu-lhe as portas da verdadeira pátria, se é que devemos julgar por estas instâncias de compensação que Dante põe em operação no plano sentimental e existencial. Estas se tornariam a razão de afirmações difíceis de compreender de outra forma, como a que está na canção ‘*Tre donne*’, 76: ‘*l’essilio m’è dato onor mi tegno*’, ou em outra, no discurso da canção, a respeito do *De Vulgari Eloquentia*, ainda que elaborada bem mais tarde, ‘*Amor, da che convien*’, no qual Dante chega a dizer ‘*se anche Firenze mi richiamasse a sè, io non riuscirei più a tornare*’ (FENZI, 2012, p. xxii, xxiii).

A busca obsedante pelo vulgar ilustre leva o poeta a uma questão levantada já na Roma clássica por Cícero, em sua defesa da causa de um poeta grego que havia se tornado cidadão de Roma, mas cuja cidadania alguém pretendia impugnar.³¹ Cícero, ao defender que aquele era o tipo de cidadão que toda cidade honrada teria que lutar para ter porque os poetas como ele pertenciam a uma cidadania superior. Ele ilustra o argumento com a contenda entre as cidades gregas pela honra de serem consideradas a cidade de Homero:

“Colófona diz que Homero é seu cidadão; Quios reclama-o como seu; Salamina exige-o; Esmirna, por seu turno, assegura que ele lhe pertence e até um santuário lhe dedicou na cidadela. Além disso, lutam entre si e porfiam por ele muitíssimas outras cidades.

Assim, pois, desejam elas um estranho até depois da morte, só porque foi poeta; e nós temos de repudiar um vivo, que é nosso por sua vontade e pelas leis [...]” (CÍCERO, 1974, p. 190-191).³²

³¹ Trata-se do *Pro Arquias* (*Pro A. Licinio Archia poeta oratio*), de Cícero, um discurso que Dante provavelmente não tenha conhecido.

³² Curiosamente, a história se repete no caso de Dante hoje, com a infindável disputa entre Florença e Ravena pelos restos mortais de Dante, pela honra de abrigar o seu túmulo, e, especialmente, pela honra de chamá-lo de seu cidadão.

O Dante exilado encontra-se numa posição privilegiada para avaliar qual é a verdadeira cidadania dos poetas, e essa percepção também vem pelo vulgar ilustre, conforme ele avalia em DVE 1 xvii:

“E além disto [que] haja um poder que o eleve, vê-se claramente. Afinal, qual poder seria maior do que a possibilidade de mudar os corações humanos, fazendo querer a quem não quer e desquerer a quem quer, como fez e faz este vernáculo? e por fim sublime pela honra que concede, é incontestável. Não é verdade como seus ministros vençam na fama qualquer rei, marquês, conde ou senhor? Não há necessidade alguma em demonstrá-lo. E nós mesmos podemos testemunhar o quanto glorifique seus amigos, pois a doçura desta glória nos faz esquecer o exílio. É portanto com todos os méritos que merece ser declarado ‘ilustre’” (ALIGHIERI, 2011, p. 23).

Essa cidadania dos poetas, reservada somente aos homens ilustres, seria realmente “sublime pela honra que concede”, ao fazer de seus membros parte de uma corte especial, cuja fama vence a dos nobres e perdura pelos séculos. Eduardo Bizarri assim descreveu a condição de Dante como cidadão do mundo:

“Contemporâneo e compatriota dos homens de qualquer época e de qualquer país (‘... eu a quem a pátria é o mundo, como aos peixes o mar’... disse o poeta a seu próprio respeito), Dante permanece e destaca-se na história da civilização como o máximo assertor, em voz de poesia, do universal discurso humano, mestre e padrão da dignidade da inteligência, da humildade da pesquisa, da necessidade de diálogo, da intrínseca eticidade de toda atitude humana: apóstolo do amor à liberdade, ao conhecimento, à justiça. E em qualquer época, quem se alimentar da mensagem da *Divina Comédia*, poderá dirigir-se ao Poeta, com as mesmas palavras que Dante-personagem, símbolo de cada um de nós, ao findar a viagem, dirige à luz de Beatriz:

*‘Tu m’hai di servo tratto
in libertate’*”

(BIZARRI, 1965, p. 1)

Torna-se claro que as vicissitudes do exílio, longe de calar a voz de Dante, potencializaram-na, pela ressignificação que o poeta soube dar à sua condição de êxule e pertencente a lugar nenhum, como o homem que pertenceria incondicionalmente a um novo tempo que estava por começar, que teria que ser adotado imprescindivelmente não só pela Itália que estava por surgir como nação, mas por todo o Ocidente. Entretanto, sabemos que a proposta do vulgar ilustre enfrentaria ainda um período no qual não gozaria de prestígio algum, e que toda a obra de Dante Alighieri correu o risco de ser excluída de seu posto dentre as principais obras da literatura italiana ainda no *Trecento*.

Inevitavelmente, a única forma de exilar Dante dessa sua nova e incondicional cidadania adquirida seria retirá-lo de sua posição de prestígio na literatura e poder assim apagar o seu nome da memória cultural das pessoas. Uma possibilidade que os detratores de Dante viram para conseguir tal feito foi justamente os novos critérios linguísticos e estilísticos que os eruditos italianos procuravam estabelecer.

Assim, uma tradução de um texto de Dante Alighieri forma um elo inquebrável entre a sua obra, o seu trabalho intelectual e a maior polêmica cultural que a Itália já viveu. A polêmica foi a *Questione della Língua* e a obra foi o DVE.

1.3 O *De Vulgari Eloquentia* e a *Questione della Lingua* na Itália

A *Questione della Lingua* na Itália tem início com um debate promovido pelo Papa Eugênio IV³³ e do qual participaram Leonardo Bruni³⁴ e o colegiado de secretários apostólicos (F. Biondo³⁵, A. Loschi³⁶, P. Bracciolini³⁷, C. Rustici³⁸ e A. Fiocchi³⁹). O debate teve por base inicialmente questões envolvendo a língua latina, buscando investigar se o povo de Roma tinha uma língua vulgar e se todos eles entendiam a língua literária, o latim clássico. O debate ali ocorrido resultou em vários desdobramentos, inclusive em uma vertente que passou a considerar a oposição língua latina x língua vulgar, e, posteriormente, qual seria o modelo de língua literária a ser praticado na Itália.

³³ Gabriele Condulmer, o Papa Eugênio IV (1383 – 1447), foi pontífice de 1431 até a sua morte.

³⁴ Leonardo Bruni (1370 – 1444), humanista, secretário papal, filósofo, historiador, tradutor e chanceler. Notabilizou-se pela polêmica em torno de sua tradução da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, pelas críticas que fez ao antigo tradutor da obra. Escreveu *Le vite di Dante e del Petrarca*, obra em que transparece a sua admiração por Dante Alighieri. Promoveu a defesa dos escritos das *tre corone fiorentine* – Dante, Petrarca e Boccaccio.

³⁵ Flávio Biondo (1388 – 1463), humanista, historiador, arqueólogo, erudito, enciclopedista, antiquário, filólogo e latinista italiano. Consta que Biondo foi aquele que cunhou o termo “Idade Média”.

³⁶ Antonio Loschi (1368 – 1441), humanista, secretário papal, filósofo e poeta italiano.

³⁷ Poggio di Duccio, ou Poggio Bracciolini (1380 – 1459), um dos mais importantes humanistas do Renascimento italiano. Sua mais destacada contribuição talvez tenha sido o resgate do poema *De Rerum Natura*, de viés epicurista, da autoria de Tito Lucrécio Caro.

³⁸ Cencio Agapito dei Rustici (1390 – 1445), humanista, traduziu do grego obras de Aristides, de Plutarco e de Ésquino.

³⁹ Andrea Domenico Fiocchi (1400 – 1452), humanista e jurisconsulto italiano. Escreveu o *De magistratibus romanorum* (1425).

Mirko Tavoni (1984, p. 4 - 25) analisa os posicionamentos iniciais da questão a partir dos dois primeiros textos resultantes do debate, sendo o primeiro deles a epístola *De verbis romanae locutionis* endereçada por Flávio Biondo a Leonardo Bruni no início de abril de 1435. Tavoni cita a formulação inicial do debate por Biondo:

“Grande é entre os homens doutos de nosso tempo a disputa, sendo que eles frequentemente debatem entre si acerca da língua materna vulgar e indouta do povo de nosso tempo e da gramática, de uso elevado, à qual chamamos latim, e na qual os romanos costumavam se expressar.” (BIONDO *apud* TAVONI, 1984, p. 4, tradução nossa)⁴⁰

A importância da discussão em torno da questão que se inicia com Bruni e Biondo está diretamente relacionada à maneira como os humanistas, dentro de seu enfoque filológico e sua preocupação histórica, buscam direcionar o problema. Para Dante em DVE e muitos outros de seu tempo, o latim não era mais antigo que o vulgar, mas sim uma criação artificial dos homens, confrontados com a variabilidade das línguas no tempo e no espaço resultante da *confusio linguarum* ocorrida em Babel. Impossibilitados de se entenderem e obrigados ao uso de vulgares em contínua mutação, os homens constroem a *gramatica*, o latim, isto é, uma língua de cultura de bases lógicas, não sujeita a oscilações, fixa e eterna. De acordo com Marazzini (1989b, p. 34), essa concepção anti-histórica só foi superada pelos Humanistas, que colocaram em termos “mais corretos a questão”. Assim, Bruni e Biondo debatem, procurando responder à pergunta: o vulgar era ou não filho legítimo da nobre língua latina usada pelos grandes escritores clássicos?

Tavoni (1984, p. 5) comenta que “toda a demonstração de Biondo se volta a absolver a latinidade romana da falsa suspeita de ter sido contaminada com o “*abiectum hoc nostrum vulgare*.” Assim, o tom do debate entre os eruditos naquele momento já mostrava uma preocupação com o lugar ocupado pela língua latina como língua de uso da ciência e o lugar da língua vulgar, considerada abjeta, de uso dos rudes e indoutos. Essa acusação de rudeza e de falta de erudição era aplicada não só à língua vulgar, como aos autores que, como Dante e Boccaccio, haviam escrito nessa língua. Os seus escritos eram considerados inferiores, faltos de ciência e de talento, assim como a

⁴⁰ *Magna est apud doctos aetatis nostrae homines altercatio, et cui saepenumero interfuerim contentio, materno ne et passim rudem indoctamque multitudinem aetate nostra vulgare idiomate, an grammaticae artis usu, quod latinum appellamus, instituto loquendi more Romani orare fuerint soliti.*

própria época a que pertenceram, época a que também o próprio Leonardo Bruni critica, quando compara os tempos deles com os tempos de então, que começavam a ser dominados pelos humanistas e pela hegemonia do latim⁴¹.

Conforme registra Baron (1961, p. 39), a polêmica sustentada pelos trecentistas em torno do estilo e da língua foi representada no *Dialogi ad Paulum Petrum Histrum*, de Leonardo Bruni, um texto que é considerado como a certidão de nascimento do Humanismo, e no qual, além de enfrentar as atitudes de muitos intelectuais do *Trecento*, Bruni promove uma defesa de Dante. Esta defesa também está presente no seu *Le vite di Dante e del Petrarca*⁴², de 1436:

“Esta é a verdade e a definição absoluta do termo e do significado de ser poeta. Escrever em estilo letrado ou vulgar não tem a ver com a questão, e outra diferença não há, se não a de se escrever em grego ou latim. Cada língua tem a sua perfeição e o seu som e o seu falar limado e científico. A quem me perguntar por que razão Dante escrevia mais em vulgar do que em latim, do que no estilo letrado, isso responderei, a verdade, isto é, que Dante percebia a si mesmo muito mais apto a este estilo vulgar e em rima do que àquele latino e letrado.” (BRUNI, 1436 apud MARAZZINI 1989b, p. 61, tradução nossa)⁴³

Chama a atenção o comportamento de Leonardo Bruni em separar Dante das acusações de rudeza e falta de ciência que ele faz a praticamente tudo o que pertence a essa época.

⁴¹ A hegemonia do latim no tempo e na cultura dos humanistas é influenciada principalmente pela descoberta e recuperação de textos latinos da Antiguidade. Destaca-se nesse âmbito o trabalho de Francesco Petrarca, que encontra muitas cópias de textos de Cícero esquecidas em antigos acervos da Itália. O latim dos humanistas é caracterizado por uma renovação, a partir do corpus linguístico provido por estes textos redescobertos. Os humanistas se consideram beneficiados por um legado linguístico e cultural muito mais rico do que aquele disponível para os escolásticos, que, com o latim que tinham, buscavam fazer face ao estudo filosófico e teológico.

⁴² Francesco Petrarca (1304 – 1374), intelectual e poeta, é considerado o pai do Humanismo. O poeta tornou-se mais conhecido pelos seus poemas que integram o seu *Canzoniere*, que mais tarde influenciaram fortemente Luís de Camões e boa parte da literatura portuguesa no *Cinquecento*. A sua escrita foi considerada por Pietro Bembo como modelo de excelência para a língua italiana, ao lado da prosa de Boccaccio. Os manuscritos de autores clássicos por ele redescobertos foram importantes para a retomada dos clássicos promovida pelos humanistas e para o fortalecimento do latim como língua de expressão dessa nova mentalidade.

⁴³ *Or questa è la verità certa e assoluta del nome e dell'effetto de' poeti. Lo scrivere in istile litterato o vulgare non ha a fare al fatto, né altra differenza è, se non come scrivere in greco od in latino. Ciascuna lingua ha sua perfezione e suo suono e suo parlare limato e scientifico; pur, chi mi domandasse, per che cagione Dante piuttosto elesse scrivere in vulgare che in latino e litterato stile, risponderèi quello, che è la verità, cioè: che Dante conosceva sè medesimo molto più atto a questo stile volgare ed in rima che a quello latino e litterato.*

Mesmo em meio a uma hegemonia do latim no âmbito erudito, a questão do vulgar para temas elevados é uma inquirição que não desaparecerá da consideração dos primeiros humanistas.

Segundo Fubini:

“Costuma-se insistir no desprezo petrarquesco pelo vulgar, seja por ter ele tachado *Le rime* [de Dante] como fora de uma possibilidade de justificação, seja pela sua adesão exclusiva ao latim. Mas a abordagem de Petrarca apresenta mais nuances do que parece. No fato mesmo de enfatizar o contraste cultura-incultura, a questão linguística comparece estudadamente em segundo plano e completamente resolvida em termos de uma experiência subjetiva. A dignidade da língua é, em Petrarca, assumida como indicador da nobreza do ânimo (“*alter pendet ex altero*”), que participa por assim dizer dos movimentos daquele, independente de vínculos gramaticais, de modelos fixos. [...] O latim reivindica assim uma mobilidade particular, ainda que de todo referenciada por uma experiência subjetiva, para além da história” (FUBINI, 1961, p. 518 – 519).

Desse modo, uma latinidade dos espíritos nobres se contrapõe a uma língua vulgar dos ignorantes. “Mas qual o critério de discriminação?” — pergunta-se Fubini — “Quais os instrumentos para se atingir um padrão e um sólido fundamento na língua?” E, ainda que isso permaneça implícito em Petrarca, Salutati⁴⁴ lutou a vida inteira para romper com este silêncio. “Ao passo que Petrarca resolve a questão linguística em termos de uma experiência subjetiva, [...] Salutati se esforça por prospectar objetivamente os dados que faltam na equação” (FUBINI, 1961, p. 520 - 521).

O DVE não é citado em nenhuma dessas polêmicas, pois só voltaria a circular e ser debatido anos depois. O “relançamento” do DVE é propiciado pelo trabalho de tradução para o italiano e divulgação feita pelo humanista vêneto Gian Giorgio Trissino, num momento em que o uso da língua vulgar para temas elevados havia voltado a ser prestigiado, em detrimento do uso exclusivo do latim.

O conceito de que a língua vulgar seria uma fragmentação resultante da contaminação do latim pelas línguas bárbaras cede gradualmente lugar à ideia da novidade da expressão em uma língua que apenas fez sua estreia como língua literária. É uma expressão literária que começa a comparecer nos manuscritos das bibliotecas, sendo referido de forma depreciativa ou não, em posição paralela ou subordinada à língua gramatical, apresentando-se como uma escrita em relação com a latinidade, mas

⁴⁴ Lino Coluccio di Pierio di Salutati, ou Coluccio Salutati (1331 – 1406), humanista, filósofo, literato e chanceler da República de Florença. Amigo de Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio e um dos mais importantes líderes políticos e culturais de seu tempo.

representando, sobretudo, uma realidade diversa do latim, o *volgare* (FUBINI, 1961, p. 532).

E Biondo assim se reporta a essa presença do *volgare* entre os manuscritos literários em sua época:

“Não há dúvida de que se em uma outra língua, aquela a que gostamos de chamar de vulgar, fossem traduzidos os discursos de Cícero, Quintiliano, Ascônio e outros oradores, teríamos algo como as obras daqueles que nós e nossos pais estimam, como a Comédia do florentino Dante, as fábulas vulgares de Boccaccio, [...] as quais vemos que foram escritas de acordo com as estritas regras da gramática, e que dizemos que em forma latina foram convertidas” (BIONDO apud TAVONI, 1984, p. 36, tradução nossa)⁴⁵

Como se pode deduzir da fala de Leon Battista Alberti⁴⁶ na introdução ao seu terceiro diálogo *Della famiglia*:

“Admito que aquela língua latina antiga seja muito copiosa e ornada, mas não sei que base teria a nossa língua toscana hoje para reter por ela tanto ódio, a ponto de qualquer coisa que nessa língua tenha sido escrita desagrade [...] e ouço isso: quem fosse mais douto que eu, ou tal qual muitos querem ser considerados, tal pessoa encontraria nesta língua hoje comum não menos ornamentos que naquela (a latina), a qual tanto recomendam, sendo que tanto das outras desejam [...] E seja o que dizem daquela antiga (a língua latina) apurado entre aqueles que têm autoridade, só porque naquela muitos doutos escreveram, certamente a nossa será semelhante, se os doutos tanto desejam com seu estudo torná-la limada e polida” (ALBERTI apud MARAZZINI, 1989b, p. 35, tradução nossa)⁴⁷

Abre-se assim caminho para uma aceitação do vulgar com base na premissa de que o que torna uma língua nobre é o uso que dela se faz. Desse modo, depois das

⁴⁵ *Nullum videre dubium quin si altera lingua quam si placet velim appeles vulgarem, dictum fuisset quod postea in hanc latinam numerositatem orationem est positum, M. Cicero, Quintilianus, Q. Asconius Pedianus et alii plurimi quibus oratorum quaeque mínima referre cura fuit, hanc etiam orationis diversitatem aliquantulum innuissent: quod nostra et patrum nostrorum aetatibus factitatum vidimus, de Florentini Dantis comoediis, de luculentis Boccachii vulgaribus fabulis... quae cum grammaticis astricto regulis sermone scripta videmus, in latinitatem dicimus est conversa.*

⁴⁶ Leon Battista Alberti (1404 – 1472), arquiteto, teórico de arte e humanista italiano. Escreveu *Descriptio urbis Roma* e *De re aedificatoria libri decem*.

⁴⁷ *Ben confesso quella antiqua lingua latina essere copiosa molto e ornatissima, ma non però veggo in che sia la nostra oggi toscana tanto da averla in ódio, che in essa qualunque benché ottima cosa scritta ci dispiaccia [...] E sento io questo: chi fusse più di me dotto, o tale quale molti vogliono essere riputati, costui in questa oggi commune troverebbe non meno ornamenti che in quella (la latina), quali essi tanto propongono e tanto in altri desiderano [...] E sia quanto dicono di quella antica (la lingua latina) appresso di tutti le genti piena d'autorità, solo perché in essa molti dotti scrissero, simile certo sara la nostra s'e' dotti la vorranno molto con suo studio e vigile essere elimata e polita.*

objeções colocadas ao pensamento escolástico pelos *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum*, depois dos posicionamentos de Biondo, Loschi, Bracciolini, Rustici e Fiocchi em 1435, que iniciam a *Questione della Lingua*, temos as bases intelectuais para o avanço do Humanismo Latino. Esse é o período em que o trabalho filológico de expoentes como Francesco Petrarca resgata textos ilustres, estabelece um corpus de escrita elevada em língua latina e ressuscita os modelos clássicos de erudição.

A etapa do Humanismo Vulgar terá início com a inclusão da obra de Francesco Petrarca como modelo de poesia e de Giovanni Boccaccio como modelo de prosa para a formação de um novo modelo de escrita nas letras italianas, uma vez que a confirmação do novo padrão exige a adesão aos *auctores* da nova língua, o *volgare*.

Em uma carta atribuída a Poliziano⁴⁸, a qual antecede uma coletânea lírica que inclui textos de Dante, em 1476, lê-se:

“Pode haver alguém que despreze esta língua toscana como pouco ornada e copiosa. Ainda mais por isso serão bem estimadas as suas riquezas e seus ornamentos, não sendo esta língua tida como pobre e como rude, mas como abundante e muitíssimo ornada será reputada [...]” (POLIZIANO *apud* MARAZZINI, 1989b, p. 35, tradução nossa).

Note-se também que Poliziano, além de defender a língua vulgar da acusação de ser “*rozza*”, “*rude*”, como tantas vezes se buscou fazer no Humanismo Latino, de atribuir-lhe a característica de ser “*copiosa*”, uma das qualidades louvadas nos discursos dos oradores mais ilustres da língua latina, se refere à nova língua como “*toscana lingua*”, o que nos remete às questões em discussão por Varchi em *L'Ercolano* (1570), e também à questão do prestígio que a Toscana e o vulgar florentino haviam construído para si, e que aparecia novamente no discurso de muitos que defendiam esse vulgar como modelo para toda a Itália.

L'Ercolano, que traz o subtítulo “*Dove si ragiona delle lingue e in particolare della toscana e fiorentina*” e que em sua primeira parte, ou “*Prima Dubitazione*”, como Varchi a intitula, trata dos mesmos assuntos que Dante havia tratado no DVE e cita passagens da *Divina Comédia* como embasamento para muitos dos argumentos apresentados. Em sua primeira citação ao DVE, tece os seguintes comentários:

⁴⁸ Angelo Ambrogini, mais conhecido como Poliziano (1454 – 1494), humanista, dramaturgo e poeta florentino. Contribuiu para o fortalecimento do latim como língua de expressão dos humanistas e para o estabelecimento da abordagem filológica.

“C. Mas espere um pouco, por favor: eu quero lembrar que o próprio Dante, no final do sexto capítulo do primeiro livro daquela obra, a qual ele escreveu em latim e intitulou *De Vulgari Eloquentia*, disse exatamente o contrário, isto é, que aquela língua que Adão falou, era falada por todos os seus descendentes até a edificação da Torre de Babel, a qual se entende ser a Torre da Confusão; e, além disso, que aquela mesma língua foi herdada pelos descendentes de Éber, aos quais devem o seu nome os Hebreus, e nos dá também a razão, dizendo que isso foi feito a fim de que nosso Redentor, Jesus Cristo, ‘o qual devia nascer deles, usasse, segundo a humanidade, da língua da graça, e não daquela da confusão’, o que me parece ser uma contradição enorme e evidente, a ponto de não poder ser tolerada de modo algum em um homem de conhecimento abaixo da média, ainda menos em um Dante, o qual foi poeta e filósofo e teólogo muito singular.

V. Acrescente a isso: médico e excelente astrólogo.

C. Tanto melhor. E agora, como isso lhe parece? Quase que necessariamente, na minha opinião, uma dessas duas obras não é de Dante; e como temos certeza que a *Divina Comédia* é dele, resta-nos dizer que o livro *De Vulgari Eloquentia* é de um outro.

V. Foi isso que disse o Sr. Ludovico Martelli a Trissino.

C. E Trissino, o que respondeu?

V. Depois de citar Dante, que no *Convívio* promete fazer tal livro, citou Boccaccio, que em sua *Vida de Dante* diz que Dante o escreveu mesmo.

C. Isso não significa nada, não dá para levar em conta esses argumentos. Esse livro, que vocês dizem que Dante escreveu em latim, encontra-se em algum lugar?

V. Eu mesmo nunca o vi, e nunca falei com ninguém que o tenha visto (...)

(VARCHI, 1570, p. 68 – 69, tradução nossa)⁴⁹

O diálogo de Varchi prossegue neste tom, discutindo as razões pelas quais Dante não poderia ser o autor do tratado, ressaltando que não havia notícia da circulação da obra, nem de alguém que a tivesse visto. Mais de uma vez no diálogo procura-se

⁴⁹ C. Fermatevi di grazia un poco: io mi voglio ricordare che Dante stesso nella fine del sesto capitolo del primo libro di quell'opera, la quale egli scrisse latinamente e intitolò: *De Vulgari Eloquentia*, dice dirittamente il contrario, cioè che con quella lingua che parlò Adamo, parlarono ancora tutti i suoi posteri fino all'edificazione della torre di Babello, la quale s'interpreta la Torre della confusione; e di più, che quella istessa lingua fu ereditata da' figliuoli d'Eber, che diede il nome agli Ebrei, e rendene anche la cagione, dicendo cio esser stato fatto, a fine che il Redentor nostro Gesù Cristo, “il quale doveva nascere di loro, usasse, secondo l'umanità, della lingua della grazia, e non di quella della confusione”, onde a me pare che questa sia una grandissima e manifesta contradizione, e da non doversi tollerare a patto nessuno in un uomo di meno che di mezzana dottrina, non che in un Dante, il quale fu e poeta e filosofo e teólogo singolarissimo.

V. Aggiugnete ancora, e astrólogo eccellentissimo e medico.

C. Tanto meglio; come sta dunque questa cosa? egli è quase necessario (secondo me) che l'una di queste due opere non sia di Dante; e perché si sa di certo che la *Commedia* fu sua, resta, che il libro della *Volgare Eloquenza* fusse d'un altro.

V. Così rispose M. Ludovico Martelli al Trissino.

C. E il Trissino che gli rispose?

V. Avendo allegato Dante, il quale nel suo *Convivio* promette di voler fare cotale opera, allegò il Boccaccio, il quale nella sua *Vita di Dante* scrive che egli la fece.

C. Non sono mica piccioli, nè da farsene beffe questi argomenti: ma il libro, che voi dite scritto in lingua Latina da Dante, truovasi egli in luogo alcuno?

V. Io per me non l'ho mai veduto, nè parlato con nessuno che veduto l'abbia (...)

apontar contradições nos argumentos do DVE e questiona-se inclusive qual teria sido a motivação de Dante em pontos em que ele elogia o vulgar dos bolonheses e critica severamente a língua dos florentinos. Finalmente, Varchi aponta a fonte de suas informações sobre o tratado, ou seja, em algum momento as personagens de seu diálogo tiveram contato com o texto da tradução de Trissino, e questionam as razões que o erudito teria tido para produzir tal texto e atribuí-lo a Dante. Eles vêem o DVE como uma falsificação de Trissino.

Independente da autenticidade de sua tradução, no entanto, considera-se que Trissino, desviando-se substancialmente do sentido da tese contida no tratado, tenha se utilizado das palavras e das teorias de Dante para legitimar suas ideias sobre a língua, que formavam, a saber, a tese “cortesã”, (dos *cortigiani*), antiflorentinista, de que o florentino não pode coincidir com o italiano (VIVAI, 2009, p. 15).

Os cortesãos e os florentinistas representavam duas das principais teses na complexa *Questione della Lingua* na Itália. Os florentinistas reiteravam a superioridade do vulgar florentino por razões naturais e socioculturais, uma superioridade histórica e literária graças à obra de Dante, Petrarca e Boccaccio (e de vários outros escritores da tradição florentina). Já os “eccléticos” ou “cortesãos” consideravam a língua itálica do século XVI não mais florentina, pois “em sua prática literária e em seu uso social (nas cortes) teria sido superada e enriquecida por formas mais nobres e elegantes, graças à contribuição de vários vulgares da Itália, depurados de seus traços idiomáticos mais crus” (CASINI 2012, p. 163).

A tradução de Trissino, e especialmente o passo do DVE que critica a pretensão dos toscanos em serem os detentores do vulgar ilustre acirra o debate e gera bastante desconfiança entre os seus opositores. As posições de Dante no tratado chamam a atenção de Nicolau Maquiavel que, em contraposição, escreve o *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua*, no qual o filósofo apresenta uma reação às críticas que Dante faz a tais pretensões⁵⁰, e no qual Dante aparece como se abrisse mão de posições assumidas no DVE e concordasse ao final com o ponto de vista de Maquiavel e dos florentinos na questão.

⁵⁰ Nestes termos Dante apresenta sua crítica ao vulgar florentino, dentre vários outros: “Mas, apesar de quase todos os toscanos estarem embrutecidos em seu turpilóquio, acredito que alguns experimentaram um vulgar excelente, como Guido, Lapo e um outro [Dante], e Cino de Pistóia, que agora colocamos injustamente por último, obrigados por uma consideração não injusta.” (DVE I, xiii, 3, trad. Cosimo B. S. Vivai).

Ocorre, ao mesmo tempo, que a interpretação que Trissino fez do DVE era frágil, pois ele “tinha se equivocado ao considerá-lo [ao DVE] ‘a chave’ de leitura da Comédia. E isso não escapa a Maquiavel, que demonstra, falando com Dante no *Diálogo*, não ser a ‘curial’, mas francamente a florentina, a língua da obra-prima dantesca” (CASINI 2012, p. 165).

Trissino, no entanto, havia persistido na divulgação de sua tradução do DVE e o a tinha dado a conhecer também a Pietro Bembo⁵¹. A contribuição que Bembo oferece no debate em torno da *Questione della Lingua* está contida em seu *Prose della volgar lingua*, de 1525. Bembo propõe uma solução do tipo estético-estilístico para a questão. O erudito propôs tomar como ponto de partida a tradição literária toscana do séc. XIV, e, seguindo o exemplo do latim da época clássica, assumir como canônicos dois autores: Petrarca, pela poesia, e Boccaccio pela prosa. Dante seria descartado por ter feito uso de uma língua muito “bárbara”. “Isso, segundo Bembo, permitiria alcançar a sonhada homogeneização da língua italiana” (CASINI 2012, p. 164).

A contribuição fundamental de Pietro Bembo para a questão foi a formulação da teoria da importância dos escritores trecentistas como fonte de imitação e gramática.

O triunfo da tese de Bembo, no entanto, não encerrou a *Questione della Lingua*, e o DVE continuou em evidência como provável fonte de argumentos contra os florentinistas.

Depois do envolvimento do DVE na disputa no início do séc. XVI, Vivai (2009, p. 16) aponta que em 1577 Jacopo Corbinelli publica uma versão latina do tratado, que só vai contar com uma nova edição latina em 1739. No início do séc. XVIII, Vincenzo Monti⁵² (1754 – 1828) e Giulio Perticari⁵³ (1779 – 1822) se posicionam em prol de uma tese neo-trissiniana de uma língua comum, tese marcadamente antiflorentinista, e fazem novamente uso do prestígio e da autoridade que o DVE havia angariado, anos depois de seu reaparecimento, para fortalecer a sua posição. Os intelectuais florentinos se empenham então em uma réplica e o tratado de Dante só é dissociado da *Questione*

⁵¹ Pietro Bembo (1470 – 1547), gramático, humanista, escritor, historiador e cardeal veneziano. Foi o primeiro a estabelecer as regras da língua italiana, tomando como base a obra dos maiores escritores toscanos do *Trecento*. Contribuiu para a difusão na Itália e no exterior do modelo poético petrarquista.

⁵² Vincenzo Monti (1754 – 1828) poeta italiano, dramaturgo, tradutor e erudito, considerado o maior representante do Neoclassicismo italiano.

⁵³ Conde Giulio Perticari (1779 – 1822), poeta e escritor italiano.

della Lingua por meio do arbítrio de Manzoni que, numa manobra retórica estratégica, busca afastar a obra da polêmica da língua hegemônica na Itália⁵⁴ (vide Anexo IV).

1.4 A fortuna do *De Vulgari Eloquentia*

Mas ainda não destacamos satisfatoriamente o que, segundo Steven Botterill (1996, p. xvi, xvii) e outros comentadores do DVE faz esse texto tão extraordinário: a amplitude dos interesses intelectuais de Dante, a diversidade dos métodos analíticos que ele emprega e as fontes da qual ele extrai a sua autoridade. O tratado combina de forma produtiva inúmeros ramos de conhecimento que a tradição medieval tendia a separar previamente. Segundo Botterill, ele reúne argumentos extraídos dos campos da história, da geografia, da filosofia, da exegese bíblica e da teoria política, além das questões linguísticas, que são o seu escopo declarado, de uma forma que não é peculiar a nenhum dos gêneros de escritos medievais sobre língua e literatura. O tradutor do DVE para o inglês acredita que o tratado, “em sua essência, não pertence a nenhum desses gêneros, o que pode ser, de certa forma, uma maneira de dizer que pertence igualmente a todos eles” (BOTTERILL, 1996, p. xvi – xvii).

De acordo com Mengaldo, DVE fornece um limite preciso, porém não de todo conclusivo para sua datação: “a menção, como então estando vivo, do marquês Giovanni di Monferrato, morto em fevereiro de 1305 (I, xii, 5)” (MENGALDO, 1968, p. xiv) associado a um outro evento importante, o exílio do autor, mencionado de passagem em I vi 3. Assim, Mengaldo defende que a escrita do DVE será iniciada “não antes de 1303 e, até o ponto I, xii a obra havia avançado já em fevereiro de 1305; a parte restante, se não foi escrita dentro deste prazo, o sucedeu pouco depois” (MENGALDO, *idem*, p. xv).

Posição semelhante é defendida por Botterill:

“Evidências internas tornam possível pelo menos uma datação aproximada: Dante descreve a si mesmo (I, vi) como já tendo sofrido o exílio, o que indica uma data posterior a 1302; e ele faz uma delicada mas aguda alusão (2, vi) à fracassada expedição siciliana do príncipe francês Carlos de Valois, que ocorreu em agosto de 1302. Em outro ponto (I, xii) ele lista Giovani I de

⁵⁴ “... com relação à questão da língua Italiana, aquele livro está fora dos entendimentos, porque nele não se trata de língua Italiana nem um pouco [...] por Vulgar Ilustre, Dante não entendeu uma língua [...] quer falar, então, da linguagem da poesia, aliás, de um gênero particular de poesia” (Manzoni, *Lettera intorno al libro De Vulgari Eloquio di Dante Alighieri*, p. 2, trad. Cosimo B. S. Vivai)

Monferrato entre os iníquos senhores da guerra que naquele momento infestam a península italiana; Giovanni faleceu em fevereiro de 1305. [...] Se tomarmos como base a referência no Livro 1 de *O Convívio* (este mesmo datado de 1302 ou 1303) para a intenção de Dante de escrever, em um tempo futuro não especificado, um tratado ‘*di Volgare Eloquenza*’ (*Convívio* 1 v 9), parece plausível argumentar que a elaboração deste último dificilmente tenha começado muito antes que 1303, e estava provavelmente terminada pelo início de 1305. (É possível, claro, que a morte de Giovanni de Monferrato tenha ocorrido depois que DVE 1 xii tenha sido escrito, mas enquanto Dante ainda estava trabalhando na conclusão do resto do livro; ainda assim, ainda que fosse esse o caso, é difícil compreender como a escrita do que é, tudo posto, um texto comparativamente curto, possa ter ocupado Dante por muito tempo além de 1305) (BOTTERILL, 1996, p. xiii – xiv, tradução nossa)⁵⁵.

Mengaldo conclui que “a escassa fortuna do DVE nos séculos XIV e XV se deve principalmente a dois fatores concomitantes: a incompletude e, digamos, a ‘negação’ da obra, que possivelmente permaneceu na escuridão do poeta até a sua morte”. Acrescente-se a isso a afirmação, nos anos finais da vida de Dante, de uma cultura centrada em uma nova retórica e em uma nova consciência literária antitética àquela apresentada no DVE, à qual Mengaldo define como “pré-humanismo” (MENGALDO, 1968, p. xvii, xviii).

Embora nem todos possam concordar que a época de Dante, ou mesmo os anos que se sucedem imediatamente à composição do DVE possam ser assim definidos, é clara a crise de valores e crenças que aflige o período em que Dante viveu, gerando posicionamentos intelectuais e espirituais que já eram bem marcados em seu tempo e que se fortaleceram e se orientaram nos eixos de pensamento que sustentaram o Humanismo. Os debates envolvendo os grandes pensadores escolásticos da Igreja, e, em grande parte, centralizados na Universidade de Paris, levam às Condenações de 1277 e ao Grande Cisma do Ocidente e antecipam uma mudança na forma como se considera a latinidade, o que leva os *scholars* do *Trecento* e *Quattrocento* a uma reconsideração do pensamento da Antiguidade Clássica, avaliando o seu estilo, a sua retórica e a sua ética.

⁵⁵ Internal evidence makes at least an approximate dating possible: Dante describes himself (I, vi) as already suffering in exile, which indicates a date after 1302; and he makes a delicate but pointed allusion (II, vi) to the failed Sicilian expedition of the French prince Charles de Valois, which took place in August 1302. Elsewhere (I, xii), he lists Giovanni I of Monferrato among the malignant warlords who currently infest the Italian peninsula; Giovanni died in February 1305 [...]. If we are to take at face value a reference in Book I of *The Convivio* (itself dating from 1302 or 1303) to Dante’s intention to write, at some unspecified time in the future, a treatise ‘*di Volgare Eloquenza*’ (*Convivio* I v 9), it seems plausible to argue that work on the later is unlikely to have begun much before 1303, and was probably completed by early 1305. (It is possible, of course, that Giovanni of Monferrato’s death occurred after DVE I xii was written but while Dante was still working on the rest of the book; yet, even if this were the case, it is hard to see how the writing of what is, after all, a comparatively brief text, can have occupied Dante much beyond the end of 1305).

O Humanismo, quando se estabeleceu na Itália, foi bem marcado pela sua rejeição do pensamento do período anterior e bem rápido em buscar substituí-lo por um novo⁵⁶.

A nova retórica e a nova consciência literária a que Mengaldo (1968, p. xvii, xviii) faz menção comparece delineada no cenário intelectual a partir da publicação do *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum*, de autoria do tradutor italiano da *Ética* de Aristóteles, Leonardo Bruni (1374 – 1444), um dos primeiros e mais prestigiados expoentes do Humanismo. Bruni, de acordo com Furlan (2011, p. 16) “ajudou a direcionar o movimento humanista para o interesse do helenismo, o que teve importantes consequências na evolução do pensamento europeu.” Comentando o significado desse trabalho de Bruni como inaugurador da nova mentalidade, assim discorre Baron:

“Sempre que se analisa a gênese do classicismo humanista, por ocasião da virada do *Trecento*, o *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum* de Leonardo Bruni é visto como a certidão de nascimento de um novo período. No primeiro dia de conversas retratado no livro de Bruni como conduzida na casa do velho Coluccio Salutati, [...] Niccolò Niccoli proclama o programa que iniciou a ascendência do espírito crítico-filológico do *Quattrocento*. Como, Niccoli questiona, poderia a Escolástica ter sido bem-sucedida em sua tentativa de criar uma filosofia válida baseada na autoridade dos antigos, e em particular de Aristóteles, quando as obras desses guias ilustres eram conhecidas imperfeitamente, e distorcidas num grau absurdo por traduções bárbaras?” (BARON, 1961, p. 39).

Na crítica de Niccoli comparece a forte rejeição que o Humanismo apresenta à Escolástica e seu período, o qual posteriormente foi associado a uma “Idade das Trevas”. A base da crítica é filológica, partindo da premissa de que não poderia ter havido real avanço na filosofia do período, uma vez que eles não tinham verdadeiro acesso à autoridade dos antigos, dadas as traduções de que dispunham, consideradas

⁵⁶ Dentro do sistema denominado Escolástica, com o desenvolvimento intelectual operado sob a direção do próprio catolicismo, os dogmas fundamentais da Igreja começam a ser questionados. Um reflexo desta tensão são as Condenações de 1277, que buscam encerrar as disputas entre mestres da Universidade de Paris, marcadas, por um lado, pela profissão de um racionalismo e de um aristotelismo heterodoxo, liderada por Sigério de Brabante, e por outro, a profissão de um aristotelismo moderado que respeitava a visão cristã de mundo. Além disso, as investidas da Igreja no campo do poder temporal, as chamadas “usurpações” do poder dos soberanos europeus começa a desestabilizar toda a política da região. Assim, de acordo com Lins (1965, p. 73), quando o papa Bonifácio VIII tenta seguir as pegadas de Inocêncio III, buscando ampliar as usurpações da Igreja, Felipe O Belo o detém e o executa em sua prisão por meio de seu legista Nogaret em Anagni em 1303. Aniquilando a autoridade dos Sumos Pontífices na pessoa de Bonifácio VIII, subordinou Felipe o Belo à realeza o poder espiritual, mudando a sede do pontificado de Roma para Avignon em 1309, dando início ao que ficou conhecido como O Grande Cisma do Ocidente (*Idem, ibidem*). Michelet (1833, p. 607) conclui que “Em Felipe IV, começam os tempos modernos; a Idade Média foi esbofetada em Bonifácio VIII e as Cruzadas queimadas na pessoa dos Templários.”

“bárbaras”. De fato, os humanistas valorizam sobremaneira o latim como instrumento de produção de uma obra que possa se apoiar validamente na autoridade dos antigos e os novos padrões que eles estavam elegendo para a produção intelectual implicavam naturalmente o descarte de tradições e valores que haviam se consolidado nos séculos anteriores. Um desses valores é o da produção intelectual elevada em língua vulgar, o que Dante defende com o seu DVE e com o seu próprio trabalho poético na *Divina Comédia*.

Em *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum*, escrito em latim por Bruni em 1401, é evidenciado o confronto entre pensadores como Rinuccini e Domenico da Prato em total oposição à geração dos Humanistas, no qual sobressai a glória dos grandes trecentistas. De fato, estes últimos haviam produzido severas críticas contra a atuação de Bruni; defendiam o uso da língua vulgar em contraposição à gramática (o latim) e desprezavam o estudo da retórica. Eles se referiram com menosprezo ao trabalho de Petrarca, e de Dante, do qual, Segundo Santini, afirmavam que “havia cantado fatos gloriosos de homens ignominiosos [...] mesclando em seus poemas uma sutil filosofia natural [...]”. Eles acusavam a Bruni de haver dito que o livro de Dante “servia para ser dado aos farmacistas para fazerem embrulhos, ou aos vendedores para colocarem dentro dele o peixe salgado” (SANTINI, 1883, p. 292).

A atitude de desvalorização do trabalho de Dante por parte de alguns críticos de expressão no *Trecento* mostra que nas décadas que sucederam a morte do poeta o projeto de, conforme nos parece, quase exilar Dante da literatura italiana avançava rapidamente, o que ameaçava condenar sua obra ao esquecimento⁵⁷.

De fato, também Bruni havia criticado os escritos que Dante elaborara em latim, mas em termos bem diferentes destes de que era acusado, escusando de certa forma Dante ao atribuir a alegada deficiência ao século que teria sido “rude e grosso e sem perícia nas letras”, mas louvando-o em *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum* como “excelente e nobilíssimo poeta”, logo após o que convida N. Nicolli, que havia detratado o Alighieri, a fazer uma retratação de suas críticas.

⁵⁷ Evidentemente, esta atitude dos detratores da obra e do pensamento de Dante não era predominante em toda a Itália no *Trecento*. Cesare Cantù (*apud* Pinto de Campos, 1886, p. cix – cx, nota) nos informa que também a veneração de Dante se amplia após a sua morte. “Os seus concidadãos repararam suas injustiças, instituindo uma cadeira em que ele fosse lido, e explicado, na Catedral onde Dominico de Michellino [...] o pintou, na parede interna, vestido de Prior, e coroado, com a *Divina Comédia* aberta na mão, mostrando aos florentinos as fossas do Inferno, e a montanha do Paraíso. No concílio geral de Constança [1414 – 1418] lia-se Dante; e Fr. Giovanni de Servalle, um dos Bispos de Bath, e de Salisburgo, traduziu o Sacro Poema em prosa latina, acompanhando-o de um comentário [...]”.

O diálogo, além de ser um expediente para esclarecer que o autor não era um dos “*caluniatori delle tre corone*”, é um exercício retórico que segue o modelo do *De oratore* e das *Tusculanes* de Cícero (SANTINI 1883, p. 293).

Décadas depois, quando Bruni escreve o seu *Vita di Dante e del Petrarca* (1436), ele exalta o uso do vulgar pelo autor da *Divina Comédia*: “foi excelentíssimo, mais que qualquer outro, na rima em língua vulgar” e “escrever ele em estilo literário vulgar é fato que não lhe deprecia, nem poderia ser diferente se escrevesse em grego ou latim” (BRUNI apud SANTINI, 1883, p. 324).

A estratégia utilizada por Bruni no *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum* de sempre criticar a época de Dante por uma alegada rudeza e imperícia, mas de valorizar Dante, destacando-o como uma das “*tre corone fiorentine*”, foi uma sólida muralha para promover a defesa do poeta e a exaltação de sua obra, embora escrita em língua vulgar, a fim de impedir a sua exclusão do conjunto da literatura trecentista elevada. A estratégia das “*tre corone*” que Bruni utiliza em favor de Dante ainda seria utilizada contra as premissas que o poeta defende em DVE, e desta vez por Nicolau Maquiavel em *Discorso o Dialogo intorno alla nostra lingua* (1524 ou 1525) e por Pietro Bembo em *Prose della volgar lingua*, de 1525.

Bruni admira não somente o poeta, mas o homem, o Dante cidadão e homem público, que se empenhou totalmente pela pátria e pelo governo, e que em meio às adversidades não abandonou seus estudos (BRUNI apud SANTINI, 1883, p. 327). Em Bruni a defesa das “*tre corone*” assume um caráter estratégico de valorização da literatura produzida no berço do Humanismo, a Itália, sempre levando em conta o seu papel edificante e nobilitante, apontando o papel chave da tradição literária italiana e a necessidade de se aderir a uma nova abordagem que buscava ser a mais completa tradução e expressão da latinidade. Embora Bruni mencione os escritos latinos de Dante, não cita o DVE. Acreditamos, pelas evidências que já analisamos, que o tratado não tenha tido publicações ao longo do *Trecento* e do *Quattrocento*, e não encontramos evidências de que Bruni o tenha conhecido.

Parece claro que a defesa incondicional do latim na qual Bruni se empenha e que guia os humanistas, voltados para a latinidade e o helenismo, não aceitaria, em seu momento inicial, o uso do *volgare* como língua de produção filosófica (conforme aparece em *O Convívio*) e língua de produção de literatura elevada (conforme a apologia de Dante no DVE), o que contribuiu para que o tratado continuasse ignorado.

Vemos assim que, embora a transmissão do DVE, desde a data de elaboração do texto original até nossos dias aparentemente não tenha sido comprometida, vários elementos pesaram sobre sua fortuna e sua recepção.

Chegaram até nós apenas 3 manuscritos do DVE, o *Grenoble*, o *Trivulziano*, os quais tem uma origem comum, e por fim o *Berlinense*, o mais antigo de todos, datado de meados do século XIV, e descoberto somente em 1917 por Ludwig Bertalot, o qual foi publicado em uma edição latina com um *Praefatio* do autor no mesmo ano.

Somente no início do séc. XVI a fortuna do DVE começa a mudar. Nesta ocasião, Gian Giorgio Trissino, de posse do códice *Trivulziano*, elabora uma tradução do manuscrito para o italiano e o introduz em Florença e em Roma com resultados diversos, conforme já comentamos, ao destacar o envolvimento do tratado na *Questione della Lingua*.

Nessa chave de interpretação, o valor do DVE é essencialmente político, e o tratado teria sido instrumento de combate de Dante contra as pretensões de hegemonia cultural de Florença, podendo ter sido escrito apenas com o escopo de arbitrar contra a cidade que o exilou. Essa parece ser, como veremos, uma interpretação bastante estreita dos objetivos de Dante no tratado, que fez severas críticas não somente à língua dos florentinos, como à dos romanos e de muitas cidades da Itália.

1.5 A filologia e a moderna exegese do *De Vulgari Eloquentia*

O estudo filológico do DVE e a sua interpretação depararam-se com dois fatos importantíssimos para a história de sua recepção: primeiramente, a escassa tradição manuscrita do tratado, que sobreviveu a um período em que recebeu pouca atenção e, em segundo lugar, as classificações dadas ao tratado, denotando interpretações tendenciosas, insuficientes ou no mínimo curiosas de seu tema, o que pode ser inferido pelos títulos que a obra já recebeu.

Comentando essa escassa tradição manuscrita e os títulos que os copistas atribuíram ao tratado inacabado de Dante Alighieri, Vivai (2009) nota que “o autógrafo do tratado, bem como o arquétipo eram certamente anepígrafos”, e nos chama a atenção, em seu estudo, para o fato de os títulos atribuídos pelos dois ramos da tradição manuscrita (B / T & G) “[serem] ambos apócrifos e [serem] devidos a uma leitura incorreta, que provocou no decorrer dos séculos uma série de equívocos e

incompreensões”. Assim, já havia se estabelecido ali a “dicotomia interpretativa do sentido geral do tratado que será característica do processo histórico de sua fortuna crítica” (VIVAI, 2009, p. 11).

Em sua edição latina de 1917 do tratado intitulada *Dantis Alagherii De Vulgari Eloquentia*, Ludwig Bertalot, em um breve *Praefatio* ao texto, comenta a condição desses três manuscritos, descrevendo o códice B (que ele denomina “*codex Bini*”), como um códice membranáceo do séc. XIV, o códice C, ou de *Corbinelli* (por ter pertencido ao filólogo Corbinelli no séc. XVI), e então conhecido também como *Gracianopolitano* 580, um membranáceo, escrito no séc. XIV e proveniente da Itália setentrional. Bertalot nos informa que este manuscrito foi publicado em sua inteireza por Maignien & Prompt em 1892 sob o título *Dante Allighieri. Traité de l'Eloquence Vulgaire*. Segundo ele, “o primeiro uso do códice C foi de Jacob Corbinelli na edição *princeps* do texto latino de 1577 em Paris. O códice T foi o utilizado por Gian Giorgio Trissino na preparação da versão italiana de 1529 impressa em Vicenza”, mas, declara Bertalot, “o códice B, eu o descobri” (BERTALOT, 1917, p. 3 - 8).

De fato, as comparações que o filólogo alemão faz entre os códices C e T e entre o texto dos dois com o de B, mostram diferenças de grafia e palavras omitidas nos primeiros, que já eram conhecidos bem antes, conforme ele afirma. No entanto, o códice descoberto por Bertalot em 1917, e que mais tarde ficou conhecido como *Berlinense*, mostrou-se ser mais antigo que os outros dois, e em alguns pontos mais acurado.

Assim, o confronto dos códices feito por ele em 1917, além de estudos feitos por outros filólogos, como Maignien & Prompt (Paris, 1892) e Pio Rajna (Florença, 1896), que também publicaram edições do DVE a partir do texto latino restabelecido, mostram que as diferenças entre os textos dos três códices não vão muito além de algumas omissões e de grafias diferentes de palavras e de algumas frases.

Bertalot inicia o seu texto latino com o título “*Incipit liber De Vulgari Eloquentia Dantis Alagherii florentini*”, mas registra que ele tem um título diferente nos três manuscritos: “*Incipit rectorica dantis*” (B), e “*Incipit liber de vulgari eloquio sive idiomate editus per dantem*” (C&T)⁵⁸.

⁵⁸ A respeito destes títulos, observa Vivai, 2006, p. 41: “O título *Incipit Rectorica Dantis* encontra-se no início da ‘*Monarchia dantesca*’, que antecede no códice o DVE e que na origem era também anepígrafa. É verossímil que o possuidor do códice tenha colocado este *incipit* genérico no cabeçalho da *Monarchia* para desviar a atenção do livro, já que o tratado político tinha sido vetado e condenado ao fogo em Bolonha em 1329 por iniciativa do cardeal Bertrando del Poggetto.”

Assim, Botterill reforça que:

“A descoberta do então chamado ‘códice Berlinense’ (B) ajudou a esclarecer certo número de obscuridades na edição do texto do DVE, e há um grau de consenso incomum entre os eruditos acerca do assunto hoje (as duas edições mais úteis e confiáveis que apareceram desde a Segunda Guerra Mundial, as de Aristide Marigo e de Pier Vincenzo Mengaldo, diferem substancialmente em menos de meia-dúzia de passagens textuais, nenhuma das quais afetem seriamente a consistência da argumentação de Dante)” (BOTTERILL, 1996, p. xvi, tradução nossa)⁵⁹.

De modo que Botterill chega à conclusão de que “podemos, então, estar razoavelmente confiantes — talvez tão confiantes quanto normalmente se possa ser quando se lida com um texto medieval — que o que lemos em DVE é idêntico, ou muito próximo disso, em relação ao que Dante escreveu” (BOTTERILL, 1996, p. xvi), ou seja, o seu autógrafo, hoje perdido.

A interpretação de que Dante fizera um tratado que versa sobre a língua falada (que se infere da atribuição do título apócrifo “*Incipit liber de vulgari eloquio sive idiomate editus per dantem*”) pode ter se baseado na incompletude do tratado, já que o único livro completo da obra, o Livro 1, trata do tema e enfatiza a premissa de que a fala foi dada somente ao homem: “Com efeito, entre todos os seres somente aos homens foi concedida a palavra, pois somente a eles era necessária. Nem aos anjos nem aos animais inferiores era necessário falar; aliás, a palavra lhes teria sido concedida inutilmente e a natureza se omite da criação de coisas inúteis.” E ainda: “Apenas ao homem foi concedido falar, como resulta evidente a partir de quanto exposto acima” (DVE 1 ii 1, 2; 1 iv 1, trad. Tiago Tresoldi).

A argumentação de Dante neste ponto é central para a tarefa que ele empreende já na primeira parte do tratado, e o seu raciocínio no texto latino é todo estruturado em torno dos termos *locutio*, *loquente*, *loquela*, *ydioma* e *lingua*, dando assim o tom da investigação a que Dante se propõe, a apuração da origem da fala nos primórdios da humanidade, desde Adão. Para realizar tal perquirição, o Alighieri lança mão de uma elaborada digressão que vai ocupar os capítulos iv – ix do DVE (Livro 1), os quais traçam um percurso da língua falada desde o primeiro homem até à confusão babélica,

⁵⁹ *The discovery of the so-called ‘codice berlinese’ (B) helped to clear up a number of obscurities in the De vulgari eloquentia’s textual tradition, and there is an unusual degree of consensus among scholars on the subject today. (The two most useful and reliable editions to appear since the Second World War, those of Aristide Marigo and Pier Vincenzo Mengaldo, differ substantially on scarcely more than half-a-dozen textual readings, none of which seriously affects the tenor of Dante’s argument).*

que se estendeu a todas as línguas naturais, o que teria resultado na sua variabilidade no tempo e no espaço.

Neste estudo, procedemos a um levantamento do uso dos termos acima apontados no texto latino do DVE⁶⁰ e fizemos uma comparação com as duas traduções mais recentes para a língua portuguesa de que dispomos no Brasil, a de Vivai, 2009 e a de Tresoldi, 2011.⁶¹

Das 28 ocorrências da palavra *locutio* encontradas no texto latino, Vivai traduz 5 por “língua”. Ao traduzir estas mesmas ocorrências, Tresoldi oscila entre “vernáculo”, “língua”, “fala”, “falar”, “palavra”, “discurso”, “forma de linguagem” e “língua materna”.

Dentre 6 ocorrências de *loquente*, Tresoldi traduziu a todas como “falante”, sendo que em 1 xiv 4 a palavra é omitida pelo contexto [tradução Ø].

De 6 ocorrências de *loquela*, Tresoldi traduz 5 como “língua” ou “línguas” e uma como “fala”.

Para as 16 ocorrências da palavra *ydioma*, Vivai traduz duas como “idioma”, sendo que Tresoldi traduz “língua” e “língua” nas duas vezes em que o termo aparece em 1 vi 1, e assim também o fez em todas as ocorrências posteriores da palavra.

Das 6 ocorrências para o termo *lingua*, Vivai traduziu 3 como “língua” e Tresoldi omite o termo pelo contexto em 1 vi 4 [tradução Ø], “língua” em 4 ocorrências e “vernáculo” em 1 xix 1.

A forma como os dois tradutores verteram as palavras analisadas no texto latino do DVE está em consonância com a análise de Umberto Eco ao avaliar o texto latino do tratado, concluindo que nele *ydioma*, *lingua* e *loquela* são termos determinados, utilizados somente quando se quer falar de uma *langue* na acepção saussuriana do termo. Provavelmente, o uso destes termos distintos não seja casual em Dante. Comentando estes mesmos usos, Eco (2002) argumenta que “o poeta usa *ydioma* quando se refere à língua hebraica (1 vi 1, 1 vi 7) e para se referir ao florescimento das

⁶⁰ A análise do texto latino do *De Vulgari Eloquentia* para obtenção das ocorrências dos termos latinos para fins de comparação das traduções foi feita com auxílio do software AntConc (Anthony, L, 2019. AntConc versão 3.5.8. Tokyo, Japan: Waseda University).

⁶¹ Ao fazer a análise do texto latino do DVE, os termos que consideramos seguem as declinações do latim, apresentando variações. Assim, no campo semântico de *locutio*, aparecem *locutione*, *locutioni*, *locutionis* e *locutionem* arrolados como um mesmo termo declinado. O mesmo ocorre com *loquente*, para os quais aparecem no texto as formas declinadas *loquentis* e *loquentem*; *loquela*, com a forma declinada *loquelis*; *ydioma*, com as formas *ydiomate*, *ydiomatis* e *ydiomatibus*; *lingua* – *linguarum* e *eloquentia* – *eloquentie*, uma forma alternativa da declinação *eloquentiae*.

línguas do mundo e das românicas em particular (1 viii 3)”. Adicionalmente, ao comentar as consequências da *confusio linguarum*, Dante usa *loquela*, mas no mesmo contexto usa também *ydioma*. Mais adiante, para tratar dos vernáculos itálicos, usa indiferentemente *loquela* e *lingua*. Por conseguinte, parece que tanto o termo *ydioma* quanto os termos *lingua* e *loquela* devem ser entendidos no sentido moderno de “língua”, ou *langue*, como o definiu Sausurre (ECO 2002, p. 60-61).

A palavra *eloquio*, ou *eloquium*, por sua vez “tem para Dante outro sentido, de ‘palavra escritural, divina’ e de qualquer forma nunca se encontra no *De vulgari eloquentia*”, conforme atesta Vivai (VIVAI 2009, p. 11; MENGALDO 1996, p. 402). Ao mesmo tempo, como ainda veremos adiante, o uso de *ydiomate* no texto do DVE parece ser, conforme já destacou Eco (2002, p. 60-61), mais específico e relacionado a língua, ou *langue*.

Assim, não se sabe até hoje com exatidão o que Dante busca demonstrar especificamente com o seu DVE. No entanto, embora o termo “eloquência” tenha sido utilizado apenas três vezes na obra, algo que estudos anteriores têm demonstrado é que o refinamento dos critérios de busca que Dante pratica em DVE 1 xviii e seus comentários em 1 xix indicam que todo o seu apanhado realizado na Península em busca do vulgar “ilustre, cardinal, áulico e curial” (DVE 1 xvi 6) visa ao estudo da eloquência dessa língua, e nesse ponto, não consideramos a eloquência em seu sentido moderno, mas no sentido que ela tinha para o poeta, o sentido de ornato do discurso. A diferenciação básica que se estabelece no DVE parece ser aquela entre a língua falada e a elaboração dessa, pois o Livro 2 deixará claro que Dante busca uma língua para uso literário, e não vai se limitar apenas ao estudo dos idiomas, como parece ter sido sugerido, por exemplo, no título *De vulgari eloquio sive ydiomate*, atribuído pelos copistas do tratado. A relação entre o que os copistas do século XIV denominavam *ydiomate* e a *eloquentia* que Dante utiliza atrelada ao seu objetivo doutrinal no tratado pode ser estabelecida como o equivalente da correlação entre o uso factual de uma língua e as potencialidades que esta mesma língua apresenta.

Embora os estudos apontem para um forte componente político em seu vulgar ilustre, um verdadeiro corolário do que seria para Dante a extensão máxima da *civitas*, não é a antecipação da unificação linguística, fundamental para a unificação política da

Itália do séc. XIX, que Dante postula aqui, haja vista o aspecto áulico⁶² de seu vulgar e sua ênfase sobre o potencial literário desta língua, especialmente no que diz respeito a seu uso na *canzone* — uma unificação nos moldes da própria *Scuola Siciliana*, que recupera essa forma literária⁶³.

Ainda de acordo com Tresoldi (2011a) Dante Alighieri, embora consciente do valor literário de seu projeto (em sua realização mais plena, encabeçado pela *Divina Comédia*), nunca deixou de utilizar suas obras com finalidades mais práticas e mundanas. Assim se explicariam as ramificações políticas no discurso linguístico do tratado, dentre as quais o comentarista cita as lamentações pela insensatez humana que nos privou do amor divino.

Para ele:

“É assim que a língua torna-se um dos mais distintivos fatores da humanidade, parte de seus tão citados ‘hábitos e costumes’, e o mau emprego da língua torna-se uma questão moral. A geografia linguística que Dante promoveu das várias línguas e dialetos da Itália, ainda hoje reconhecida como uma das maiores realizações sociolinguísticas anteriores ao *Ottocento*, é também uma geografia moral, pois o melhor vernáculo e também o mais nobre não se encontra exclusivamente nas casas mais cortesias. Um dos quatro aspectos fundamentais do bom vernáculo italiano — ilustre, cardinal, curial e áulico —, construído a partir dos melhores elementos dos muitos vernáculos locais, é seu uso também jurídico e burocrático [...] que intencionalmente deixam antever o desenho político, depois exposto com maior precisão no *De Monarchia*, de um imperador único justificado por Deus e não pelo papado. Este último reina sobre a cidade de Roma, que detém um dos piores, e literalmente ‘mais corruptos’ vernáculos da Itália, um verdadeiro ‘tristelóquio’; mas seria errado esquecer-se também do ‘turpilóquio’ florentino, acusado com uma acre revolta similar aos

⁶² Na célebre distinção “ilustre, cardinal, áulico e curial” que Dante estabelece no DVE o aspecto “áulico” aparece justamente em contraposição aos usos plebeus do vulgar. Mais que uma distinção social, o termo “plebeu” remete em Dante a um uso quase que por assim dizer, bárbaro, característico dos locais mais remotos e mais distantes dos pontos que sediaram o trabalho de homens ilustres, que promoveram o desenvolvimento das letras, aprimoraram o uso da língua, lapidando-a para os usos da corte e buscaram, juntamente com o refinamento das artes, promover também o refinamento dos usos e costumes. O termo “áulico” em Dante está ligado à ideia de urbanidade, de tratamento civilizado, quer na língua, quer nos costumes; reporta-se, de certa forma, ao *sermo urbanus* da Roma Antiga, em contraposição ao *sermo plebeius*, distinção existente no mesmo período.

⁶³ A *Scuola Siciliana*, um notável e bem-sucedido empenho de associar o trabalho do cultivo das letras à atividade imperial dentro de um centro político (o Reino da Sicília) comparece no DVE representada pelo nome de seu líder, o Imperador e poeta Frederico II, ou Frederico de Swabia. Ele é mencionado de forma muito prestigiosa por Dante, que também o exalta como “o último imperador dos romanos” em *O Convívio* 4 iii. A sua atuação decisiva no sentido de promover as artes, em especial a produção literária, evidenciam os gigantescos saltos culturais que a Itália dava em seu tempo. De fato, a conjunção de dois fatores explica a riqueza cultural da corte de Frederico II, em especial na Itália: um período de paz, prosperidade e estabilidade, explicado pelas boas relações de que as cidades italianas gozavam com os cruzados e com cortes vizinhas (BURNETT, 2009). Ao que tudo indica, apenas uma canção do Imperador chegou até nós (vide MALETTE, 2005, p. 177).

conhecidos primeiros versos do Canto XXVI do *Inferno*” (TRESOLDI, 2011a, p. vii - viii).

E assim, fazendo um levantamento da fortuna crítica inicial que este tratado inacabado teve, avaliamos que os estudiosos que fizeram o estabelecimento de seu texto a partir de seus manuscritos pavimentaram o caminho para novas traduções, forneceram subsídios para estudos mais aprofundados e para uma exegese abrangente da obra. No entanto, embora se tenha buscado uma interpretação mais ampla do sentido do DVE, e embora se tenha investigado hipóteses bem diversas nesse sentido, não foi possível até o momento definir exatamente de que trata o texto.

Bordini, comparando o Livro II do DVE com outros textos da época, comenta:

“Dante novamente rompe com os valores vigentes na sua época. Os manuais de poesia do século XIII — vide o, na época, popular *Poesia Nova* de Geoffrey de Vinsauf⁶⁴ — eram coletâneas de truques retóricos e figuras de linguagem [...]. Tais recursos são quase ignorados por Dante, que focaliza principalmente a estrutura e a dicção da estrutura poética da *canzone*. Entretanto a ênfase da norma estipulada está no princípio da compatibilidade entre o estilo do poema e o tema a ser abordado. Dessa maneira, a mais nobre das línguas, o vernáculo ilustre⁶⁵ — deverá ser empregado somente com o mais nobre dos temas — o Amor, a Guerra e a Virtude — dentro da mais nobre das formas — a *canzone*” (BORDINI, 2011, p. xv – xvi).

Esses princípios Dante herdou da *Ars Poética* de Horácio. Entretanto, cabe a ressalva de que, quando Dante emprega o trágico e o cômico em seu livro, ele não está se referindo ao gênero dramático, mas ao tipo de métrica e vocabulário utilizado na poesia antiga. Para os aspirantes a poetas Dante recomenda a leitura e o estudo de Ovídio, Lucano e Lívio, argumentando que a diferença entre o poeta antigo e o moderno era que aquele possuía um estudo de Poética que lhe permitia compor segundo outros modelos, e não apenas “segundo o caso”. Dante também dirige críticas a vários poetas de sua terra, como Guittone d’Arezzo⁶⁶, ao escrever: “[...] que os partidários da ignorância cessem, portanto, de celebrar Guittone d’Arezzo e certos outros, gente que nunca abandonou os modos populares em seus vocábulos e construções (DVE 2 vi 8)”.

⁶⁴ Geoffrey de Vinsauf (? – c. 1208-1213), retórico inglês, autor da *Nova Poetria* e da *Summa de Coloribus Rhetoricis*, obras muito citadas até o fim da Idade Média.

⁶⁵ “Vulgar ilustre”, na tradução de Vivai 2009.

⁶⁶ Guittone d’Arezzo (c. 1235 – 1294), poeta e religioso italiano. Foi um dos nomes mais importantes da Escola Toscana, corrente literária do fim da Idade Média.

Essa não-adesão proposital aos modelos retóricos vigentes em sua época destaca claramente o texto do DVE das muitas retóricas que circulavam contemporaneamente.

Dante exemplifica o seu ensino citando versos extraídos de composições de 19 poetas ao todo. Embora ele deixe o seu tratado incompleto justamente na parte em que comentava as *canzoni*, é de particular importância notarmos porque Dante preconiza o uso do vulgar ilustre para este estilo de composição. A *canzone* é uma forma poética recuperada pelos poetas da *Scuola Siciliana*, à qual Dante faz menção em 1 xii 4⁶⁷, ao definir seu líder, o imperador Frederico II, e também o seu filho Manfredo, como símbolos de sofisticação cultural e mecenato. Dante os elogia como homens de inteligência e discernimento, os pilares por trás da vida cultural do Reino da Sicília.

A este respeito, comenta Mallette:

“Dante reconhece a primazia do Reino da Sicília no campo das letras italianas e coloca Frederico e Manfredo no centro da vida literária. Frederico — cujas associações com os muçulmanos e com a cultura islâmica lhe garantiram notoriedade por toda a vida — era enfim uma figura excessivamente controversa para ser representado entre os salvos. Os contemporâneos associaram claramente Manfredo com seu pai e atribuíram as mesmas virtudes cívicas e políticas a cada um deles [...]. Mas, ao mesmo tempo, Manfredo estava menos implicado com as heterodoxias que maculavam seu pai. Então Dante o coloca no início do *Purgatório*, como um símbolo do papel político que os governantes têm na construção de uma comunidade literária. Ao criar um Estado forte e gerar unidade política o Monarca cria um ambiente em que uma tradição literária unificada pode emergir. Assim, Manfredo é central não apenas para a meditação dantesca sobre o papel que a Igreja tem na construção de uma comunidade cristã, mas também para a sua consideração acerca da comunidade literária no contexto italiano”⁶⁸ (MALLETTTE, 2005, p. 67, tradução nossa).

⁶⁷ Em DVE 1 xii 4, referindo-se aos sicilianos e a Frederico II, diz Dante: “Aqueles senhores grandes e ilustres, o imperador Frederico e seu nobre filho Manfredo, souberam exprimir toda a nobreza e a retidão de suas almas e, enquanto lhes permitiu a fortuna, dedicaram-se às atividades apropriadas aos homens, desprezando aquelas bestiais. Por isso, todos aqueles dotados de um coração nobre e rico de graças divinas se esforçaram em manter-se próximos à majestade de tais príncipes; de consequência, tudo quanto àqueles tempos foi produzido por italianos de almas nobres vinha à luz inicialmente naquela corte de tão insígnies soberanos. E como a sede do trono real encontrava-se na Sicília, deu-se que tudo quanto nossos predecessores produziram em vernáculo fosse chamado de ‘siciliano’, termo que ainda hoje empregamos e que os vindouros não conseguirão alterar” (DVE, trad. Tiago Tresoldi).

⁶⁸ *Dante recognizes the primacy of the Kingdom of Sicily in the field of Italian letters and displays Frederico and Manfredi in the center of the literary life. Frederico — whose associations with Muslims and the Islamic culture granted him notoriety for life — was after all an excessively controversial character to be represented among the saved. The contemporary associated clearly Manfredi to his father and attributed the same civic and political virtues to each one of them [...]. But, at the same time, Manfredi was less implied with the heterodoxies which maculated his father. So Dante puts him in the beginning of Purgatorio, as a symbol of the politic role which governants have in the building of a literary community. Creating a strong State and generating political unity the Monarch creates an environment in which a unified literary tradition can emerge. Thus Manfredi is central not only to Dante’s meditation about the Church’s role in the making of a Christian community, but also to his consideration about the literary community in the Italian context.*

Comentando adicionalmente o uso que Dante faz da figura dos monarcas sicilianos, Mallette prossegue:

“O retrato estereoscópico provido pelas suas aparições em *De Vulgari Eloquentia* e na *Commedia* evoca a construção da ortodoxia linguística e poética em um ambiente caracterizado tanto pelas heterodoxias culturais (haja vista a condenação de Manfredo como sarraceno, que Dante desafiou por colocá-lo no *Purgatório*) e heterodoxias linguísticas (note-se a celebração dantesca de Manfredo como uma das figuras centrais em torno da qual uma tradição linguístico-literária se solidificou na Sicília)” (MALLETTE, 2005, p. 68, tradução nossa)⁶⁹.

Assim, ainda segundo Mallette, a leitura que Dante faz de seus predecessores literários sicilianos sugere uma visão mais complexa daquela tradição do que a que geralmente encontramos na história literária, não apenas considerando-os como os inventores de uma linguagem que poderia servir de meio literário para os poetas de toda a península, mas elevando-os mesmo a uma posição mais significativa no contexto da história literária do continente europeu.

Ao lado das importantes considerações que Dante coloca em DVE 1 xii 4 sobre os sicilianos, há a discussão do patrimônio poético representado pela obra de Giacomo da Lentini⁷⁰ (*Purgatório* XXIV, 56), como indicativo de apontá-lo como *caposcuola* de todo o grupo. Este papel é reforçado pela grande quantidade de poemas seus (e consistente qualidade dos mesmos) no *canzoniere* que ficou conhecido como *Vaticano Latino* 3793.

Mallette destaca que na *canzone*⁷¹, os poetas reduziram o seu repertório poético a um único tema: “a situação do amor e suas ramificações psicológicas”. Ainda segundo

⁶⁹ *The stereoscopic portrait provided by their appearance in De Vulgari Eloquentia and in the Commedia evokes the construction of the linguistic and poetic orthodoxy in an environment characterized by cultural heterodoxies (as seen by the condemnation of Manfredi as sarracen, which Dante challenged by placing him in the Purgatory) and linguistic heterodoxies (notice Dante's celebration of Manfredi as one of the central characters around whom a linguistic-literary tradition solidified in Sicily).*

⁷⁰ Giacomo da Lentini, ou Jacopo il Notaro (1210 – 1260), poeta siciliano e notário da corte do Imperador Frederico II. É considerado o principal poeta da *Scuola Siciliana*, e a ele também se atribui a criação do soneto.

⁷¹ Segundo Brande, a *canzone* é um tipo de poema lírico adotado, com algumas modificações, da poesia dos trovadores. Entrou na Itália no século XIII, e é dividida, do mesmo modo que a ode estrófica grega, em *stanzas*, nas quais o número e o lugar das rimas e o metro dos versos se correspondem respectivamente. A última *stanza*, geralmente mais curta que as outras (à semelhança do épodo da ode), é chamada *congedo*, ou *ripresa*, e consistia, geralmente, em um reforço temático do conjunto da *canzone*. Essa forma de poesia, além de muito usada pelos sicilianos e por Dante e seus contemporâneos, foi

a pesquisadora, eles usavam o poema de amor como veículo para meditação científica, integrando a linguagem da filosofia natural em geral com a fisiologia em particular em suas discussões dos predicativos daquele que ama. Eles promoveram um divórcio entre poesia lírica e representação musical: “parece que sua poesia foi concebida para ser lida, não executada musicalmente.” Assim procedendo, “ao rejeitar os requerimentos formais de maior peso das formas mais complexas e ao reduzir o seu repertório a uma única forma, a *canzone*, os sicilianos conseguem atingir as mais dinâmicas intervenções literárias de sua contemporaneidade” (MALLETTE, 2005, p. 75 – 76).

Dessa forma, Mallette (2005, p. 81) avalia que a atenção que Dante devota aos sicilianos em DVE 1 xii 4 consolidaria a compreensão de que os poetas sicilianos foram os tradutores das tradições poéticas do continente para uma audiência italiana. Mas não passa despercebida para a autora a ironia da celebração dantesca de uma “corte siciliana” quando, de acordo com a própria história do território que seu texto passa em revista, a Sicília não seria uma corte organizada, pelo menos nos sentidos mais básicos do termo.

Comentando essa singularidade no DVE, Mallette afirma:

“As qualidades que Dante identificou na Sicília não requerem um centro físico — uma capital, um palácio real, uma ‘corte’. O que Dante celebrou foi primariamente o ato heróico de criação que gerou uma cultura monolíngue em uma região que previamente havia sido caracterizada pelo plurilinguismo. O *De Vulgari Eloquentia*, afinal, conta uma história similar [...]. O senso de coerência em torno da figura central de um monarca na Sicília pode ter fornecido a força centrípeta por trás da geração de uma língua literária na Sicília; o próprio Dante teria, em última instância, a mesma função para os poetas da Itália”⁷² (MALLETTE, 2005, p. 81, tradução nossa).

Assim, a apologia natural a um vulgar dotado de uma nobreza inata parece não encerrar o último e final objetivo de Dante com o seu DVE, e sim o vulgar “ilustre, cardinal, áulico e curial” (DVE 1 xvi 6) para uso literário, que não abre mão das prerrogativas do primeiro, e também abarca a tradição de estabilidade e permanência da

adaptada por Petrarca para a expressão de diferentes modalidades de pensamento — sonoro, elevado e heróico (BRANDE, 1847, p. 193).

⁷² *The qualities Dante identified in Sicily don't require a physical center — a capital, a royal palace, a 'court'. What Dante celebrated was primarily the act of Prometheus of creation which generated a monolingual culture in a region that previously had been characterized by plurilinguism. De Vulgari Eloquentia, after all, tells a similar story (...). The sense of coherence around the central figure of a monarch in Sicily may have provided the centripetal force behind the generation of a literary language in Sicily; Dante himself would have, for instance, the same function for the poets in Italy.*

“gramatica”; a sua eloquência parece ser um potencial de realização de uma língua que detém as prerrogativas para tal uso já em ato.

1.6 A recepção do *De Vulgari Eloquentia* de 1868 até o presente

Discutindo o célebre juízo manzoniano em sua *Lettera intorno al libro ‘De Vulgari Eloquio’*, de 1868, que dissocia o DVE da *Questione della Lingua* Vivai (2009, p. 17) considera-o “exagerado”. Já Mengaldo se recusa a elencar as “ações vivas ao interno de uma cultura que utiliza [o texto do *De Vulgari Eloquentia*] ‘interessadamente’”, considerando este “um capítulo menor da ‘fortuna de Dante pelos séculos’ e da exegese científica dantesca” (MENGALDO, 1968, p. xx, xxi). Os três autores citados, representando três momentos da recepção do DVE em um período concomitante com os registros da recepção documentada em acervos da cidade de São Paulo, transmitem sucintamente o quanto se tem debatido acerca da interpretação do tratado de Dante nos últimos anos.

Mengaldo se posiciona em prol de um estudo mais acurado do DVE de Dante: “Por outro lado, como espero que demonstrem também nossas considerações subsequentes, há necessidade de se opor à tendência moderna (exemplarmente demonstrada já no célebre juízo manzoniano) a lançar mão de um caráter essencialmente ‘estilístico’ dos interesses de Dante e da doutrina do tratado: uma consequência interpretativa decorrente, entre outras, é a escassa consideração ou uma exegese apressada de uma seção de tal forma central da obra, como os quatro capítulos finais do primeiro livro” (MENGALDO, 1968, p. xxii, nota).

É um fato notável que no século XX boa parte da recepção do DVE, já dissociada da *Questione della Lingua*, fundamenta-se em novas leituras e estudos interpretativos.

De fato, após a edição de Maignien & Prompt em 1892, a edição com texto estabelecido e comentários de Pio Rajna em 1896, cresce o interesse por uma exegese mais apurada do tratado, especialmente com a descoberta do manuscrito mais antigo da obra por Ludwig Bertalot em 1917 e a subsequente publicação do texto latino no DVE com as notas do erudito. O resultado é a replicação do interesse na revisão do texto dantesco em uma série de trabalhos que saíram nos anos seguintes, como os comentários de Pio Rajna à edição latina de Bertalot, em publicações como *Bulletino della Società Dantesca* XXV (1918), p. 136-166, e também Aristide Marigo, em *Il testo*

critico del De Vulgari Eloquentia. Il Codice Berlinese e le recenti edizioni, publicado no *Giornale storico della Letteratura Italiana*, LXXXVI (1925), p. 289-338; novamente Pio Rajna, *Approcci per una nova edizione del De vulgari eloquentia*, em *Studi Danteschi*, XIV (1930), p. 5-78 e G. Contini e seus comentários à edição de Marigo, no *Giornale storico della Letteratura Italiana*, CXIII (1939), p. 283-293, dentre várias outras.

Sobre a questão da primeira língua falada pelo homem, retomaram o tema, instigados pela investigação dantesca do assunto, R. Dragonetti, em *Aux frontières du langage poétique* em *Etudes sur Dante, Mallarmé, Valéry*. Gand, 1961, p. 13-14, S. Rizzo em *Il De vulgari eloquentia e l'unità del pensiero linguistico di Dante*, em *Dante Studies* LXXXVII, 1969, p. 69-88, Z.B. Baransky em *Dante's Biblical Linguistics, Lectura Dantis*, 5 (1981), p. 105-143 e L. Sebastio, *Il poeta e la storia. Una dinamica dantesca*, Firenze, 1994, p. 97-159.

Sobre a relação entre Dante e a filosofia medieval da língua, sobretudo com os modistas, temos M. Corti, *Dante a un nuovo crocevia*. Firenze. 1981, p. 33-76, Ead em *Il modello analogico del pensiero medievale e dantesco em Dante e le forme dell'alegoresi*, a cura de M. Picone, Ravenna 1987, p. 11-20, e do mesmo autor, *De vulgari eloquentia de Dante Alighieri*, em *Letteratura Italiana. Le opere*, org. de Asor Rosa, v. 1, Torino, p. 187-209 e Umberto Eco, *La ricerca della lingua perfetta nella cultura europea*, Roma-Bari, 1993, p. 40-59, dentre outros.

Sobre o tópico da confusão babélica discorre L. Sebastio em *Lingua, scienza, poesie e società nel De vulgari eloquentia*, 1984, p. 11-108 e sobre o tópico da diferenciação das línguas, dois trabalhos se destacam, M. Tavoni, *Contributo all'interpretazione di De vulgari eloquentia I, 1-9*, na *Rivista di letteratura italiana*, V (1987), p. 39-54 e P. V. Mengaldo, com seu *Un contributo all'interpretazione di De vulgari eloquentia I i-ix*, de 1989.

Envolvendo a questão do pensamento linguístico de Dante, com atenção especial para o vulgar ilustre, temos um amplo corpus de trabalhos, que vão desde d'Ovidio, *Sul trattato De vulgari eloquentia di Dante Alighieri* (1873) em *Versificazione italiana e arte poetica Medioevale*, Milano, 1910, p. 425-562, passando por Nardi, *Il linguaggio* (1921) em *Dante e la cultura medievale*, a cura di P. Mazzantini, Roma-Bari, 1985, p. 172-195, C. Grayson, *Nobilior est vulgaris: latino e volgare nel pensiero di Dante* (1963) em *Cinque saggi su Dante*, Bologna, 1973, p. 1-31.

As poesias citadas no DVE foram o objeto de estudo de F.R. Hausmann em *Die Gedichte aus Dantes DVE*, München, 1986, com textos e um amplo comentário.

No que diz respeito à ação política de Dante, temos G. Petrocchi, *La storia politica di Dante*, como introdução ao tratado dantesco *De Monarquia*, a cura di M. Pizzica, Milano, 1988 e a obra de M. Shapiro, o trabalho *De Vulgari Eloquentia*, *Dante's book of exile*, de 1990, que além de trazer uma nova leitura do tratado, expressa em uma consistente seção de comentários, contém uma tradução do texto para o inglês.

De 1996 é a edição de Steven Botterill do tratado, contendo uma seção de comentários bem abrangente e a sua tradução do texto para o inglês.

Botterill, ao comentar as considerações sobre a natureza específica da língua a que Dante procede em DVE 1 ii 8, destaca que elas apresentam consideráveis premonições de teorias do séc. XX, de que a língua é um sistema de signos, no qual um som ou imagem convencionais ou arbitrários são aceitos por aqueles que usam uma certa língua, como representando um certo construto mental. Entretanto, Botterill abre um parêntesis para enfatizar que “poucos teóricos estão cômscios do quanto elas são baseadas em idéias familiares ao Ocidente desde o período cláássico” (BOTTERILL, 1996, p. xix).

Comentando a aproximação das idéias de Dante em DVE em relação à moderna semiótica, assim prossegue Botterill:

“As palavras chaves de Dante neste ponto são ‘racional’, para o construto mental e ‘perceptível’ [‘sensível’] para o som ou imagem convencional; e existe correspondência suficiente aqui com as noções de ‘signifié’ e ‘signifiant’ da semiótica moderna para encorajar uma comparação mais próxima do que o espaço, nesta ocasião, permitirá – muito embora, deva ser notado que, ainda que Dante identifique os signos e a sua arbitrariedade como a base da língua como sistema, ele não antecipa a ênfase nas relações *entre* signos, especialmente as maneiras pelas quais eles diferem, que tem estado no cerne da semiótica desde Saussure”⁷³ (BOTTERILL, 1996, p. xix, tradução nossa).

Notamos, assim, uma busca de leituras alternativas do tratado em alguns autores no decorrer do séc. XX e, em praticamente todos os autores que pesquisamos, a busca de uma exegese mais abrangente do DVE. É verdade que em alguns desses autores a

⁷³ *Dante's key words in this argument are 'rational', for the mental construct, and 'perceptible', for the conventional sound or image; and there is enough of a correspondence here with the notions of 'signifié' and 'signifiant' in modern semiotics to encourage a closer comparison than space, on this occasion, will permit – though it may be noted, for instance, that although Dante identifies signs and their arbitrariness as the basis of language as a system, he does not anticipate the stress on relationships between signs, especially the ways in which they differ, that has been at the heart of semiotics since Saussure.*

questão que apresenta mais peso no tratado de Dante é a pesquisa linguística, especialmente o seu apanhado da configuração linguística da Europa e da Península Itálica de seu tempo.

Intuindo que os seus achados pudessem não se limitar a isso, presenciamos em nosso tempo a tentativa de aproximar a linguística de Saussure a Dante. Isso se dá especificamente com base no paralelismo entre os termos que o poeta usa no Livro 1 e a ideia de *langue*, conforme descacado por Eco 2002, o que, naturalmente, não carrega em si garantias, porque o mundo moderno praticamente fechou-se em torno do consenso de que as teses dantescas, se uma vez foram tão valiosas, não podem continuar valendo para a nossa contemporaneidade.

Muito tem sido feito, sem dúvida, por pesquisadores como Mallette (2005) que buscaram investigar o sentido cultural da *canzone* que Dante discute no DVE, suas intrincadas relações com o soneto e todo o trabalho dos expoentes da *Scuola Siciliana*, bem como as implicações literárias, linguísticas e culturais da sua exaltação da corte de Frederico II em DVE 1 xii 4.

Para nós, em nossa pesquisa, importa especificamente detalhar a partir de agora recepção que o DVE teve na cidade de São Paulo, uma importante *crocevia* do Brasil.

Nos 12 acervos da cidade de São Paulo que pesquisamos, encontramos a princípio poucos registros da recepção do tratado. Inicialmente, nosso trabalho de pesquisa aferiu que tradutores da *Divina Comédia* tiveram contato com o tratado dantesco, e que alguns deles fizeram uma leitura muito atenta da obra, mas isso somente nas décadas finais do séc. XIX (Pinto de Campos, 1886; Xavier Pinheiro, 1888; 1907).

A única tradução do tratado de que dispomos no Brasil foi publicada em São Paulo pelo Padre Vicente Pedroso (Pedroso, 1958), sendo que verificamos um crescimento exponencial da recepção do DVE somente nas duas primeiras décadas do século XXI (conforme comentaremos com mais detalhes no Capítulo 3).

Considerando-se o período mais recente da recepção do DVE em São Paulo, o trabalho de Cosimo B. S. Vivai se destaca, com a sua dissertação *Uma leitura do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri*, de 2009, contendo uma tradução parcial do tratado, feita diretamente do latim, e aprofundados comentários sobre a obra. Nesta primeira década do século, Vivai havia tratado de temas relativos à interpretação do DVE em outros 3 artigos (Vivai, 2005; 2006; 2008), dos quais o primeiro discute a necessidade de uma nova tradução do tratado no Brasil.

No período tivemos também a tradução do Livro 1 e 2 do DVE, por Tiago Tresoldi (2011), com comentários de Henrique S. Bordini, tradução que não foi até o momento publicada, mas encontra-se disponível em um acervo digital para consulta e download.

CAPÍTULO 2

Leituras do *De Vulgari Eloquentia*

Abordadas brevemente as questões culturais em torno da recepção do DVE na Itália, procedemos à investigação de sua recepção no Brasil, mais especificamente em 12 acervos que visitamos na cidade de São Paulo. Neste ponto de nossa abordagem, pautamos nossos estudos pelas informações que dispomos de três contextos linguísticos: o contexto da língua latina, do vernáculo italiano e o da língua portuguesa.

No contexto da língua latina, buscamos aferir se há registros da recepção do texto do DVE em latim em São Paulo. No que se refere à língua italiana, investigamos a interferência que pode ter ocorrido nessa recepção pelo forte intercâmbio que existe entre a cidade de São Paulo e a Itália, especialmente levando-se em conta a contribuição da imigração italiana para o crescimento da cidade. No âmbito mais específico da língua portuguesa, buscamos estudar a contribuição da crítica literária para o estudo e o comentário do DVE e como o trabalho desenvolvido nas universidades tem contribuído para a difusão do tratado pelos acervos da cidade.

2.1 A recepção do *De Vulgari Eloquentia* em latim

No que diz respeito à língua latina, a língua da erudição por excelência no Ocidente, e aquela em que Dante redigiu o DVE, encontramos apenas alguns traços dessa recepção. O presente estudo não encontrou evidências da circulação das edições latinas do tratado (1577 ou 1739). Em um dos acervos visitados, o das obras raras da Biblioteca Mário de Andrade, encontramos a edição do texto latino estabelecido por Pio Rajna em 1896 (reimpressão de 1907). Temos um registro de recepção do texto do DVE em latim neste mesmo acervo anterior ao trabalho do erudito italiano (XAVIER PINHEIRO, 1888; 1907). O autor do texto, no caso, um comentário à sua tradução da *Divina Comédia*, não cita, no entanto, a que texto latino recorreu.

Quanto à edição latina de Ludwig Bertalot (1917), não encontramos nenhum exemplar de seu texto em acervos de São Paulo, tendo acesso à sua obra somente via internet, a partir de um repositório digital sediado fora do Brasil.

A difusão da língua latina no Brasil data dos primórdios do trabalho de educação e catequese dos jesuítas a partir do estabelecimento de seus colégios no Brasil, com o ensino de sua doutrina e da religião católica junto aos povos indígenas. O uso do latim

para a disseminação da liturgia católica, uma tradição que continuou fortemente ligada ao ritual da missa, conforme detalha Trindade (2015, p. 93), sedimenta-se na deliberação do Concílio de Trento (1545 - 1563) e retoma, de certa forma, as preocupações do momento cultural que antecedeu a *Questione della Lingua* na Itália, no qual se procurava defender a língua latina da contaminação das línguas vulgares. No caso, a Igreja lidava com preocupação semelhante no que dizia respeito a seus textos litúrgicos e a seu cânone de textos sagrados (que incluíam a Bíblia). O latim consolida assim a sua exclusividade como língua litúrgica, usada em ocasiões especiais, como, por exemplo, no ritual da Missa, nos missais e nos documentos e comunicações internas da Igreja, uma orientação que prevaleceria pelos próximos quatro séculos.

De acordo com Trindade a língua latina tem “menos probabilidade de mudar ao longo dos séculos, já que é utilizada em contextos bastante específicos. Isso auxilia, certamente, na manutenção da precisão teológica e no resguardo da ortodoxia” (TRINDADE, 2015, p. 127, 128).

A catequese, a missa e a pregação católica difundem a palavra de Deus, e desse modo, não se pode conceber que a palavra possa ser corrompida por uma transmissão imprecisa para as línguas vernáculas. Neste ponto, a Igreja encontra um forte argumento para continuar difundindo o seu ensino em latim, juntamente com o ensino da língua latina no Brasil.

De acordo com Gianastácio (2014, p. 31) a Igreja Católica entendeu que o texto bíblico autêntico era o da *Vulgata*, a tradução da Bíblia elaborada por Jerônimo⁷⁴, na versão corrigida, visão que prevaleceria até o Concílio Vaticano II em 1961.

Assim, de certa forma, a Igreja compartilha a preocupação, em relação a sua liturgia, que os homens ilustres da Itália apresentavam no *Quattrocento* em relação ao latim, ao questionar se essa língua havia sido alvo de interferência por parte das línguas bárbaras. Os primeiros buscavam proteger a língua da expressão erudita, por equipar e manter o uso do latim, ao passo que os últimos buscavam manter numa língua eclesiástica e litúrgica o seu ensino, temendo incorrer em erro na transmissão das doutrinas com o passar do tempo e com a mudança linguística natural.

O Humanismo, partindo da redescoberta do latim de Cícero e do resgate dos clássicos, vai trazer também para a Igreja Católica, e, por extensão, para os jesuítas, cuja ordem fora fundada em 1534, esse componente de buscar por uma modernidade pautada

⁷⁴ Jerônimo (c. 347 – 420), sacerdote, teólogo e historiador, considerado confessor e doutor da Igreja. Sua obra mais conhecida é a tradução da Bíblia para o latim, conhecida como *Vulgata*.

por um classicismo estruturado na latinidade. Essa busca se expressa, por exemplo, na atitude militante dos próprios jesuítas que saíam da Europa para promover a catequese no mundo. Se, por um lado, muito da motivação do pensamento católico parte do conservadorismo que zela pelas tradições, parte delas assimilou a própria essência do movimento humanista, com os ideais da valorização da arte, da cultura e da ciência.

No caso da Igreja, o clássico não representa sempre o mesmo que significou para os humanistas, mas é também o resgate de um período em que as tradições eclesiásticas se consolidaram. Ainda assim, o apego a formas clássicas é um conceito do qual a religião se apropriou. Tendo sido a Itália o berço do Humanismo e da Igreja Católica Apostólica Romana, que passam a dividir uma mesma língua oficial (ainda que com objetivos e especificidades diferentes), certos traços comuns permitiram ao catolicismo abarcar os movimentos inovadores do mundo pós-medieval sem abrir mão de seu tradicionalismo medieval (TRINDADE, 2015, p. 130).

Alberigo (*apud* Trindade 2015, p. 132) comenta que séculos depois do Concílio de Trento, por ocasião da realização do Concílio Vaticano II, ainda havia argumentos para manter o uso do latim na liturgia, embasados no temor de que o uso do vernáculo pusesse em perigo a unidade litúrgica e, desse modo, a unidade dos povos cristãos. Nesses argumentos, o latim era referido como instrumento superior a nível intelectual, preciso e categórico para a formulação da doutrina da Igreja e guardião do senso de mistério da liturgia.

Mesmo com a proscrição do ensino jesuíta em 1755 pelo Marquês de Pombal⁷⁵ e o estabelecimento do ensino laico no Brasil, os colégios que se estabeleceram com base nessa nova diretriz se preocuparam com o ensino do grego, do latim, juntamente com os textos clássicos, estes em latim, ao lado do ensino das línguas vernáculas⁷⁶. Após esse período mais rigoroso, em que o ensino laico ganha força no Brasil, os jesuítas se restabelecem no que ficou conhecido como “a restauração”, e um marco desta retomada é a fundação do Colégio São Luís em Itu em 1867, regido por um programa de ensino estruturado pela Ordem e que foi o responsável pelo ensino da elite paulistana nessa

⁷⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras, e, depois, Marquês de Pombal (1699 – 1782), nobre, diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750 – 1777), uma das figuras mais controversas e carismáticas da história portuguesa.

⁷⁶ O ensino laico estabelecido no Brasil logo após a expulsão dos jesuítas buscou, na medida do possível, retomar o ensino no grego e do latim, associado à leitura dos textos clássicos. A tentativa de estabelecer uma educação laica com alguma qualidade esbarrou, no entanto, em inúmeras dificuldades, dentre as quais, a falta de mestres com alguma qualificação para o ensino das línguas e dotados de suficiente conhecimento das obras clássicas para tal tarefa.

segunda metade do séc. XIX. Em seu programa pós-restauração, os jesuítas elegem o ensino do latim em detrimento das línguas nativas, definindo autores a serem lidos, privilegiando, no caso, os autores clássicos (COLSATO, 2017, p. 64).

Franca afirma que nesse programa “o apuradíssimo estudo do latim privilegiava a leitura de autores clássicos, manejo de normas gramaticais e auxiliava no domínio das línguas pátrias” (FRANCA, 1952, p. 10).

Ainda de acordo com Colsato nas dependências do Colégio São Luís:

“A língua de comunicação nas cartas e nos ‘livros-diário’ dos professores era o latim. Toda anotação feita sobre os alunos nos livros, desde as aptidões especiais em algum instrumento musical, como o piano; até problemas de saúde e dentários eram feitas nessa língua. Nos atos litúrgicos e festejos, a língua empregada também era o latim. A língua falada nos corredores e nas aulas era a vernacular” (COLSATO, 2017, p. 83-84).

O final do século XIX e o século XX, de forma mais acentuada, testemunharão um declínio no número de aulas de latim oferecidas no ensino secundário, período letivo em que se possibilitava ao aluno um contato um pouco mais ampliado com os textos da tradição clássica greco-latina. Essa redução consta das diretrizes preconizadas a partir das leis que regulamentaram o ensino no Brasil para este período.

Desse momento em diante, o latim é retirado paulatinamente do currículo do ensino secundário, e seu ensino no Brasil é pautado, por um lado, pela recepção dos clássicos, e por outro, com vistas a beneficiar o aprendizado das línguas vernáculas. Assim, reza o art. 9º do Decreto 3251/1899: “III. No latim e no grego se procurará inculcar no aluno a compreensão dos clássicos mais comuns e principalmente o subsídio que estas línguas fornecem à língua vernácula.” O Decreto no. 8.660, de 5 de abril de 1911 assim prevê: “A compreensão e tradução dos clássicos mais comuns, os principais períodos literários, as íntimas relações que ligam as duas línguas mortas ao nosso vernáculo e às outras línguas vivas oferecerão o assunto das aulas.” Novamente, no decreto 11.530 de 18/03/1915, encontramos: “O ensino de Latim será ministrado de modo que no último ano o aluno possa traduzir qualquer trecho das orações de Cícero ou das obras de Virgílio” (SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 41-42).

Desse modo, o discurso presente no subtexto da legislação brasileira apresenta uma alegada justificativa para esta redução, ao classificar o latim e o seu correlato na tradição clássica, o grego, como “línguas mortas” ou ao apresentá-los em contraste com as línguas vivas — a língua francesa, que era no início do período a língua estrangeira

moderna de ensino obrigatório no Brasil, a língua inglesa, ao lado do alemão (esta última oferecida em caráter opcional) — ou com o vernáculo português.

Apresentam-se também como justificativa para a permanência do latim e do grego nos currículos “a compreensão dos clássicos e os subsídios que estas duas línguas mortas oferecem a compreensão do vernáculo” (1899); “compreensão dos clássicos e ligações entre essas duas línguas e a língua portuguesa e às outras línguas” (1911) e “tradução de obras clássicas de Cícero e Virgílio” (1915).

Assim, diante do argumento de ser o latim uma língua morta, os defensores do estudo da língua contrapõem estratégias argumentativas para defender a necessidade de seu estudo e a sua permanência no currículo. Em sua obra *Elementos da gramática latina*, Luis Antônio dos Santos (1924) também define o latim como “língua morta”, embora forneça uma lista de razões para se aprendê-la:

“Conquanto seja o Latim uma língua morta, é de grande utilidade o seu estudo. Sem conhecimento do Latim não é possível o estudo da Gramática histórica do nosso vernáculo nem o emprego adequado de numerosos vocábulos do nosso idioma, ignorando-se a sua precisão. É indispensável aos juristas e útil para o estudo das ciências, mormente da botânica. Sem saber o Latim nunca poderiam os literatos apreciar em seus originais as obras dos poetas e prosadores romanos cheias de belezas admiráveis. Finalmente, sendo a língua da Igreja Católica, é língua universal.”
(SANTOS, 1924, p. 18)

Os discursos dos grandes latinistas do período procuram desse modo desconstruir o conceito de “língua morta”, substituindo-o pelo conjunto de utilidades do latim ou pela idéia de permanência da língua latina, como é o caso de Ernesto Faria (1935, p. 7), que se propõe a estudar essa sobrevida que a língua apresenta em seus principais aspectos.

De acordo com Bassetto, o latim medieval permaneceu como um “adstrato permanente”⁷⁷ das línguas românicas, pois, “sempre que o léxico herdado, reconhecível pelos metaplasmos que lhe deram feição fonética e morfológica característica em cada

⁷⁷ Sobre a condição de substrato, superstrato e adstrato, Bassetto discorre mais detalhadamente ao comentar a manutenção da condição do bilinguismo (uso de duas línguas, o latim e uma língua local) durante a fase de formação das línguas românicas. Ocorre a formação de um substrato quando a língua de menor prestígio desaparece em função da colonização de um povo, mas mantém marcas na língua dominante, à medida em que esse povo assimila e vai sendo assimilado pela nova cultura. Nos casos em que a língua do dominador político deixa de ser falada, mas deixa marcas na língua do povo que foi dominado, temos a ocorrência do superstrato. Quando uma língua vigora ao lado de outra, sendo que uma delas tem maior prestígio e se torna, por isso, fonte de empréstimos para a outra língua, temos a condição de adstrato (BASSETTO, 2013, p. 152 – 163).

língua românica necessitava dum novo termo para designar algo diferente, um conceito recém-criado, uma descoberta, etc., recorria ao tesouro desse latim escrito” (BASSETTO, 2013, p. 171). O latim medieval serviu de modelo também para a prosa literária, tratando-se de uma influência culta sempre presente em textos da língua portuguesa e de outras línguas românicas.

Trindade (2015) aponta que o uso de textos religiosos da liturgia católica em latim manterá vivo o interesse na língua no decorrer do século XIX e XX, com a penetração de formas latinas originárias desse uso na língua e na cultura popular do Brasil.

A década de 1930 e o início da década de 1940 é também a época da fundação de várias faculdades de filosofia, ciências e letras, o que impacta pela demanda editorial de métodos, de estudos e pesquisas relacionadas ao latim e pela leitura e tradução dos clássicos como um todo. O período conta com a fundação da Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo (1931), a fundação do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras “*Sedes Sapientiae*” (1933), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), a fundação no Rio de Janeiro da Escola de Filosofia e Letras, integrando a então Universidade do Distrito Federal (1937), criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1937) e o reconhecimento da Faculdade de Filosofia de São Bento, em São Paulo, em 1940 (TUFFANI, 2006, p. 23-24).

Santos Sobrinho (2013, p. 50) aponta que, apesar de todas as limitações impostas com a LDB de 1961, a língua latina encontra um precário ponto de apoio junto aos cursos de Letras, Filosofia e Ciências devido à demanda editorial de métodos de ensino de língua latina e de novas edições e traduções de textos clássicos.

O interesse pelos textos clássicos que alimentava essa demanda, bem como a prática da tradução a partir do latim e do grego no Brasil, no entanto, vêm de um período anterior, conforme atesta a professora da área de estudos clássicos Adriane Duarte (2016, p. 44-47). Segundo ela, inicialmente, o mister de verter os clássicos para a língua portuguesa foi dominado pelos “patriarcas” da tradução, dentre os quais encontramos Odorico Mendes⁷⁸, admirado por Machado de Assis⁷⁹, que o considerava “o intérprete perfeito” da Antiguidade e lido por D. Pedro II. Mendes traduziu a

⁷⁸ Odorico Mendes (1799 – 1864), político, tradutor, poeta, publicista e humanista brasileiro.

⁷⁹ Machado de Assis (1839 – 1908), escritor, dramaturgo, jornalista e crítico literário. Leitor atento dos clássicos, era apreciador da música, da língua e da cultura italianas, sendo o primeiro a traduzir o Canto XXV da *Divina Comédia* no Brasil, em 1874.

Odisseia (1824), concluiu a tradução da *Eneida*, das *Gorgicas* e das *Bucólicas* de Virgílio (1858), além da tradução da *Iliáda*. João Gualberto Ferreira dos Santos Reis⁸⁰ traduziu a *Eneida* (1845, dedicada a D. Pedro II) e a coletânea *Geórgica Brasileira*.

A respeito do título de “patriarca” atribuído a Odorico Mendes, ressalta Duarte que: “(...) se evoca por um lado o pai fundador de uma tradição, também remete a um contemporâneo seu, José Bonifácio de Andrada e Silva⁸¹, por alcunha o ‘Patriarca da Independência’. Aliás, também ele afeito às letras clássicas (...)” (DUARTE, 2016, p. 45).

A seguir, a professora elenca trechos de traduções da *Teogonia* de Hesíodo e das *Bucólicas* de Virgílio para o português assinadas por Andrada e Silva e passa a comentar o caso do próprio Imperador D. Pedro II⁸², que traduziu o *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo e a *Odisséia*, de Homero (1891). Embora suas traduções consistissem mais em exercícios linguísticos, uma vez que o imperador havia, por erudição, aprendido o latim, o grego, o aramaico e o sânscrito, elas ainda motivaram as obras de João Cardoso de Meneses e Souza⁸³, e de Ramiz Galvão⁸⁴, helenista e professor do Colégio D. Pedro II.

Ainda segundo Duarte (2016), um segundo período de recepção dos clássicos foi dominado pelos tradutores “diletaentes”, no sentido de trabalharem como autodidatas da tradução e de desenvolverem o trabalho de forma paralela à sua principal atuação. Neste período destacam-se Carlos Alberto Nunes⁸⁵, que traduziu a *Odisseia* (1941), a *Iliáda* (1945), a *Eneida* (1981) e toda a obra de Platão, Péricles Eugênio da Silva Ramos⁸⁶, que organizou e verteu do grego e do latim uma antologia de poesia (1964) e as *Bucólicas*,

⁸⁰ João Gualberto Ferreira dos Santos Reis (1787 – 1861), poeta, tradutor e professor de latim.

⁸¹ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838), naturalista, estadista e poeta. Sua atuação política foi decisiva para a Independência do Brasil, em 1822.

⁸² Dom Pedro II (1825 – 1891), tendo por alcunha O Magnânimo, foi o segundo e último monarca do Império do Brasil. Além de seu papel fundamental para a consolidação do Estado no Brasil, o Imperador se destacou pela sua erudição e a facilidade com que aprendia as línguas clássicas e vernáculas. Dentre as diversas traduções que fez, encontram-se dois cantos do *Inferno*, o Canto V e o Canto XXXIII.

⁸³ João Cardoso de Meneses e Souza (1827 -1915), o barão de Paranapiacaba, poeta, jornalista, advogado, tradutor, professor, e político.

⁸⁴ Benjamim Franklin Ramiz Galvão, o Barão de Ramiz, ou simplesmente Ramiz Galvão (1846 – 1938), médico, professor, filólogo, biógrafo e orador.

⁸⁵ Carlos Alberto Nunes (1897 – 1990), médico, literato, poeta e tradutor brasileiro.

⁸⁶ Péricles Eugênio da Silva Ramos (1919 – 1992), poeta, tradutor, ensaísta, crítico literário e professor.

de Virgílio (1982), Mário da Gama Kury⁸⁷, que verteu para o português todo o teatro grego, as tragédias e as comédias, Guilherme de Almeida⁸⁸, que traduziu a *Antígona* de Sófocles (1952) e Paulo Leminski⁸⁹, o qual contribuiu com a sua tradução do *Satyricon* (1985) (DUARTE, 2016, p. 49-54).

Notavelmente, a lista de Duarte inclui um soberano e um estrategista político do Império. Não era incomum o conhecimento das letras clássicas caminhar ao lado das práticas de estadista. É neste contexto que Daros (2015) comenta o trabalho de tradução de textos clássicos por governantes sulamericanos, no caso, as traduções do Imperador D. Pedro II e do presidente argentino, Bartolomé Mitre⁹⁰. Segundo Romanelli *et al.*, 2013, ambos mantinham intercâmbio constante, que se desenvolveu numa amizade consolidada pela erudição dos dois chefes de Estado. A tarefa de traduzir os clássicos, além de exercício linguístico, consistia, para eles, num nobilitante passatempo. De fato, o uso da língua latina e dos textos clássicos da latinidade como elemento formador das classes dirigentes, a que já fizemos menção, repousa numa tradição milenar. Além de deleitar, fomentar a discussão e o debate filosófico, era comum que os *scholars* da Antiguidade (e mesmo na Modernidade) se voltassem para a autoridade dos textos antigos, buscando, por meio deles, estabelecer uma questão incerta ou difícil de resolver. Eles se pautavam nessa tradição de textos em busca de ciência, de erudição, de sabedoria, de conhecimentos teológicos, de edificação, e, sobretudo, de elementos de coerência que pudessem apontar para a presença da verdade ali.

Que a busca da verdade e da edificação caminhassem junto à busca da erudição é algo propagado por Horácio (65 a.C. – 8 a.C.), que buscava colocar em prática o princípio do *utile dulce*, o ideal de produzir uma literatura que pudesse divertir ao mesmo tempo em que ensinava. No século seguinte, Quintiliano⁹¹ faz o elogio da literatura como formadora do homem. O mister horaciano permaneceu no decorrer dos

⁸⁷ Mário da Gama Kury (1922 – 2016), advogado, escritor e tradutor. É considerado um dos maiores tradutores de clássicos gregos para o português brasileiro.

⁸⁸ Guilherme de Andrade de Almeida (1890 – 1969), advogado, jornalista, crítico de cinema, poeta, ensaísta e tradutor.

⁸⁹ Paulo Leminski (1944 – 1989), escritor, poeta, crítico literário, tradutor e professor.

⁹⁰ Bartolomé Mitre Martinez (1821 – 1906), político, escritor e militar. Foi presidente da Argentina de 1862 a 1868. Traduziu para o espanhol a *Eneida* de Virgílio e a *Divina Comédia*. Foi o fundador do jornal *La Nación*, o qual, em 1906, publicou uma tradução da obra *Esau e Jacó* de Machado de Assis.

⁹¹ Marco Fábio Quintiliano (c. 35 – 100 d.C), orador e professor de retórica romano. Dentre as suas obras mais conhecidas, está o *Institutio Oratoria*.

séculos, sendo retomado e emulado de diferentes formas na literatura. Vamos encontrá-lo no *Metalogicon*, de John de Salisbury⁹², em que se postula que “o belo é o bom, o verdadeiro e o justo”. O conceito ultrapassa a Escolástica, e mesmo o Humanismo, reaparecendo adiante, na obra de Metastásio⁹³ (CURTIUS 1996, p. 104 – 110).

É justamente pela via da tradução que o médico italiano Luiz Vicente de Simoni⁹⁴ introduzirá a obra de Dante Alighieri no Brasil, por meio da sua seleção de textos italianos vertidos para o português, o *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*⁹⁵, de 1843. Trata-se de uma coletânea poética organizada por ele mesmo, e ofertada como presente ao Imperador por ocasião de seu casamento com a princesa Maria Teresa Cristina de Bourbon. A obra inclui traduções de diversos cantos da *Divina Comédia*, e promoveu o interesse pela leitura e pela realização de mais traduções dos clássicos da literatura italiana no Brasil.

Nossa pesquisa aferiu que a recepção de Dante no Brasil na ocasião concentrou-se nas traduções da *Divina Comédia* elaboradas pelo médico italiano (1843), pelo escritor Machado de Assis (1874), pelo Barão da Villa da Barra (1888), por Xavier Pinheiro (1888), e por Dom Pedro II (publicadas em 1889). A tradução do brasileiro Joaquim Pinto de Campos (1886) foi publicada em Lisboa, e uma outra do mesmo período, a de Domingos Ennes, foi publicada em Lisboa (1887) e no Rio de Janeiro (1889).

Machado de Assis é um nome que aparece nesse contexto como figura chave. O escritor fez uma afinada leitura dos clássicos da Antiguidade. Entusiasta da música, da ópera e das manifestações literárias italianas, marcando a literatura do período pela sua produção e sendo um expoente de grande importância também no que diz respeito à crítica literária, ele comparece nos três cenários que estudamos em relação à recepção

⁹² John de Salisbury, ou João de Salisbury (c. 1115-1120 – 1180), um dos mais brilhantes pensadores de seu tempo. Suas obras mais conhecidas, o *Policraticus* e o *Metalogicon* apresentaram importantes contribuições para o pensamento político.

⁹³ Antonio Domenico Bonaventura Trapassi (1698 – 1782) também conhecido como Pietro Trapassi, ou Pietro Metastasio, poeta e escritor, com destacada participação na *Accademia dell’Arcadia*, fundada em Roma em 1689.

⁹⁴ Luiz Vicente de Simoni (1792 – 1881), médico italiano que se destacou pelo seu *Ramalhete poético* (1843). Amigo do Imperador D. Pedro II e de vários outros expoentes das letras brasileiras, como Odorico Mendes, por exemplo.

⁹⁵ No *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*, De Simoni apresenta a tradução dos Cantos III, V e XXXIII do *Inferno*, o Canto I do *Purgatório* e o Canto I e XXXI do *Paraíso*. Apresenta também a sua tradução de uma seleção de sonetos de Petrarca, vários cantos do *Orlando furioso*, de Ariosto, cantos da *Gerusalemme liberata*, e de *Amynthas*, de Tasso e versos de Metastasio, dentre outros.

da obra de Dante no Brasil. Machado de Assis mostrou-se um atento leitor de Dante, e a sua tradução do Canto XXV do *Inferno* teve repercussões positivas, como se pode deduzir do que escreve J.A. Xavier Pinheiro⁹⁶ em seu Prólogo à segunda edição da tradução de seu pai:

“Foi em 1874, depois de ter lido, no ‘*Globo*’, uma tradução feita pelo primoroso escriptor Machado de Assis, de um canto do “Inferno”, que meu Pae se abalçou a “tomar tamanha empresa.”

Meu progenitor, depois de ter lido o canto traduzido pelo psychologo de ‘*Braz Cubas*’ e achal-o encantador, interpretou, a conselho de seu collega, o canto immediato.

O Sr. Machado de Assis achou que a tradução era primorosa e que quem tinha tão bem compreendido o poeta florentino, podia traduzir todo o poema e isso o disse, de viva voz, a meu progenitor, que proclamava o seu colega como o causador d’elle ter posto todo o resto de sua existência na trasladação do poema para nossa lingua” (XAVIER PINHEIRO, J.A., 1907).

Assim, não encontramos no presente estudo elementos que nos permitam dizer quais outras obras de Dante Alighieri o escritor brasileiro possa ter lido, e mesmo se conhecia o DVE na ocasião em que entrega a sua tradução do mencionado canto da *Divina Comédia*. Mas sabemos que a partir de então Xavier Pinheiro passa a realizar estudos que incluíam o DVE, a fim de ter uma interpretação mais aprofundada do pensamento dantesco e poder dedicar-se com êxito ao desafio de elaborar a sua tradução do poema sagrado.

Ao fazermos uma análise dos comentários de Xavier Pinheiro, percebemos que o tradutor transita com facilidade entre o português, o italiano de Dante e o latim. Isso pode ser verificado nos comentários que ele fez a todos os 100 cantos da *Divina Comédia*, e escolhemos alguns comentários ao Canto I do Inferno para exemplificar.

Nota ao Canto I, 1 (p. 29, 30). “Infere-se d’este verso que Dante declara que se realisou a sua viagem no anno de 1300, aos 35 annos de sua idade. Esta era a sua opinião manifestada no Convito, de harmonia com estas palavras de David em um de

⁹⁶ J. A. Xavier Pinheiro, filho do tradutor da *Divina Comédia*, José Pedro Xavier Pinheiro, escreveu o prefácio da obra de seu pai, publicada postumamente em 1888. Neste texto, ele relata o seu empenho em obter apoio para uma publicação completa da tradução, incluindo os cantos do *Inferno*, *Purgatório* e o *Paraíso*. O seu nome passa à posteridade por esta breve nota, pois não conseguimos descobrir mais nenhuma informação sobre o autor daquele prefácio.

seus Psalmos: — *Dies hominis septuaginta anni*. — Também disse o profeta Isaías: — *In dimidio dierum meorum vadam ad portas inferi* (c. XXXVIII).

Nota ao Canto I, 7 (p. 30): Disse Jeremias (V. 6): — *Percussit eos leo de silva; lupus ad vesperam vastavit eos, pardus vigilans super civitates eorum. Omnis qui egressus fuerit ex eis capietur*.

Nota ao Canto I, 9 (p. 30): Lê-se nos Provérbios: *Sicut fremitus leonis ita et regis ira*. (XIX, 12). *Sicut rugitus leonis, ita et terros regis*. (XX, 2).

Nota ao Canto I, 12 (p. 31): Enéas, de quem disse Virgílio, c. I da Eneida:

*Rex era Aeneas nobis, quo justior alter
Nec pietate fuit, nec bello magis et armis*

Nota ao Canto I, 15 (p. 32). Ao comentar uma profecia de Miguel Scoto: *Paduae magnatum plorabunt filii necem diram et horrendam CATULOQUE Veronae*.

“Supõe-se que Dante referiu-se neste canto ao [Sordello] podestà, que escreveu no melhor dialecto italiano e não ao trovador, que metrificou em provençal. Ao primeiro aludiu no cap. XV do lib. I do tratado *Vulgari eloquio*, por estas palavras:

‘Dicimus ergo quod forte non male opinantur, qui Bononienses arjerunt pulchriori locutione loquentes, cum ab Imolensibus, Ferrariensibus et Mutinensibus circumstantibus aliquid proprio vulgari adscisemt, sicut faccere quoslibet a finitimis seus convicinius, ut Sordellus de Mantua sua ossendit, Creniono, Brixio atque Verono confini; qui tantus eloquentis vir exitens non solum in poetando, sed quomodolibet loquendo, patrium vulgare deseriut.’

A praxe de citar o DVE em latim não é muito frequente nos comentários à *Divina Comédia*. O procedimento parecia ser bem mais utilizado no momento em que Xavier Pinheiro elaborou o seu texto. Depois do tradutor, documentamos poucas citações ao texto latino do DVE:

“*‘Ipsus primorum Parentum diverticulum fuit totius nostrae damnationes’*. A quéda dos nossos primeiros Paes foi a origem da nossa condennação (*Vulg. Eloq.*, 1, 18)” (Pinto de Campos, 1886, p. cxxi, nota 2).

“[...] cada província, mas cada cidade e até cada arrabalde da mesma cidade fala um dialeto próprio: *nam aliter Paduani et aliter Pisani loquuntur... et quod mirabilius est, sub eadem civitate morantes, ut Bononienses burgi Santi Felicis et Bononienses Stratae Maioris...* Todas essas alterações dependem, segundo Dante, de uma causa única e idêntica; isto é, do fato que, sendo o homem animal sumamente instável e variável (*instabilissimus et variabilissimus animal*), a sua linguagem não pode ser *nec durabilis nec continua* [...] (PICCAROLO, 1946, p. 29).

“*Itaque adepti quod quaerebamus, dicimus illustre, cardinale, aulicum et curiale vulgare in Latio, quod omnis Latiae civitatis est et nullius esse videtur, et quo municipalia vulgaria omnia latinorum mensurantur, ponderantur et comparantur.*” (*De Vulgari Eloquentia, Liber Primus, XVI, 5*) (MARTINS, 1976, p. 59).

“Dante, a seu modo, suspeitava dessa riqueza imanente ao poema quando definiu a palavra como ‘signo racional e sensível’, ‘*rationale signum et sensuale*’. E explicou: ‘Sensível, enquanto som. Racional enquanto parece significar alguma coisa segundo o arbítrio’” (BOSI, 1977, p. 131).

Após este período inicial de recepção e tradução da *Divina Comédia*, com os substanciais comentários de Xavier Pinheiro, o texto latino do tratado comparece raramente nos comentadores da obra de Dante Alighieri, e quase sempre como embasamento do comentário que acompanha a tradução do poema.

O texto em latim do DVE só é retomado em sua inteireza pelo Pe. Vicente Pedroso (1958), na coleção “Obras Completas de Dante Alighieri” da Editora das Américas, em que temos o texto latino do tratado seguido pela tradução em língua portuguesa.

Novas traduções que apresentam o texto latino da obra ao lado da tradução em língua portuguesa só seriam apresentadas por Cosimo B. S. Vivai, em 2009 e Tiago Tresoldi em 2011, pelo que nosso estudo pôde aferir.

Para esses tradutores, o conhecimento do latim é condição imprescindível para a recepção dos conceitos ali contidos, uma leitura efetiva da obra do poeta e finalmente um trabalho de tradução bem-sucedido.

No caso deles, não se pode simplesmente falar em tradução do texto latino: há que se considerar os filtros e especificidades envolvidos; é necessária a interação com o

latim da Escolástica, mais que com o latim clássico, e finalmente com o latim de Dante, para que se possa trasladar para o nosso tempo a acepção correta com que o poeta trabalha. Exemplos claros disso são os termos “vulgar”, o termo “eloquência”, os adjetivos “ilustre”, “cardeal”, “áulico” e “curial”, (DVE 1 xvi 6) e vários termos que são correntes no texto do tratado, que compartilham um significado mais disseminado na cultura e nos tempos de Dante, ou que, por outro lado, sejam restritos a um contexto específico de uso do poeta em seu DVE.

O estudo da condição das letras latinas no período de cerca de 135 anos que delimita a recepção do DVE na cidade de São Paulo, grande pólo de cultura e erudição, bem como nosso relativamente limitado e ainda recente conhecimento dos grandes nomes da literatura italiana nos proporcionam uma visão mais clara e contudente deste quadro de recepção intermitente e de pouquíssimas traduções para o português de um tratado fundamental para a erudição, a promoção da intelectualidade e das letras num período ainda carente de estudos, que antecede imediatamente a *Questione della Lingua* na Itália, o estabelecimento da obra das *tre corone* dentre as principais no cenário literário italiano e a eclosão do Humanismo.

2.2 A recepção do *De Vulgari Eloquentia* no contexto da imigração italiana em São Paulo

Se a recepção do DVE em latim no Brasil retoma sob outro ponto de vista pontos de discussão da *Questione della Lingua* e da tradição litúrgica que manteve a língua latina como língua sobrevivente, bem como a questão do conhecimento das obras clássicas em sua língua original como estratégia de formação das classes dirigentes do país, coloca para nós também a questão da presença italiana em todos os momentos desse processo. Isso nos remete aos primeiros viajantes italianos que visitaram o Brasil, mas não só a eles, como à própria Ordem dos Jesuítas, e todo um contingente de imigrantes que no século XIX aportaram ao país em grandes levadas, passando depois a vários estados do Brasil, e mesmo a outros países da América. Grande parte desse contingente, no entanto, estabeleceu-se no estado de São Paulo, e um número muito significativo na capital, trazendo a sonoridade da língua peninsular que na cidade se fazia ouvir em todos os bairros.

A partir de 1886 a entrada de italianos passou a representar uma parcela expressiva de sua crescente população. Segundo Trento, entre esta primeira data e o ano

de 1934, o Estado de São Paulo foi o destino de 56% dos imigrantes que entraram no Brasil, sendo que o maior contingente de imigrantes foi o de italianos. Com dados de Lowrie (1938, p. 42-43), Trento comenta:

“Os pioneiros [da imigração] são cinco indivíduos que as estatísticas registram em 1874. Após esta data, as entradas se mantêm em uma média de 1.750 pessoas por ano, até 1886; a partir do ano seguinte, começará o fluxo em massa, que elevará a cifra da imigração italiana em São Paulo para 1.078.437 até 1920 [...] Se usarmos outro parâmetro, o Estado de São Paulo foi a meta de 44% da emigração italiana para o Brasil entre 1820 e 1888, de 67% entre 1889 e 1919, atingindo seu ponto máximo na década de 1900 — 1909, com 79%. Bastam esses dados para nos darmos conta de que os italianos contribuíram grandemente para o crescimento demográfico paulista: ainda em 1934, imigrantes e filhos nascidos no Brasil representavam 50% da população paulista. Parece razoável afirmar que entre o início do ano de 1890 e a Primeira Guerra Mundial os peninsulares representavam cerca de ¼ da população daquele estado, embora, como de costume, seja difícil fazer uma estimativa suficientemente exata dos residentes” (TRENTO, 1989, p. 107).

No que diz respeito à grande difusão do vernáculo italiano entre a população da cidade de São Paulo entre meados do século XIX e início do século XX, Alfredo Bosi nos traz o registro do historiador Aureliano Leite, colhido das impressões de um viajante mineiro na cidade de São Paulo em 1902: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardaram cenas inesquecíveis. Não sei se a Itália o seria menos em São Paulo. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, fala-se mais o idioma de Dante que o de Camões. Os maiores e mais numerosos comerciantes e industriais eram italianos” (BOSI, 2011, p. 16).

As razões pelas quais grandes levas de migrantes italianos vieram para o Brasil estão relacionadas com a preocupação do governo brasileiro com a baixíssima densidade geográfica do território, dificuldade que tentaram sanar diversas vezes, e sem êxito e com uma importante mudança na economia mundial que bania definitivamente o trabalho escravo dos afrodescendentes em prol do trabalho assalariado, a ser realizado por colonos europeus.

Adicionalmente, a partir de 1840 se intensifica a transição da economia colonial brasileira, então baseada no cultivo da cana de açúcar, e a partir deste momento cada vez mais envolvida no cultivo do café, especialmente no Sudeste brasileiro. Os grandes latifundiários do estado de São Paulo em especial sentiam a dificuldade da expansão de seu negócio devido à falta de mão de obra em suas fazendas, uma vez que aquela

proporcionada pelos escravos de origem africana se tornava cada vez mais escassa e cara de se manter (TRENTO, 1989, p. 19-20).

A opção foi a busca pelo trabalho dos imigrantes, que passavam a afluir cada vez mais ao porto de Santos, atraídos pela promessa de conquistarem a propriedade da terra em São Paulo a partir dos ganhos de seu trabalho. Os contratos de trabalho previam o trabalho assalariado do imigrante em um lote de terra que poderia depois ser comprado pelas economias deste trabalho. Por outro lado, as condições de trabalho no campo na Itália haviam se tornado extremamente difíceis com o peso de uma carga tributária com a qual os pequenos proprietários não conseguiam mais arcar; o resultado final era o confisco de suas terras (TRENTO, 1989, p. 20).

Os contratos de trabalho assumidos em terras paulistas nem sempre foram aquilo que se prometia, visto que os fazendeiros, os contratantes da mão de obra imigrante, os interpretavam da forma que melhor lhes convinha, obtendo o máximo de vantagens possíveis, e prejudicando os colonos italianos. Muitos, no entanto, aprenderam a burlar o mecanismo que os enviava diretamente para o trabalho no campo, estabelecendo relações com outros imigrantes que haviam conseguido trabalho nas fábricas da cidade de São Paulo, buscando empregar-se diretamente nas colônias que os italianos haviam estabelecido, ou nas indústrias na capital do estado (TRENTO, 1989, p. 21).

Estes imigrantes que conseguiram se estabelecer em São Paulo foram os responsáveis pelo grande crescimento demográfico e econômico registrado pela cidade entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, e é a esse grande contingente populacional, que falava “a língua de Dante” que Bosi faz menção no relato que nos apresenta.

No período que vai de 1886 até o início do século XX a cidade de São Paulo recebeu imigrantes de várias nacionalidades. Mas foi com a imigração italiana que a cidade conheceu a expansão, com a criação de novos bairros, a instalação de indústrias bancadas pelo capital italiano e o aparecimento de um comércio pujante, marcado pelo empreendedorismo italiano e abastecido pelos novos produtos que os imigrantes traziam para o seu consumo, mas que também cativaram o gosto da população local. O primeiro ciclo de crescimento da cidade, ocorrido em meados do século XIX e puxado pela prosperidade dos grandes latifundiários do café, já dava sinais de enfraquecimento e o capital italiano se sobressaía.

De acordo com Trento (1989), esse é o período da grande imigração, que cai significativamente a partir da década de 1900, inclusive com o retorno de muitos

colonos à Itália. A marca dessa grande imigração, no entanto, permaneceria no cenário cultural da cidade de São Paulo na figura dos descendentes de italianos que buscaram implantar na cidade a língua, a cultura e os costumes que trouxeram de sua terra natal. Curiosamente, os primeiros registros que temos da tradução da *Divina Comédia* no Brasil coincidem com este período em que a grande imigração atinge o seu auge. Não encontramos uma ligação clara entre os dois eventos, especialmente quando levamos em conta que esse trabalho de tradução estava sendo feito por brasileiros.

Entretanto, se voltarmos nossa atenção para um período um pouco anterior, veremos que em 1843 os vínculos culturais e políticos entre Brasil e Itália haviam sido fortalecidos com o casamento do Imperador D. Pedro II com Maria Teresa Cristina de Bourbon, irmã de Ferdinando II, rei das duas Sicílias. Esse evento significativo para os dois países se destaca no contexto histórico da segunda metade do século XIX. Por um lado, o bom entendimento político entre as duas nações propiciou a busca de uma solução comum para os problemas que enfrentavam no momento: a Itália em busca de novos mercados, o Brasil em busca de investimentos; a Itália com reserva e o Brasil com escassez de mão-de-obra. É nesse ponto que aparece, conforme já destacamos, o pioneirismo do médico italiano Luiz Vicente de Simoni, que introduziu a tradução da *Divina Comédia* no Brasil, com a sua obra *Ramalhete Poético do Parnaso Italiano*, oferecida em celebração dessa união. O protagonismo do médico italiano, ao que parece, produziu resultados na forma de interesse pela leitura da obra de Dante e de mais traduções de cantos da *Divina Comédia*, que foram aparecendo aos poucos.

Historicamente, no Brasil Colônia, a presença de Dante no cenário das letras sempre foi muito reduzida, com um ou outro caso de emulação da poética dantesca entre os escritores brasileiros.

Daros (2015), após recorrer a uma citação de Guerini & Monteiro (2010, p. 1), nos informa sobre a circulação de exemplares da *Divina Comédia* na Cidade do México, em Lima e em Buenos Aires na segunda metade do século XVI, mas nos faz saber que o Brasil Colônia estava na contramão dessa tendência da América espanhola, não dispondo de edições da obra. Daros comenta, no passo seguinte, que esta ausência das obras de Dante prevaleceu nos três primeiros séculos de existência do Brasil Colônia e devia-se a dois fatores: “de uma lado, pela Igreja Católica, que via na obra do poeta florentino um forte anticlericalismo, e por outro lado, pelos iluministas, que consideravam a obra demasiadamente religiosa” (DAROS, 2015 p. 42, 43).

Heise (2015) aponta para exemplos de emulação da poética dantesca da *Divina Comédia* em Castro Alves e Jorge de Lima, ao passo que Torrico (2008) Daros chama a atenção, por sua vez, para menções claras a episódios do poema na obra de Machado de Assis.

Daros (2015) destaca também que o trabalho de tradução da *Divina Comédia* foi levado adiante pelo Imperador Dom Pedro II⁹⁷ do Brasil e Bartolomé Mitre, presidente da Argentina. O exercício de erudição dos soberanos sulamericanos tinha, no entanto, um caráter mais de exercício linguístico e recreativo. O trabalho de tradução mais aprofundado ainda estava por ser feito.

No entanto, o que se pode notar é que a recepção inicial da obra de Dante Alighieri no Brasil avançou quase que exclusivamente por iniciativas individuais de tradução e de divulgação do nome e do pensamento do poeta, o que demandou mais tempo e mais trabalho.

Ao que parece, a presença e a atuação dos italianos estabelecidos no Brasil na recepção e na promoção da obra de Dante Alighieri e da língua e da cultura italianas em geral só cresce significativamente com o tempo, a partir de iniciativas como as associações educacionais e culturais.

Destacam-se nesse quesito o Instituto Médio Dante Alighieri, depois Colégio Dante Alighieri, criado em 1911 e o Instituto Italiano de Cultura, que integra a Casa de Dante, inaugurado em 1945.

Não deixa de ser notável também o número de associações criadas por italianos no Brasil que receberam o nome de Dante Alighieri. O sumo poeta, exilado de sua pátria por um decreto de seus opositores, aparece como símbolo de unidade na língua e na cultura italianas para os milhões de italianos que por diversos motivos se afastaram de sua pátria nos séculos XIX e XX.

Destaca Pinto de Campos (1886, p. cxlv) que, entre os falantes da “língua de Dante”, “A *Divina Comédia* tornou-se a última palavra, tornou-se igualmente o livro do povo, e o livro dos theologos; o tema sagrado da leitura publica em todas as egrejas da Itália, acompanhada de explicações do texto; as congregações pias escreveram o sacro poema no número dos livros devotos (...)”, o que explicaria essa manifesta inseparabilidade que existe hoje entre Dante e a italianidade, dentro e fora da Itália.

⁹⁷ Cenni (2011, p. 87) analisa de forma mais aprofundada o intercâmbio do Imperador com grandes nomes das humanidades na Itália, destacando a correspondência entre D. Pedro II e Manzoni, Cesare Cantù e outros italianos de renome. Ele nos traz detalhes sobre a visita que o Imperador fez ao escritor italiano em 1871.

Outro elemento importante, que certamente contribuiu para o avanço da divulgação do nome e do pensamento de Dante Alighieri no Brasil foram as celebrações do legado do poeta realizadas por ocasião do VI Centenário de seu nascimento (1865), do VI Centenário de sua morte (1921) e do VII Centenário de seu nascimento (1965). São ocasiões em que se fazem palestras, publicações e vários eventos culturais em memória do poeta. Várias publicações que encontramos em nosso levantamento foram lançadas nessas ocasiões especiais, mais especificamente em 1921 e 1965.

A importância dos italianos para a recepção do DVE na cidade de São Paulo, bem como da obra de Dante como conjunto, pode ser avaliada não apenas quando nos concentramos no legado que homens como De Simoni representam para esta difusão, ou no potencial interesse que uma população de imigrantes representava para a divulgação das obras dantescas em São Paulo, mas também no fato de que o interesse em fazer a tradução dos cantos de Dante implicou uma busca de aprofundamento na interpretação da obra e na compreensão do pensamento dantesco, que somente naquele momento havia chegado ao Brasil. Assim, em busca da compreensão desse pensamento, tradutores como Pinto de Campos tornam-se comentaristas da obra dantesca, deslocando-se para a Itália e buscando a autoridade de críticos e dantófilos como Giambattista Giuliani, como esclarece o tradutor em seu comentário à *Divina Comédia*, em que detalha a sua trajetória em busca de uma compreensão acurada da genialidade de Dante, e de como essa busca o aproximou de um dos expoentes da exegese dantesca da época (PINTO DE CAMPOS, 1886, p. xvii - xviii).

No âmbito dos estudos acadêmicos, muito tem sido feito para a divulgação dos estudos dantescos por professores como Antônio Piccarolo e Hernâni Donato, que fizeram vários prefácios para edições da *Divina Comédia* (conforme consta dos dados de nosso levantamento) e por Italo Bettarello, que em 1955 escreveu uma série de artigos sobre Dante, intitulados “*Forma e essência em Virgílio e Dante*”, “*Três leitores de Dante*” e “*A poesia de Dante*”.⁹⁸ Os docentes dos departamentos de literatura e cultura italianas contribuem com o cenário da recepção da obra de Dante não apenas com suas publicações, mas muitas vezes adquirindo obras em italiano para suprir os acervos das bibliotecas acadêmicas.

Essa contribuição da influência italiana na recepção da obra de Dante em São Paulo talvez possa ser indiretamente mensurada pela quantidade de edições italianas do

⁹⁸ Italo Bettarello faz menção estes artigos de sua autoria em um estudo sobre Virgílio publicado no Boletim da FFLCH no. 148 (1955). Não tivemos, no entanto, acesso a esses artigos.

DVE encontrada em um dos acervos, com as edições críticas de Mengaldo (1968), Inglese (1998), Fenzi (2012), dentre outras. Isso foi verificado, especificamente, no acervo geral da Biblioteca Florestan Fernandes.

2.3 O *De Vulgari Eloquentia* em âmbito crítico e acadêmico

No que se refere à recepção do DVE no Brasil, chama a atenção o fato de não dispormos de nenhuma edição crítica do tratado, como se consagrou fazer entre os dantistas da América, da Europa e, em especial, na Itália. O tratado inclusive não contava com nenhuma tradução elaborada no Brasil até o ano de 1958, quando o Pe. Vicente Pedroso publicou a sua, e decorrerá um período de mais de 50 anos até termos novas traduções, por Cosimo B.S. Vivai em 2009 e por Tiago Tresoldi em 2011.

Embora a existência de várias edições críticas italianas do DVE em acervos da cidade de São Paulo possa contribuir para um incentivo a uma leitura crítica, mais aprofundada da obra, essa circulação estaria restrita ao público proficiente em língua italiana, que hoje não é um percentual tão expressivo quanto já foi na ocasião do início da recepção do tratado na cidade de São Paulo, eventualmente se concentrando em centros acadêmicos que promovem o interesse na língua e na cultura italianas.

Se no caso dos imigrantes italianos o conhecimento da *Divina Comédia* é mais comum, ou seja, antes mesmo que tenham contato com as letras eles travam contato com o poema por meio da tradição oral ou da tradição litúrgica católica (PINTO DE CAMPOS, 1886, p. cxlv), o mesmo em geral parece não se dar com as *opere minori*⁹⁹ de Dante, como é o caso do DVE.

O DVE, embora trate da eloquência em língua vulgar, uma eloquência a que se inclina o povo em geral, não foi concebido em seus fundamentos para a leitura do homem do povo. Antes, a apologia do vulgar ilustre dirige-se ao crivo de homens eruditos, homens ilustres, parte de um público seletivo a quem Dante queria dar a doutrina dos usos mais apropriados para tal língua.

Esse caráter de comentário em chave erudita circunscreveu o tratado a um grupo mais culto, familiarizado com os procedimentos do comentário filosófico, o debate de

⁹⁹ Historicamente, a obra mais prestigiada e mais bem conhecida de Dante Alighieri é a *Divina Comédia*. Os tratados de Dante e os seus demais poemas são elencados sob o título geral de “*opere minori*”, obras menores, que não é aceito por todos os estudiosos da obra e do pensamento de Dante, haja vista a importância dos comentários contidos nesses textos para a elucidação do pensamento do autor como um todo.

temas relacionados às letras e à ilustração em geral. Assim, os primeiros comentários que temos a respeito do DVE nos acervos da cidade de São Paulo a que tivemos acesso são na verdade comentários ao texto da *Divina Comédia* que usam passagens do DVE para ilustrar, explicar ou aprofundar algum ponto do poema sagrado.

Destacam-se nesse âmbito de comentário crítico Antônio Piccarolo, Ítalo Bettarello, Hernâni Donato, Otto Maria Carpeaux, Cristiano Martins e, mais recentemente, têm se destacado também os comentários de Cosimo B. S. Vivai e Henrique S. Bordini.

O primeiro estudo do DVE realizado no Brasil que tinha o tratado como escopo é o de Gian Pietro Ricci, em 1921. O estudo de Ricci se dá no âmbito de sua candidatura a uma cadeira de literatura italiana do colégio D. Pedro II. Assim, nesta ocasião, Ricci não só detinha erudição para ler as traduções italianas e ensaios em italiano sobre o DVE, mas era competente na leitura da língua latina para que pudesse produzir uma arguição bem-sucedida em torno de um livro tão pouco conhecido no Brasil¹⁰⁰. O estudioso fazia parte de um público erudito e seletivo, habilitado a produzir textos do gênero intitulado *saggistica* em italiano, ou, como o consagramos no Brasil, textos de crítica literária.

De fato, foi somente nesse âmbito que pudemos atestar a recepção do DVE nos acervos que pesquisamos. O próprio interesse pelo DVE e pela tratatística dantesca como um todo é um fenômeno a ser analisado em concomitância com as mudanças que a crítica literária sofre no Brasil, e com a estruturação de instituições acadêmicas que prezavam pelo cultivo das letras clássicas, pelo aprofundamento nas línguas clássicas, como o latim e o grego e pelo resgate do significado cultural da produção literária italiana, cerne que produziu o Renascimento do século XVI.

A crítica literária é um gênero com larga difusão por todos os países com intensa vida cultural, mas cultivada de forma insuficiente no Brasil, conforme pode-se facilmente constatar pelos estudos a esse respeito.

O professor Marcos Holanda Almeida (2010) considera que, em geral, busca-se enquadrar os esforços críticos realizados no Brasil em uma das categorias da história da crítica: didática, histórica, sociológica, psicológica, biográfica, filológico-gramatical, impressionista e estética.

¹⁰⁰ Pelo que pudemos aferir, a tese de Gian Pietro Ricci conta com apenas dois exemplares, um oferecido ao Colégio D. Pedro II e outro ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Não conseguimos acesso a este material.

Durante os anos do Barroco e do Neoclassicismo, praticava-se uma crítica rudimentar, sobretudo nas Academias¹⁰¹, a qual consistia, de acordo com o dogmatismo neoclássico de origem horaciana, no estabelecimento de preceitos através dos tratados de poética e retórica tão em voga nos séculos XVI e XVII. A literatura deveria servir de veículo de divulgação de mensagens, especialmente religiosas e éticas, procedimento seguido pelos jesuítas, como se pode verificar na obra de José de Anchieta¹⁰². Nesse caso específico, a literatura tem a finalidade de conquistar o espírito rude dos selvagens para a verdade do catecismo cristão. Em conformidade com os princípios críticos de inspiração horaciana surgem os primeiros críticos e historiadores literários brasileiros, que dominaram a primeira metade do século XIX no Brasil: Januário da Cunha Barbosa¹⁰³, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa¹⁰⁴, Gonçalves de Magalhães¹⁰⁵, Joaquim Norberto de Souza e Silva¹⁰⁶, Sotero dos Reis¹⁰⁷ e o Cônego Fernandes Pinheiro¹⁰⁸, sendo este último o pioneiro da historiografia literária brasileira (HOLANDA ALMEIDA, 2010).

A literatura árcade rompe com esta tradição ao introduzir um viés de lirismo pessoal na poesia, embora no mais permanecendo fiel aos preceitos neoclássicos. Uma maior ruptura viria, no entanto, com o Romantismo, em meados do século XIX.

¹⁰¹ Esse era o nome dado aos grupos de estudo e divulgação da produção poética surgidos no Brasil durante o Neoclassicismo. Eles seguem o modelo da *Accademia dell'Arcadia* dos italianos, iniciativa que congregava os expoentes do movimento, e que foi inaugurada em 1689.

¹⁰² José de Anchieta (1534 – 1597), padre jesuíta espanhol, santo da Igreja Católica e um dos fundadores das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi o primeiro dramaturgo, gramático e poeta nascido nas Ilhas Canárias. Autor da primeira gramática da língua tupi e um dos primeiros autores da literatura brasileira, para a qual compôs peças teatrais, poemas de teor religioso e uma epopéia.

¹⁰³ Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846), orador sacro, historiador, jornalista, biógrafo e político importante do Primeiro Reinado no Brasil.

¹⁰⁴ João Francisco Lisboa (1812 – 1863), político, historiador, jornalista e escritor brasileiro.

¹⁰⁵ Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811 – 1882), médico, professor, diplomata, político, poeta e ensaísta.

¹⁰⁶ Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820 – 1891), escritor e historiador, autor de *Brasileiras Célebres* (1861).

¹⁰⁷ Francisco Sotero dos Reis (1800 – 1871), jornalista, poeta e escritor.

¹⁰⁸ Cônego Fernandes Pinheiro (1826 – 1878), doutor em teologia e crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil.

A famosa polêmica sustentada por José de Alencar¹⁰⁹ com representantes do Neoclassicismo em 1856 é o marco de uma nova era na crítica brasileira. A idéia básica por trás da crítica romântica era a de que a literatura não deveria buscar a sua realização máxima dentro dos modelos absolutos das formas tradicionais, devendo, antes, condicionar-se ao meio onde era produzida, amoldando-se aos usos e costumes, tradições populares, peculiaridades idiomáticas, temas e tipos que constituem a cultura do povo. A idéia era buscar o “instinto de nacionalidade”, mais tarde definido por Machado de Assis em um famoso ensaio, intitulado *O Passado, o Presente e o Futuro da Literatura Brasileira*, de 1858 (HOLANDA ALMEIDA, 2010).

Afrânio Coutinho (1968, p. 122) destaca também que o Brasil, um país recém-libertado do jugo português, buscava a sua autonomia no campo cultural. A literatura se lança à procura de um caráter nacional. Buscou-se a princípio uma identidade literária e cultural no passado colonial, o que se iniciou com o movimento de indagação histórica e valorização desse passado nacional, e se corporificou na fundação do Instituto Histórico e Geográfico (1838). A onda historicista atingiu a área dos estudos literários, trazendo a identificação entre historiadores e críticos, formando assim a historiografia literária brasileira, cujos albores muito devem a Francisco A. Varnhagen¹¹⁰. Os estudos literários brasileiros no período impregnam-se do método histórico, que concebia a literatura como reflexo das atividades humanas gerais, um fenômeno histórico.

Ainda segundo Coutinho (1968, p. 122), a valorização dos elementos locais e do pitoresco, resultado do romantismo, iria encontrar na ideologia realista a substância doutrinária que resultaria numa produção crítica de alta qualidade. O período é bastante influenciado pelas teorias de Comte¹¹¹ e Taine¹¹², o conceito historiográfico de Buckle¹¹³, ao lado do monismo de Haeckel¹¹⁴ e do evolucionismo de Darwin¹¹⁵ e

¹⁰⁹ José Martiniano de Alencar (1829 – 1877), escritor e político. É considerado o fundador do romance de temática nacional. Destacou-se no cenário literário brasileiro com os romances *O guarani*, *Iracema*, *Senhora*, dentre outros.

¹¹⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 -1878), militar, diplomata e historiador brasileiro.

¹¹¹ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798 – 1857), filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo.

¹¹² Hippolyte Adolphe Taine (1828 – 1893), crítico e historiador francês e membro da Academia Francesa. Um dos expoentes do Positivismo no século XIX.

¹¹³ Henry Thomas Buckle (1821 – 1862), historiador britânico associado ao Positivismo. Autor da *História da Civilização na Inglaterra*.

Spencer¹¹⁶. Esse conjunto forma o substrato doutrinário da época realista e naturalista, e a partir daí se destaca o trabalho crítico de Tobias Barreto¹¹⁷, Silvio Romero¹¹⁸, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu¹¹⁹, Rocha Lima¹²⁰, Clóvis Beviláqua¹²¹, Valentim Magalhães¹²², Oliveira Lima¹²³, Artur Orlando¹²⁴ e José Veríssimo¹²⁵.

Holanda Almeida (2010) comenta adicionalmente que a interpretação sociológica da literatura foi liderada pela *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero (1888), linha interpretativa que teve imensa fortuna no Brasil, contando com Gilberto Freyre¹²⁶, Sérgio Buarque de Holanda¹²⁷, Astrojildo Pereira¹²⁸, Nelson Werneck Sodré¹²⁹ e Antônio Cândido¹³⁰. Paralelamente à corrente sociológica, foi

¹¹⁴ Ernst Haeckel (1834 – 1919), naturalista, filósofo, médico, professor e artista alemão que ajudou a popularizar o trabalho de Charles Darwin.

¹¹⁵ Charles Robert Darwin (1809 – 1882), naturalista, geólogo e biólogo britânico que se tornou célebre pelos seus estudos sobre a evolução nas ciências biológicas. Autor de *A Origem das Espécies* (1859) e *A Descendência do Homem e Seleção em Relação ao Sexo* (1871).

¹¹⁶ Herbert Spencer (1820 – 1903), filósofo, biólogo e antropólogo inglês. Profundo admirador da obra de Charles Darwin.

¹¹⁷ Tobias Barreto (1839 – 1889), filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro; fervoroso integrante da Escola do Recife, inspirado no monismo e no evolucionismo europeu.

¹¹⁸ Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851 – 1914), advogado, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, escritor, professor e político brasileiro.

¹¹⁹ João Capistrano Honório de Abreu (1853 – 1927), um dos primeiros grandes historiadores do Brasil.

¹²⁰ Raimundo Antônio da Rocha Lima (1855 – 1878), poeta e escritor.

¹²¹ Clóvis Bevilacqua (1859 – 1944), jurista, legislador, filósofo e historiador brasileiro.

¹²² Valentim Magalhães (1859 – 1903), jornalista e escritor brasileiro. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

¹²³ Oliveira Lima (1867 – 1928), escritor, crítico literário, diplomata, historiador, jornalista brasileiro.

¹²⁴ Artur Orlando (1858- 1916), jurista e ensaísta.

¹²⁵ José Veríssimo (1857 – 1916), escritor, educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira; membro e principal idealizador da Academia Brasileira de Letras.

¹²⁶ Gilberto de Mello Freyre (1900 – 1987), polímata brasileiro. Como escritor, dedicou-se à ensaística da interpretação do Brasil sob ângulos da sociologia, antropologia e história. Foi autor de ficção, jornalista, poeta e pintor. É considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX.

¹²⁷ Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982), historiador brasileiro, crítico literário e jornalista.

¹²⁸ Astrojildo Pereira (1890 – 1965), ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro.

¹²⁹ Nelson Werneck Sodré (1911 – 1999), militar, economista e historiador brasileiro.

cultivada também a crítica psicológica, a qual trata de investigar o fenômeno literário mediante a análise do autor, sua alma, caráter, temperamento, buscando verificar como estes traços influíram na gênese de sua obra. Associada a esta aparece também a crítica biográfica, talvez a mais popular no Brasil, graças à influência de Sainte-Beuve¹³¹. Essa crítica, embora tenha sido rotulada de “impressionismo crítico”, não conseguiu guindar-se ao nível do impressionismo praticado por Anatole France¹³², Jules Lamaître¹³³ ou Walter Pater¹³⁴. Dentre os expoentes dessa corrente, podemos mencionar José Veríssimo, João Ribeiro¹³⁵, Agripino Grieco¹³⁶, Humberto de Campos¹³⁷, Ronald de Carvalho¹³⁸, Tristão da Cunha¹³⁹, Múcio Leão (1898)¹⁴⁰, Sud Menucci (1892 – 1948)¹⁴¹, Wilson Martins¹⁴², Cândido Mota Filho¹⁴³, Sérgio Milliet¹⁴⁴, Carlos Chiacchio¹⁴⁵, José Lins do Rego¹⁴⁶, Antônio Cândido, Joel Pontes¹⁴⁷ e o próprio Otto Maria Carpeaux¹⁴⁸.

¹³⁰ Antônio Cândido de Mello e Souza (1918 – 2017), sociólogo, crítico literário e professor da Faculdade de Letras da FFLCH – USP.

¹³¹ Charles Augustin Sainte-Beuve (1804 – 1869), crítico literário, uma das grandes figuras da história da literatura Francesca.

¹³² Jacques Anatole François Thibault, ou Anatole France (1844 – 1924), escritor francês.

¹³³ François Élie Jules Lamaître (1853 – 1914), crítico literário e professor da Universidade de Grenoble.

¹³⁴ Walter Horatio Pater (1839 – 1894), ensaísta e crítico literário inglês.

¹³⁵ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, ou João Ribeiro (1860 – 1934), jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor e tradutor brasileiro.

¹³⁶ Agripino Grieco (1888 – 1973), crítico literário e ensaísta brasileiro.

¹³⁷ Humberto de Campos Veras (1886 – 1934), jornalista, político e escritor brasileiro.

¹³⁸ Ronald de Carvalho (1893 – 1935), poeta e político brasileiro.

¹³⁹ Tristão da Cunha (1878 – 1942), crítico literário e tradutor.

¹⁴⁰ Múcio Carneiro Leão (1898 – 1969), jornalista, escritor e orador brasileiro.

¹⁴¹ Sud Menucci (1892 – 1948), educador, geógrafo, sociólogo, jornalista e escritor brasileiro.

¹⁴² Wilson Martins (1921 – 2010), professor, escritor, magistrado, jornalista, historiador e crítico literário brasileiro.

¹⁴³ Cândido Mota Filho (1897 – 1977), advogado, professor, jornalista, ensaísta e político.

¹⁴⁴ Sérgio Milliet (1898 – 1966), escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e literatura, sociólogo e tradutor brasileiro.

¹⁴⁵ Carlos Chiacchio (1884 – 1947), ensaísta, poeta, crítico de arte, professor e jornalista.

¹⁴⁶ José Lins do Rego Cavalcanti (1901 – 1957), escritor brasileiro do ciclo do Regionalismo. Consagrou-se com seus romances que falavam sobre as marcas sociais e o legado do ciclo da cultura da cana-de-

Prevaleceu, de um modo geral, no Brasil, a orientação historicista, psicológica e marcada pelas teorias deterministas da segunda metade do século XIX.

Em relação à doutrina de Silvio Romero, entretanto, estava no ar já havia algum tempo, e se manifestou na forma de um movimento em favor da compreensão da autonomia do fenômeno literário e de uma crítica estética fundada na análise da obra em si mesma e de seus elementos intrínsecos. Essa reação foi o objetivo de Afrânio Coutinho¹⁴⁹, na campanha que empreendeu a partir de 1948, ao regressar dos Estados Unidos. Coutinho submeteu a velha crítica brasileira a um escrutínio em sua seção intitulada “*Correntes Cruzadas*”, a qual era publicada no Suplemento literário do jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, empenho renovado em suas obras posteriores, como *Correntes Cruzadas* (1953), *Por uma crítica estética* (1953), *Da crítica e da nova crítica* (1957) e *Introdução à literatura no Brasil* (1959) (HOLANDA ALMEIDA, 2010)

Assim, o exercício da crítica literária no Brasil tem sido feita, em sua maior parte, no espaço que o gênero conseguiu conquistar nos jornais. Nas décadas seguintes, a crítica passou a ser feita também em livros e artigos de revista, em caráter mais profundo, mas a forma jornalística predominante estabeleceu para o texto jornalístico de crítica o nome “ensaio”.

Praticada na imprensa diária, a crítica passa a exibir o espírito ligeiro e superficial do jornalismo, de caráter circunstancial, aproximando-a do “*review*” dos ingleses e norte-americanos. De acordo com Ventura, “no início dos anos 40 a crítica especializada ainda engatinhava no Brasil. O comentário sobre literatura permanecia restrito às colunas fixas e rodapés de jornais ocupados pelos chamados ‘homens de letras’, cujos exemplos maiores foram Álvaro Lins¹⁵⁰, Tristão de Athaíde¹⁵¹ e Sérgio Milliet” (VENTURA, 2007, p. 17-18).

açúcar haviam deixado para o sertão nordestino. Escreveu *Fogo Morto*, *Menino de Engenho*, dentre vários outros.

¹⁴⁷ Joel de Albuquerque Pontes Freitas, ou Joel Pontes (1926 – 1977), crítico literário, poeta e ator.

¹⁴⁸ Otto Karpfen, ou Otto Maria Carpeaux (1900 – 1978), jornalista, ensaísta, crítico literário, crítico de arte, crítico musical e historiador austríaco. Naturalizou-se brasileiro na década de 1940, e sua obra principal é a *História da Literatura Ocidental*.

¹⁴⁹ Afrânio Coutinho (1911 – 2000), professor, crítico literário e ensaísta brasileiro.

¹⁵⁰ Álvaro Lins (1912 – 1970), advogado, jornalista, professor e crítico literário brasileiro.

Outro crítico importante, um austríaco naturalizado brasileiro, é Otto Maria Carpeaux. Ele chega ao Brasil na década de 1940, já com formação acadêmica que incluía doutorado em química e cursos de sociologia e política em Paris e Berlim e literatura comparada em Nápoles, sendo já autor de livros e artigos publicados em revistas europeias.

Ainda segundo Ventura: “Se, apesar da formação acadêmica, o espaço ocupado por Carpeaux nesta sua segunda vida foi o jornal e não a cátedra, ele o fez tanto por afinidade quanto por necessidade [...]” Carpeaux escrevia para um público amplo, o que não implicava em superficialidade. “Carpeaux foi um crítico literário na linha de Edmund Wilson¹⁵², por exemplo. Como crítico, ele escrevia para ser lido e compreendido, num estilo que unia legibilidade com inteligibilidade.” Afastado da sala de aula devido a um problema glótico que lhe causava gaguez, Carpeaux realizou na escrita a sua vocação natural para o didatismo e o esclarecimento. Trabalhou intensamente na organização e seleção de antologias e escreveu inúmeros prefácios, apresentações e introduções” (VENTURA, 2007, p. 18).

Carpeaux traz consigo o conhecimento da importância de Dante Alighieri como intelectual para o Ocidente. É dele o ensaio introdutório *Lendo e relendo Dante* que acompanha algumas edições da tradução de Xavier Pinheiro da *Divina Comédia*. Um intelectual familiarizado com Dante, e que traz para o Brasil um renovado incentivo à prática do comentário crítico à obra de Dante Alighieri a partir de seu trabalho.

Do ponto de vista de Carpeaux, o comentário sobre literatura não se restringia aos pequenos círculos, já que a cultura literária deveria fazer parte da formação do leitor médio. Para Ventura, o trabalho de Carpeaux pode ser visto, por muitos motivos, como uma “ponte” entre o leitor médio e a crítica, entre o alcance mais aprofundado de um leitor erudito e um leitor menos familiarizado com o gênero, e mesmo, entre o período da crítica jornalística, de caráter mais ensaísta, e a crítica acadêmica, representada pelo comentário estruturado, amparado pela pesquisa e pela erudição.

Ainda segundo Ventura:

“Embora escrevendo para o jornal-meio que impõe suas próprias contingências a tudo quanto nele é veiculado, como a brevidade, a ligação com o factual (no caso, o mercado editorial) e o uso da retórica e suasória

¹⁵¹ Tristão de Athayde, ou Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro.

¹⁵² Edmund Wilson (1895 – 1972), escritor, ensaísta, jornalista, historiador e crítico literário americano.

como meio de criar polêmicas —, o estilo e os temas de Carpeaux revelam o trabalho de um especialista e não o de um dileteante ou cronista. Por isso, não será exagero dizer que Carpeaux foi um dos introdutores no Brasil da crítica especializada, preparando o terreno para críticos egressos das faculdades de filosofia e das ciências sociais, criadas na segunda metade dos anos 1930, e, mais tarde, dos cursos de letras, e que teriam em Antônio Cândido e Afrânio Coutinho seus primeiros representantes ilustres.” (VENTURA, 2007, p. 19-20)

O nosso apanhado da história e da evolução da crítica no Brasil buscou compreender por que temos tão poucas traduções do DVE no país, que conta com apenas uma tradução publicada, e nenhuma edição crítica do tratado.

Uma primeira explicação que surge, e não de todo satisfatória, é a de que a tradução da obra de Dante se concentrou no texto da *Divina Comédia* nos primeiros decênios da recepção de Dante no Brasil. Esse trabalho de tradução, exegese e comentário foi, no período, um trabalho exclusivo dos “patriarcas” dos estudos clássicos, que empreenderam a tradução da *Divina Comédia*, sendo que para eles o texto do DVE, bem como o de outras obras, era visto como texto de comentário do próprio Dante Alighieri, na linha do que preconizava Giambattista Giuliani, “*Dante spiegato con Dante*”.

Entendemos que o caráter mais superficial da crítica que passa a ser produzida depois dos “patriarcas”, a sua busca de um enfoque genuinamente brasileiro e mesmo a preocupação com uma abordagem sociológica e mais contemporânea ao contexto brasileiro naquele momento tenha deixado de lado as contribuições trazidas pela latinidade à construção de nosso legado cultural, o que obrigaria um crítico a deixar de lado toda a profundidade do pensamento de um Dante Alighieri, ou mesmo a só abordá-lo nos aspectos mais próximos do contexto que vivenciamos neste período.

Entretanto, o crescimento da contribuição da produção acadêmica para a crítica a partir dos anos 1950 e a reivindicação que a Academia faz no sentido de legitimar-se como o novo espaço da produção do pensamento crítico por excelência no Brasil levaram, especialmente nas últimas duas décadas, homens dotados de um aprofundamento acadêmico a considerar enfim o pensamento dantesco em toda a sua profundidade e significado para as letras ocidentais nos séculos XX e XXI.

O resultado são as novas traduções críticas que a *Divina Comédia* recebeu (MARTINS, 1975), bem como *O Convívio* (BRITO, 2019), ou o grande volume de comentário crítico feito ao DVE na cidade de São Paulo, no âmbito dos estudos de Língua, Literatura e Cultura Italianas realizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Neste interim, tivemos a retomada, a partir dos trabalhos de

Vivai em 2005, do interesse pelos estudos interpretativos dos tópicos tratados no DVE, em conexão com a produção de uma nova tradução para o tratado. Os comentários e as contribuições para a produção dessa tradução estão documentados nos trabalhos de VIVAI (2005, 2006 e 2008) e, especialmente, em sua dissertação de mestrado *Uma leitura do De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri* (VIVAI, 2009).

CAPÍTULO 3

Dados da recepção do *De Vulgari Eloquentia* em doze acervos da cidade de São Paulo

3.1 Resultados parciais da pesquisa

Procedemos em nosso estudo a um levantamento de dados que indicassem a recepção do DVE em 6 bibliotecas e 3 repositórios digitais, num total de 12 acervos localizados na cidade de São Paulo.

A seguir, listamos mais detalhadamente esses 12 acervos a que tivemos acesso, na ordem em que foram visitados: a) Biblioteca Florestan Fernandes (BFF) — acervo geral circulante e o acervo de periódicos; b) Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) — acervo geral de coleções; c) Biblioteca Brasileira José e Guita Mindlin (BBM) — acervo geral de coleções e acervo de periódicos; d) Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA) — acervo de periódicos; e) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP) — acervo digital; f) Acervo Digital do Centro de Estudos de Patrística Medieval (CEPAME), em que, da mesma forma, tivemos acesso ao acervo digital; g) Biblioteca Sérgio Milliet do Centro Cultural de São Paulo (CCSP) — acervo geral circulante; h) Biblioteca Mário de Andrade (BMA) — acervo geral circulante e o acervo de obras raras; i) Museu da Imigração do Estado de São Paulo (INCI), onde tivemos acesso aos materiais digitalizados disponíveis no acervo digital. A Tabela 1 mostra a localização de cada um dos acervos.

TABELA 1 – LOCALIZAÇÃO DOS ACERVOS PESQUISADOS

Biblioteca	Localização	Acervos visitados
Biblioteca Florestan Fernandes (BFF)	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo	Acervo geral circulante
		Acervo de periódicos

Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)	Campus Butantã da Universidade de São Paulo	Acervo geral de coleções
Biblioteca Brasileira José e Guita Mindlin (BBM)	Campus Butantã da Universidade de São Paulo	Acervo geral de coleções Acervo de periódicos
Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA)	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo	Acervo de periódicos
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP)	Universidade de São Paulo	Repositório eletrônico de teses e dissertações da USP
Acervo Digital do Centro de Estudos de Patrística Medieval (CEPAME)	CEPAME	Repositório eletrônico de artigos do CEPAME
Biblioteca Sérgio Milliet do Centro Cultural de São Paulo (CCSP)	Centro Cultural de São Paulo, Vergueiro, Centro de São Paulo	Acervo geral circulante
Biblioteca Mário de Andrade (BMA)	Consolação, Centro de São Paulo	Acervo geral circulante Raros - Acervo de obras raras
Acervo Digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (INCI)	Museu da Imigração do Estado de São Paulo	Acervo de jornais digitalizados

Tabela 1. Localização dos doze acervos visitados na cidade de São Paulo, com as respectivas bibliotecas que os sediam e o(s) tipo(s) de acervo(s) visitados. Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

Um levantamento inicial feito na internet mostrou resultados correspondentes a materiais que mencionam o DVE, mas que não foram encontrados em nenhum dos doze acervos da cidade de São Paulo em que fizemos um levantamento mais detalhado. Uma das razões para isso é que alguns desses materiais não foram publicados, portanto não estavam circulando em sua forma impressa por ocasião de nosso levantamento. Outros talvez não estivessem disponíveis ainda no Brasil, pelo menos nos acervos a que tivemos acesso, ou faziam parte de acervos digitais situados em outras localidades. Neste primeiro levantamento, localizamos os trabalhos de BERTALOT (1917); BORDINI (2011); CAMPOS (1998); CASINI (2012; 2015); CUNHA (2019); DAROS (2015); LEÃO (1972); MONGELLY & VIEIRA (2003); PEREIRA (2015); STERZI (2006); THE LATIN LIBRARY (2018); TRESOLDI (2011a; 2011b) e VIVAI, (2005)¹⁵³. Fornecemos mais informações sobre estes trabalhos no Anexo I. Todos eles estão listados em nossas Referências Bibliográficas e comentaremos mais adiante a respeito do destaque individual de cada um desses trabalhos e de sua importância no contexto da recepção do DVE na cidade de São Paulo.

Iniciamos nosso trabalho de visita e levantamento específico em cada um dos acervos mencionados pela Florestan Fernandes (BFF), isto é, a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). Em seu acervo geral circulante a biblioteca conta com mais de 200.000 volumes. Concentramos nossas buscas na seção de Literatura Italiana. Essa seção dispõe de vários compêndios intitulados Literatura Italiana, estes em italiano, português ou traduzidos do italiano. Dentre estes compêndios, focamos nossa atenção em apenas um: *Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores*, tradução de compêndio homônimo publicado na

¹⁵³ Esses textos que mencionam o DVE e que não foram encontrados em nenhum dos 12 acervos que visitamos, aos quais tivemos acesso por meio de acervos digitais quando realizamos nossas pesquisas prévias na internet são: *Dantis Alagherii De Vulgari Eloquentia* (edição latina do DVE de BERTALOT, 1917); *Dante Alighieri, entre auctor e autor, entre a Idade Média e a Renascença* (BORDINI, 2011, comentário à tradução de Tiago Tresoldi); *Pedra e luz na poesia de Dante* (CAMPOS, 1998); Introdução ao *Diálogo sobre a nossa língua*, tradução de Sérgio Romanelli (CASINI 2012); *Uma disputa bem florentina: o confronto linguístico entre Dante e Machiavelli no Dialogo intorno alla nostra lingua* (CASINI, 2015); *O Convívio registra a filosofia de Dante Alighieri no exílio* (CUNHA 2019); a tese de Romeu Porto Daros, *Implicações identitárias e culturais na criação do Dante sul-americano por D. Pedro II e Bartolomé Mitre* (DAROS, 2015); o artigo *Teria sido Dante o precursor da filologia românica?* (LEÃO, 1972); a Introdução à obra *A estética medieval* (MONGELLY & VIEIRA, 2003); o projeto de iniciação científica *De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Uma primeira leitura do tratado sobre as línguas da península* (PEREIRA, 2015); a tese Incipit: *A Vita Nova e a irrupção da lírica moderna* (STERZI, 2006); a introdução de Tresoldi a sua tradução do DVE (TRESOLDI, 2011a), em associação com o texto da tradução (TRESOLDI, 2011b); *De Vulgari Eloquentia Libri Duo*, texto latino do tratado disponível no site *The Latin Library* (THE LATIN LIBRARY, 2018) e o artigo *Traduzindo a língua e o estilo do De Vulgari Eloquentia* (VIVAI, 2005).

Itália, de onde compilamos os comentários de MARAZZINI 1989a e 1989b e de NIGRO 1989.

Encontramos também 6 coletâneas denominadas *Tutte le opere*, edições italianas que reúnem as obras completas de Dante Alighieri. Consideramos essas edições em nosso apanhado de menções ao DVE, pois apresentam o texto latino do tratado e a sua tradução para o italiano, embora não tenhamos estudado o seu conteúdo, isso por não dispormos de espaço para um comentário delas no presente trabalho. Nesse acervo encontramos a única tradução publicada do DVE no Brasil (PEDROSO, 1958), na coleção *Obras Completas de Dante Alighieri*, contendo 10 volumes. Trata-se de uma coletânea elaborada à semelhança das *Tutte le opere* italianas, única do gênero publicada no Brasil até o presente momento. O acervo foi também o único em que encontramos a coleção completa.

Fora as edições da *Divina Comédia* publicadas nas 6 coletâneas mencionadas e na coletânea brasileira, encontramos 48 diferentes edições do poema, muitas delas contendo textos de introdução e/ou comentários que fazem menção ao DVE.

Embora o acervo disponha de várias edições italianas do DVE publicadas em conjunto com outros textos de Dante, focamos nossa atenção nas traduções cujo escopo foi o texto do DVE especificamente, como as de MENGALDO, 1968; INGLESE, 1998; FENZI, 2012 e a tradução para o inglês de BOTTERILL, 1996, todas elas acompanhadas de comentário crítico.

Encontramos ao todo, neste acervo, 38 trabalhos que fazem menção ao DVE.

No mesmo edifício a Biblioteca Florestan Fernandes integra o seu acervo de periódicos, que também foi alvo de nossa pesquisa. O acervo conta com 184.000 fascículos de periódicos, dentre eles a *Revista Americana*, *O Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, a *Revista da Academia Paulista de Letras* e a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Nas buscas que realizamos no acervo encontramos ao todo 4 textos que fazem menção ao DVE, dois deles publicados na *Revista de Italianística*, um de autoria de Maurício Santana Dias (2005) e um de Luís André Nepomuceno (2005) e dois na *Revista Serafino*, ambos da autoria de Cosimo B. S. Vivai (2006; 2008).

A Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) é uma biblioteca especial que abriga em seu acervo várias obras raras que pertenceram a grandes nomes das letras brasileiras e a acadêmicos. Localizada no Campus Butantã da USP, possui um acervo de cerca de 280.000 volumes que está dividido em coleções que levam o nome de seu

proprietário original, como a coleção de João Aderaldo Castelo, de Guimarães Rosa, de Carlos Drummond de Andrade, e assim por diante. A biblioteca possui várias edições da *Divina Comédia*, mas nenhuma edição crítica do DVE. O único exemplar da obra encontrado pertenceu a João Guimarães Rosa e integra uma coletânea italiana intitulada *Opere minori di Dante Alighieri*, a cura de Attilio Polvara, de 1947. Neste acervo também encontramos a obra de Giacinto Manuppella (MANUPPELLA, 1966), a *Dantesca luso-brasileira*, um apanhado do que se publicou de e sobre Dante Alighieri em Portugal e no Brasil, por meio da qual tomamos conhecimento da tese *O De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Contribuição crítica para sua interpretação* (Gian Pietro Ricci, 1921). Encontramos também exemplares do livro *O meu Dante*, no qual se faz menções ao DVE nos depoimentos de Haroldo de Campos, Otto Maria Carpeaux e Alceu Amoroso Lima (CAMPOS, 1965; CARPEAUX, 1965 e AMOROSO LIMA, 1965), bem como dois artigos do professor Dante Tringali (TRINGALI, 1983; 1984) e contabilizamos ao todo 6 registros de textos que mencionam o DVE neste acervo.

A Biblioteca Brasileira José e Guita Mindlin (BBM) é uma biblioteca especial que abriga o acervo de obras que pertenceram ao casal Mindlin. Localizada no Campus Butantã da USP, contém um acervo de 60.000 volumes, e possui várias edições da *Divina Comédia*, como a edição especial dos *Seis Cantos do Paraíso* traduzidos por Haroldo de Campos, com 10 litografias de João Câmara Filho e uma edição da tradução comentada da *Divina Comédia* de José Pedro Xavier Pinheiro (XAVIER PINHEIRO, 1907). Nesse acervo tivemos o primeiro contato com o comentário do tradutor, que faz inúmeras menções ao DVE ao longo de seu trabalho. O acervo também dispõe de exemplares do compêndio *Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores.*, que já mencionamos. Encontramos nesse acervo ao todo 4 textos que fazem menção ao DVE.

A BBM também possui um acervo de periódicos, que inclui os volumes encadernados do jornal *O Estado de São Paulo* e do *Suplemento Literário* que era publicado neste jornal. Na edição de 22 de maio de 1965, encontramos o artigo *Universalidade de Dante* de Eduardo Bizarri (BIZARRI, 1965), um texto que faz menção ao DVE.

Visitamos a biblioteca da Escola de Comunicações e Artes (ECA) que possui um acervo de cerca de 83.000 fascículos de periódicos, muitos deles edições raras. Fizemos uma busca por números especiais de revistas que divulgaram a obra e o pensamento de Dante Alighieri por ocasião do VI Centenário de sua morte, em 1921, como foi o caso de *A Revista da Semana*, número especial de 10/09/1921. O número especial traz artigos

sobre o poeta e diversas menções à *Divina Comédia*. No entanto, não encontramos nesse número menções ao DVE. O acervo conta ainda com algumas edições da *Divina Comédia*, que contêm os estudos introdutórios de Hernâni Donato (DONATO, 1979), de Cristiano Martins (MARTINS, 1976) e de Antônio Piccarolo (PICCAROLO, 1946), num total de 3 textos que mencionam o DVE.

A Biblioteca Sérgio Milliet, localizada no Centro Cultural São Paulo (CCSP) é integrante do Sistema Municipal de Bibliotecas da Cidade de São Paulo. Dispondo de um acervo de cerca de 100.000 volumes, ali pudemos encontrar 9 diferentes edições da *Divina Comédia*, todas traduções para o português, 1 tradução para o português de *Vita Nuova*, mas nenhuma edição do DVE. A biblioteca possui algumas obras que pertenceram a Sérgio Milliet, como o exemplar da obra *O meu Dante*, texto que já mencionamos, bem como as coletâneas *Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores; Fundamentos da Literatura Italiana* (Christian Bec, 1984); *Cultura Italiana* (José V. de Pina Martins, 1971) e *Gigantes da Literatura Universal: Dante* (José V. de Pina Martins, 1972). Encontramos nesse acervo, ao todo, 14 textos que fazem menção ao DVE.

A Biblioteca Mário de Andrade também integra o Sistema Municipal de Bibliotecas da Cidade de São Paulo, sendo a sua principal representante, com o maior acervo em uma biblioteca municipal na cidade de São Paulo. De fato, trata-se da segunda maior biblioteca no Brasil, perdendo apenas para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Ali pesquisamos 2 acervos, o acervo geral circulante, e o das obras raras. O primeiro dispõe de 53.000 volumes, entre os quais encontramos alguns exemplares da coleção *Obras Completas de Dante Alighieri* de 1958 (volumes 1, 7, 8 e 9) e a tradução com comentário crítico de *O Convívio*, de Emanuel F. de Brito (2019). Encontramos ainda nesse acervo um total de 17 textos que fazem menção ou que contêm o texto do DVE.

No acervo denominado “Raros”, que contém as obras raras, com 10.000 volumes, encontramos as edições mais antigas da *Divina Comédia* publicadas no Brasil, como a do Barão da Villa da Barra (Rio de Janeiro, 1888), um exemplar da primeira edição da tradução por Xavier Pinheiro (Rio de Janeiro, 1888), a de Domingos Ennes (Lisboa 1887/Rio de Janeiro, 1889), bem como a de Pinto de Campos (Lisboa, 1886). Há também um exemplar da edição de Pio Rajna do *De Vulgari Eloquentia*, de 1896 (reimpressão de 1907) e duas coletâneas intituladas *Dante: Tutte le Opere* (Paget

Toynbee, 1904 e G. Barbèra, 1926). Nesse acervo encontramos 6 textos que fazem menção ou que contêm o texto do DVE.

A Biblioteca de Teses da Universidade de São Paulo (USP) é o repositório de dissertações e teses dos alunos da universidade, em que foram encontrados muitos trabalhos que fazem menção ao DVE. Nesse acervo localizamos *A insaciável sede de saber na Comédia de Dante. Algumas relações com a incontinência aristotélica* (Emanuel França de Brito, 2010); *A lírica amorosa seiscentista: poesia de amor agudo* (Marcelo Lachat, 2013); *The italianate pen: poesia na Itália e na Inglaterra (séculos XV e XVI)* (Dirceu Villa de Siqueira Leite, 2012); *A mulher na visão poética de Dante* (Tadeu da Silva Macedo, 2012); *Beatriz, musa de Dante Alighieri, com suas transfigurações na Vita Nova e incursões na Divina Comédia* (Paula Monteleone Robin, 2010) e *Uma leitura do De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri* (Cosimo B. S. Vivai, 2009), dentre outros, num total de 11 trabalhos que mencionam o DVE.

Já o repositório digital do CEPAME (Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo) abriga artigos de estudiosos da produção filosófica contemporânea a Dante Alighieri e possui vários textos que tratam da obra do poeta, que também era respeitado como filósofo e como teólogo. Não encontramos nesse acervo, nos levantamentos que realizamos até o momento, nenhum artigo que faça menção ao DVE.

Outro acervo digital que examinamos é o do Museu da Imigração (INCI), um repositório de material digitalizado, que inclui diversas edições de jornais produzidos por imigrantes italianos e de outras nacionalidades (a maioria deles redigidos em italiano, com algumas colunas em português). Esse acervo nos permitiu investigar a hipótese da difusão de comentários envolvendo esta obra em periódicos que tinham grande popularidade entre os imigrantes na cidade de São Paulo e entre a população em geral, mas nos exemplares de jornais digitalizados a que tivemos acesso não há menção ao DVE.

Os resultados obtidos em cada um desses 12 acervos, em número de ocorrências, são informados no Gráfico 1. Cada ocorrência representa um texto que faz menção ao DVE ou que apresenta uma tradução ou o texto latino do tratado. Com frequência, a mesma obra aparece em um acervo diferente, como é o caso de *Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores.*, que aparece em 4 acervos diferentes, sendo que cada uma delas é contada como ocorrência distinta no acervo em que foi encontrada. Listamos

também as 15 ocorrências que encontramos em nossas buscas iniciais na internet como obras que constam de outros acervos.

GRÁFICO 1 – RESULTADOS DO LEVANTAMENTO POR ACERVO

Gráfico 1. Resultados obtidos em 12 acervos visitados na cidade de São Paulo em número de ocorrências. Cada ocorrência representa um texto encontrado no acervo que mencione o DVE pelo menos uma vez. A subdivisão OUTROS inclui obras de acervos digitais que não foram encontradas nos doze acervos que priorizamos em nosso levantamento. Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

3.2 Critérios para o levantamento dos dados

O levantamento acerca da recepção do DVE na cidade de São Paulo foi feito por meio de pesquisa em acervos gerais, acervos de periódicos, acervos de obras raras, acervos de obras digitalizadas e acervos eletrônicos da cidade de São Paulo em busca de: a) artigos de periódicos das áreas de Literatura Italiana, Literatura Comparada, Crítica Literária, Filologia, Retórica ou Linguística que fizessem menção ao DVE; b) prefácios e estudos introdutórios que mencionassem a obra; c) livros que mencionassem ou discutissem algum aspecto do DVE; d) dissertações e teses, impressas ou em formato eletrônico que mencionassem ou procurassem discutir alguma passagem da obra; e) verbetes de enciclopédias que mencionassem a obra; f) publicação da obra em texto latino, texto latino e tradução ou tradução em português e/ou outra língua vernácula.

A tipologia textual de cada um dos trabalhos em que encontramos menções ao DVE encontra-se no Anexo I, e os dados bibliográficos completos constam de nossas Referências Bibliográficas.

A busca por ocorrências que nos apontassem a recepção do DVE apresentava *a priori* algumas particularidades que precisavam ser trabalhadas com a escolha de um método apropriado de busca, sendo que passamos a estruturá-lo levando em conta seu histórico de circulação.

A obra foi escrita e circulou originalmente em latim, e consta em alguns acervos junto a textos da Antiguidade Clássica escritos também em latim em seu original (vide, por exemplo, o acervo digital *The Latin Library*). A obra costuma também ser publicada em coletâneas de textos dantescos intituladas *Tutte le opere* ou dentre as *Opere minori*, mas nem os nossos primeiros levantamentos na internet e nem os levantamentos iniciais nos acervos que visitamos permitiram estabelecer com precisão quais autores foram os propagadores iniciais da obra no Brasil, e em quais categorias de publicação as menções ao tratado poderiam aparecer.

Assim, acreditávamos inicialmente, que a obra ou mesmo menções a ela pudessem ter circulado no Brasil junto a textos clássicos e em conexão com o estudo e a tradução desses últimos. Nos levantamentos que realizamos até o momento não pudemos encontrar evidências de circulação da obra nesse contexto, e todos os dados parecem apontar para o início da recepção do DVE no Brasil em um período bem específico, a partir da segunda metade do séc. XIX. Comentaremos mais adiante esse aspecto cronológico da recepção do DVE.

Inicialmente, procedemos a levantamentos na Biblioteca Florestan Fernandes, em seu acervo geral circulante e em seu acervo de periódicos. As buscas nesses acervos podem ser refinadas a partir do catálogo eletrônico *DEDALUS*, usando os termos de busca “Literatura Italiana”, “Literatura Comparada”, “Crítica Literária”, “Retórica” e “Linguística”.

A entrada “Literatura Italiana” retornou numerosos resultados para o acervo circulante geral da biblioteca.

No que diz respeito ao acervo de periódicos dessa biblioteca, encontramos fascículos como a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, *Revista da Academia Paulista de Letras* e *Boletim da FFLCH*. As três primeiras coleções, volumosos compêndios de textos de expoentes das letras no Brasil, não apresentaram trabalhos que

fizessem menção ao DVE, pois continham no máximo alguns artigos falando sobre Dante Alighieri e a *Divina Comédia*.

De fato, nesse primeiro acervo, encontramos apenas 4 resultados, SANTANA DIAS 2005 e NEPOMUCENO 2005, publicados na *Revista de Italianística*, e VIVAI 2006 e VIVAI 2008, publicados na *Revista Serafino*.

Neste levantamento, os resultados obtidos eram artigos que haviam sido escritos por acadêmicos da área de literatura e cultura italianas e publicados em periódicos organizados por professores dos cursos de pós-graduação da FFLCH-USP.

Esse padrão se repetiu no acervo do IEB: duas primeiras ocorrências na *Revista da UNESP*, publicada em Araraquara, em artigos de um acadêmico da área de estudos literários daquela faculdade, publicados em uma revista organizada por professores da instituição (TRINGALI 1983 e TRINGALI 1984).

O acervo da Biblioteca Sérgio Milliet do Centro Cultural São Paulo não era muito diferente: 3 resultados da autoria de críticos literários e tradutores publicados em um periódico organizado pelo Instituto Italiano de Cultura (CARPEAUX, 1965; CAMPOS, 1965 e AMOROSO LIMA, 1965).

A verificação desse padrão de recepção do DVE modificou nossa estratégia de levantamento, especialmente no que diz respeito a acervos gerais circulantes, como os da Biblioteca Florestan Fernandes. Passamos a levar em conta materiais traduzidos do italiano para o português, escritos por estudiosos da área de literatura italiana (como BERTONI, 1921, com o seu *Perfis: Dante*, uma tradução da série literária italiana *Profili* e PAPINI, 1940, com o seu *Dante vivo*, tradução da obra homônima que o autor havia publicado na Itália). Passamos a considerar com atenção especial os prefácios e introduções das traduções da *Divina Comédia* e de outras obras de Dante para o português e demos atenção especial às publicações elaboradas por pesquisadores e professores dos departamentos acadêmicos e institutos ligados ao estudo da literatura e cultura italianas. Assim, num primeiro momento, a chave para se encontrar mais menções ao DVE nos pareceu ser esta: o levantamento em texto escrito por tradutor, crítico literário, comentarista ou pesquisador, tratando, na maioria dos casos, de aspectos da obra principal de Dante, a *Divina Comédia*. Esse foi o critério que testamos com êxito em nosso trabalho com o restante das obras do acervo geral da Biblioteca Florestan Fernandes, e, posteriormente, no acervo geral da Biblioteca Mário de Andrade.

Em ambos os acervos, as primeiras ocorrências encontradas apontavam para um fator comum: o estudioso que menciona o DVE é, na grande maioria dos casos, um comentarista da *Divina Comédia* ou das obras de Dante em geral que conhece o DVE e cita-o com o objetivo de corroborar uma ou outra argumentação. Existem até hoje pouquíssimos pesquisadores no Brasil que tenham estudado e comentado especificamente o DVE. Constatamos, no entanto, interesse de pesquisadores de outras áreas, como a História, a Filologia e a Glotologia, a Linguística Histórica, a Literatura Inglesa, a Literatura Portuguesa, a Literatura Brasileira e mesmo da Psicanálise, que viram no DVE uma fonte de constatações relevantes para seus campos de pesquisa.

Dada essa particularidade, nossa pesquisa buscou nos acervos a existência de: a) publicações do texto do DVE, seja na forma de texto latino ou traduções; b) menções ao DVE em artigos publicados em periódicos de áreas específicas; c) prefácios e introduções em traduções de *A Divina Comédia*, *De Monarchia*, *O Convívio* e outras obras de Dante presentes no acervo; d) comentários de tradutores da *Divina Comédia*, do DVE ou de outras obras de Dante; e) compêndios de literatura italiana e f) verbetes de enciclopédias. Isso nos levou a seguir de perto os comentaristas da *Divina Comédia* e de outras obras de Dante, sem descartar, é claro, o interesse que o texto ocasionalmente desperta em pesquisadores de outras áreas. Passamos assim a buscar, em cada novo acervo, as publicações em língua portuguesa ou língua italiana sobre o tema “Literatura Italiana”, as traduções da *Divina Comédia* em língua portuguesa, as traduções das demais obras de Dante para a língua portuguesa, e depois, naturalmente, periódicos das áreas afins, em busca de artigos que mencionassem o DVE.

Essa mudança em nossa estratégia de pesquisa nos levou a considerar o tipo de texto em que geralmente se faz menção ao DVE. Classificamos os textos encontrados em nosso levantamento de acordo com a tipologia textual que aparece no Gráfico 2. Comentamos os dados de nosso levantamento neste âmbito e em relação aos textos publicados na cidade de São Paulo em uma breve análise ao final deste capítulo.

GRÁFICO 2 – TIPOLOGIA TEXTUAL DAS MENÇÕES AO DVE

Gráfico 2. Os trabalhos que mencionam o DVE, separados de acordo com sua tipologia textual.
Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

3.3 Classificação dos dados

O grau de contato do autor com o texto no ato da recepção é uma informação que os dados apurados não permitem aferir com exatidão. Entretanto, observando e fazendo comparações entre os trechos que anotamos, estabelecemos um critério para classificar essas menções, de acordo com o tipo de citação utilizado pelo autor do texto, levando em conta o grau de aprofundamento em relação ao texto do tratado. Dessa classificação, extraímos 10 categorias e dividimos o texto do nosso corpus de recepção de acordo com elas.

Atribuímos uma classe para a relação existente entre o texto do autor e o DVE. Assim, estipulamos M para as menções mais curtas, Q para as citações mais específicas, C para o texto cujo(s) comentários(s) têm como escopo o DVE, T para tradução parcial ou total do DVE e E para edição latina do tratado. A Tabela 2 apresenta um detalhamento dessa classificação.

TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS RESULTADOS EM CATEGORIAS

CLASSE	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
M Menção ao DVE	M1	Menção ao título De Vulgari Eloquentia
	M2	Menção velada a uma passagem específica do texto do DVE
	M3	Paráfrase de passagem do DVE
Q Citação mais específica, envolvendo um tópico do DVE	Q1	Citação parafraseada de tópicos do DVE, justificando ou não um argumento do autor
	Q2	Citação <i>verbatim</i> de trechos do DVE, justificando ou não um argumento do autor
C Comentário que tem como escopo o DVE	C1	Comentário ou análise acerca de um ou mais tópicos tratados no DVE
	C2	Comentário ou análise dedicados ao texto do DVE em sua inteireza
T Tradução total ou parcial do DVE	T1	Tradução parcial do DVE
	T2	Tradução completa do DVE
E Edição latina do DVE	E	Edição com texto latino do DVE estabelecido e comentado pelo autor.

Alguns textos que incluímos em nosso levantamento mencionam o DVE uma única vez (AMOROSO LIMA, 1965; DISTANTE, 2014; CUNHA, 2019). Outros textos fazem numerosas menções ao título do tratado, como é o caso de STERZI, 2006 em cuja tese encontramos 63 menções ao tratado, citações *verbatim* do texto do DVE, além de vários comentários à obra. Neste caso, aderimos ao critério de classificar a obra de acordo com a categoria mais elevada. Assim, a obra faz menção ao título “*De Vulgari Eloquentia*” nas páginas 142 e 176, por exemplo, as quais entram na categoria M1. Mas a menção ao tratado da p. 255 é da categoria M3 (pois visa a justificar um argumento do pesquisador) e a citação do texto do tratado em latim da p. 240 é da categoria Q2. A classificação da tese, quanto ao aprofundamento nas citações e estudos do DVE seria, portanto, Q2.

GRÁFICO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS QUE MENCIONAM O DVE

Gráfico 3. As dez categorias de recepção que criamos para classificar os textos que mencionam o DVE de acordo com a profundidade do estudo que fizeram do tratado. Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

3.4 Uma primeira interpretação dos dados

Uma busca inicial na internet apontou evidências da recepção do tratado em várias localidades do Brasil, como em Porto Alegre, Tubarão, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No entanto, por tratar-se de um território continental, não dispúnhamos de tempo ou de recursos para empreender uma pesquisa sobre a recepção do tratado a nível nacional. Adotamos, assim, o presente recorte de pesquisa, que assumiu como objetivo o levantamento em alguns acervos da cidade de São Paulo. Escolhemos ao todo 12 acervos com algum nível de diversificação, como por exemplo, acervo universitário / acervo de biblioteca pública, acervo de livros / acervo de periódicos, acervo físico / acervo digital. O nosso estudo não teve, no entanto, o objetivo de ser exaustivo; requer uma imensa quantidade de tempo fazer um apanhado completo, mesmo nos menores dos acervos que pesquisamos, e, portanto, escolhemos algumas publicações de cada acervo, de acordo com critérios que apresentamos no início do capítulo. Esperamos que a quantidade de publicações escolhidas e a quantidade de resultados encontrados, listados no Anexo I e também os gráficos deste mesmo capítulo representem um panorama significativo dos resultados que podem ser encontrados nos acervos da cidade de São Paulo, sempre ressaltando que estes não são, e nem poderiam ser, a totalidade dos dados disponíveis.

As dificuldades de busca do material que pesquisamos podem ser exemplificadas pelo acervo de periódicos da Biblioteca Florestan Fernandes: em um universo de cerca de 184.000 fascículos, encontramos 4 resultados em dois volumes apenas. Não fizemos cálculo do valor estatístico dos dados encontrados, mas esperamos que os dados aqui listados, bem como nossos comentários a estes dados, possam ser úteis a futuros trabalhos a serem desenvolvidos nessa área.

Assim, dois elementos foram da máxima importância para a inclusão de cada novo registro em nosso levantamento, levando em conta o nosso recorte de pesquisa e o espaço de que dispomos nesse trabalho para o estudo dos dados: primeiramente, o material que faz menção ao DVE, seja apenas ao título do tratado, seja por menção velada ou indireta, ou tratando diretamente do conteúdo do tratado. Em segundo lugar, que os leitores tenham acesso a esse material na cidade de São Paulo, ou seja, o material está disponível em um dos 12 acervos que visitamos.

Dessa forma, elaboramos um registro completo de cada um dos textos encontrados em nosso levantamento, levando em conta os resultados desses acervos e

de nosso levantamento prévio que tínhamos realizado na internet, o qual apontou resultados importantes, ainda que em acervos fora de nosso recorte de pesquisa. O Anexo I inclui também a categoria de aprofundamento de cada texto em relação ao DVE (detalhadas na Tabela 2). Finalmente, esse registro geral de nosso trabalho de pesquisa inclui a tipologia textual de cada um dos textos listados.

Para cumprir mais estritamente com nossa finalidade de análise formamos um corpus de análise composto somente por excertos de textos publicados na cidade de São Paulo, que forma o Corpus I de Recepção do DVE (vide Anexo II, que contém uma versão concisa do corpus).

Os excertos de materiais que encontramos em nossa pesquisa prévia na internet ou nos 12 acervos que visitamos, mas que não foram publicados em São Paulo, não constam desse corpus, e foram listados no Corpus II de Recepção do DVE (vide Anexo III, que contém a sua versão concisa).

Mais adiante, apresentamos uma análise mais detalhada do Corpus I. Assim, ao classificar material para o nosso corpus de análise, adotamos alguns critérios de exclusão. Por razões práticas, além dos textos não publicados em São Paulo, foram excluídos: a) materiais da categoria M1¹⁵⁴, por não apresentarem texto analisável; b) menções da categoria Q2, que são citações *verbatim* do DVE — embora outras menções no mesmo texto sejam incluídas; c) o texto de um único registro classificado como T1, a saber, a tradução de Vivai 2009¹⁵⁵ em português do DVE, e todas as citações *verbatim* que o autor fez do texto latino do tratado (categoria Q2); d) textos da categoria T2¹⁵⁶, por se tratarem de traduções, contendo o texto latino do DVE e seu texto em vernáculo.

Assim, grandes excertos de alguns textos foram acrescentados, tais como BERTONI, 1921; BRITO, 2015; BRITO 2019; LEITE, 2012; MARAZZINI, 1989a e

¹⁵⁴ Os trabalhos da categoria M1 que excluímos do Corpus I de Recepção do DVE foram AMOROSO LIMA, 1965; CAMPOS, 1965; CARPEAUX, 2011; CARPEAUX, 1965; CUNHA, 2019; DISTANTE, 2014; DONATO, 1965; HEISE, 2011; JUNQUEIRA FILHO, 2016; MAURO, 1998; MAURO, 2009 e PEREZ, 1942. Essas menções não apresentam um texto analisável, pois em sua maioria representam apenas uma breve notícia do tratado de Dante, junto a uma enumeração do conjunto das obras do autor (CAMPOS, 1965, p. 87; CARPEAUX, 2011, p. 377; AMOROSO LIMA, 1965, p. 123; DONATO, 1965, p. 19; CUNHA, 2019, p. 2), como uma das obras inacabadas, escritas logo após seu exílio (DISTANTE, 2014, p. 11; MAURO, 2009, p. 20), ou buscando definir a finalidade da composição do tratado (PEREZ, 1942, p. 27), ou ainda sobre o fato de o DVE ter sido escrito em latim (MAURO, 1998, p. 11).

¹⁵⁵ Por razões práticas, incluímos apenas o resumo deste texto no corpus de análise. O motivo é que o texto, uma dissertação de mestrado inteiramente dedicada ao estudo do DVE, por seu peso, influenciava todo o corpus, bem como a cada uma das categorias específicas analisadas.

¹⁵⁶ Como textos integrantes da categoria T2, excluímos: PEDROSO, 1958 e TRESOLDI, 2011b.

1989b; VIVAI, 2005 e VIVAI, 2008, ao passo que outros registros não comparecem no corpus, ou comparecem com uma quantidade de texto bem menor, de acordo com o tipo de menção ou aprofundamento de seu estudo do DVE.

Foi excluído do Corpus I de Recepção do DVE o texto de Aubert, 2012¹⁵⁷.

Não conseguimos descobrir, entre os primeiros resultados de recepção do DVE, em que texto latino os primeiros comentaristas brasileiros do tratado se basearam. Sabemos que os textos latinos estabelecidos eram o de Corbinelli, 1577, o de Maignien & Prompt (Paris, 1892), o texto latino estabelecido por Pio Rajna (Florença, 1896) e a edição publicada por Ludwig Bertalot, que é posterior, e contém o texto de um manuscrito do tratado descoberto em 1917, contendo as comparações e as notas do erudito que cotejou esse novo manuscrito com os conhecidos anteriormente.

Apesar de nossos esforços, não tivemos acesso à tese *De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Contribuição crítica para sua interpretação*, (RICCI, 1921). Temos apenas notícias de duas cópias do trabalho, uma doada ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, e outra à Biblioteca Nacional, no mesmo município.

As ocorrências envolvendo menções ao DVE abrangem um período de cerca de 135 anos, mais exatamente de 1886 a 2019. Classificando os dados por década, a recepção do DVE se dividiu da forma apontada no Gráfico 4.

Em relação aos primeiros comentários feitos ao DVE por comentaristas brasileiros (Pinto de Campos, 1886, Araripe Junior, 1888 e Xavier Pinheiro, 1888), observamos que todos foram publicados na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império e centro da vida cultural no Brasil. Não pudemos no presente estudo apurar a circulação de tais materiais por outros centros culturais como São Paulo, que nos interessa mais diretamente, nem em quanto tempo essas publicações chegaram até os acervos paulistanos. Levando em conta, entretanto, a forte interação entre São Paulo e Rio de Janeiro e a presença de influentes expoentes da política e das letras na cidade de São Paulo, acreditamos que não levou muito tempo para que tais comentários chegassem aos acervos locais, o que demanda estudos específicos para que seja estabelecido com exatidão.

Esses três primeiros resultados são as primeiras menções ao DVE documentadas que sabemos terem sido publicadas no Brasil, ou terem sido publicadas por um

¹⁵⁷ Aubert apresenta uma edição e uma tradução de textos de comentadores e historiadores que falam sobre Dante Alighieri, sendo que muitos deles fizeram menção ao DVE, como é o caso de Boccaccio, em seu *Trattatello*, um dos textos que constam do trabalho. No entanto, o autor não faz menção ao DVE, de modo que os registros que aparecem em seu trabalho são, na verdade, dos autores que ele compila.

brasileiro, no caso, em Lisboa (PINTO DE CAMPOS, 1886). Uma pergunta que movia nossa investigação desde o princípio era se encontraríamos informações exatas sobre o período em que se teria iniciado a recepção do DVE no país e na cidade de São Paulo. Paralelamente a essa questão, atentamos à recepção do DVE ao longo das décadas, conseguindo assim traçar um panorama dos registros no tempo, conforme apresentamos no Gráfico 4. Comentamos mais sobre a tipologia textual de nossos registros e sobre a recepção do DVE ao longo das décadas, no que diz respeito a textos publicados em São Paulo, na breve análise dos dados que realizamos mais adiante, ao final do capítulo.

GRÁFICO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS MENÇÕES AO DVE POR DÉCADA

Gráfico 4. A recepção do DVE a partir de uma classificação por data de publicação dos textos encontrados em 12 acervos da cidade de São Paulo. Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

3.5 Um primeiro estudo do Corpus de Recepção do *De Vulgari Eloquentia*

Compuseram o Corpus I de Análise da Recepção do DVE (apenas material publicado na cidade de São Paulo) os textos abaixo:

TABELA 3 – OS TEXTOS INCLUÍDOS NO CORPUS I DE RECEPÇÃO DO DVE

BASSETTO, 2013
 BERTONI, 1921
 BIZARRI, 1965
 BOSI, 1977
 BRITO, 2010
 BRITO, 2015
 BRITO, 2019a
 BRITO, 2019b
 CASINI, 2015
 COLÉGIO DANTE ALIGHIERI, 1965
 DONATO, 1979
 DONATO, 1983
 FRANCO JUNIOR, 2000
 HANSEN, 2012
 INGLESE, 2019
 JUNQUEIRA FILHO, 2016
 LACHAT, 2013
 LEITE, 2012
 LODI, 1965
 MACEDO, 2012
 MARAZZINI, 1989a
 MARAZZINI, 1989b
 MARTINS, 1976
 MUHANA, 2011
 NEPOMUCENO, 2005
 NIGRO, 1989
 PICCAROLO, 1937

PICCAROLO, 1946

REIS, 2008

ROBIN, 2010

SANTANA DIAS, 2005

VIVAI, 2005

VIVAI, 2006

VIVAI, 2008

VIVAI, 2009

ZILLER, 2012

Em se tratando da área de atuação dos autores dos textos, nós as classificamos em: a) Psicanálise (FRANCO JUNIOR, 2000); b) História (JUNQUEIRA FILHO, 2016); c) Linguística Histórica / Filologia Românica / Glotologia (BASSETTO, 2013); d) Crítica Literária / Tradução / Literatura Comparada (BERTONI, 1921; DONATO, 1979; DONATO, 1983; HANSEN, 2012; MARTINS, 1976; PICCAROLO, 1937; PICCAROLO, 1946 e ZILLER, 2012); e) Literatura Brasileira (BOSI, 1977); f) Literatura Portuguesa (LACHAT, 2013; MUHANA, 2011; REIS, 2008); g) Literatura Inglesa (LEITE, 2012) e h) Literatura Italiana (BIZARRI, 1965; BRITO 2010; BRITO 2015; BRITO 2019a e 2019b; CASINI, 2015; COLÉGIO DANTE ALIGHIERI, 1965; INGLESE, 2019; LODI, 1965; MACEDO, 2012; MARAZZINI, 1989a e 1989b; NEPOMUCENO, 2005; NIGRO, 1989; ROBIN, 2010; SANTANA DIAS, 2005; VIVAI 2005; VIVAI, 2006; VIVAI, 2008 e VIVAI 2009).

Conforme já mencionamos anteriormente, as menções ao DVE em textos publicados no Brasil são bastante raras, e muitas vezes tendem a ser bem sucintas, apenas apontando o nome do tratado em uma lista de obras (por exemplo, obras da autoria de Dante Alighieri), ou uma breve notícia acerca do tratado. Por esta razão, ao formar o nosso corpus de análise, excluímos os textos que apenas mencionam o título DVE (categoria M1).

Adotamos como base de comparações para este corpus de análise a contagem de palavras. Os textos que compõem este corpus variam bastante em extensão, ocupando desde uma nota de 3 linhas (ZILLER, 2012, 32 palavras) até um comentário completo que abrange toda uma dissertação de mestrado (VIVAI, 2009,

42.971 palavras). Assim, após proceder aos critérios de exclusão e reunir as menções restantes ao DVE, formamos um corpus com um total de 16.807 palavras.

Dos 36 textos nos quais coletamos contribuições para a formação desse corpus de análise tivemos, em textos coletados e em relação ao tamanho total do corpus: Psicanálise (1 texto, 1,95%); História (1 texto, 0,21%); Linguística Histórica / Filologia Romana / Glotologia (1 texto, 2,69%); Crítica Literária / Tradução / Literatura Comparada (8 textos, 9,31%); Literatura Brasileira (1 texto, 0,22%); Literatura Portuguesa (3 textos, 3,53%); Literatura Inglesa (1 texto, 19,3%) e Literatura Italiana (20 textos, 62,78%).

O corpus ainda é composto por 1 texto publicado em italiano (LODI, 1965; 0,78%) e 5 textos traduzidos do italiano (BERTONI, 1921; INGLESE, 2019; MARAZZINI, 1989a e 1989b e NIGRO, 1989; 19,54%).

Em relação ao tempo de publicação dos textos, temos 1 texto da década de 1920 (BERTONI, 1921; 2,32%); 1 texto da década de 1930 (PICCAROLO, 1937; 0,28%); 1 texto da década de 1940 (PICCAROLO, 1946; 3,62%); 3 textos da década de 1960 (BIZARRI, 1965; COLÉGIO DANTE ALIGHIERI, 1965 e LODI, 1965; 4,6%); 3 textos da década de 1970 (BOSI, 1977; DONATO, 1979 e MARTINS, 1976; 1,7%); 4 textos da década de 1980 (DONATO, 1983; MARAZZINI, 1989a e 1989b e NIGRO, 1989; 17%); 8 textos da década de 2000 (SANTANA DIAS, 2005; FRANCO JUNIOR, 2000; NEPOMUCENO, 2005; REIS, 2008; VIVAI, 2005; VIVAI, 2006; VIVAI, 2008 e VIVAI, 2009; 32,97%) e 15 textos da década de 2010 (BASSETTO, 2013; BRITO, 2010; BRITO, 2015; BRITO 2019a e 2019b; CASINI, 2015; HANSEN, 2012; INGLESE, 2019; JUNQUEIRA FILHO, 2016; LACHAT, 2013; LEITE, 2012; MACEDO, 2012; MUHANA, 2011; ROBIN, 2010 e ZILLER, 2012; 37,48%).

Considerando a tipologia textual dos textos incluídos no corpus de análise, 11 são excertos de capítulos de livros (BASSETTO, 2013; BERTONI, 1921; BOSI, 1977; BRITO, 2019b; COLÉGIO DANTE ALIGHIERI, 1965; FRANCO JÚNIOR, 2000; JUNQUEIRA FILHO, 2016; LODI, 1965; MARAZZINI, 1989a e 1989b e NIGRO, 1989; 32,72%); 7 artigos (BIZARRI, 1965; CASINI, 2015; NEPOMUCENO, 2005; SANTANA DIAS, 2005; VIVAI, 2005; VIVAI, 2006; VIVAI, 2008; 28,31%); 7 dissertações de mestrado (BRITO, 2010; LACHAT, 2013; LEITE, 2012; MACEDO, 2012; REIS, 2008; ROBIN, 2010 e VIVAI, 2009; 25,41%); 2 teses de doutorado ou de livre-docência (BRITO, 2015 e MUHANA, 2011; 5,8%); 5 prefácios (DONATO, 1979; HANSEN, 2012; MARTINS, 1976; PICCAROLO, 1937 e ZILLER, 2012; 3,04%); 3

introduções (BRITO, 2019a; DONATO, 1983 e PICCAROLO, 1946; 3,94%) e 1 apresentação (INGLESE, 2019; 0,54%).

Uma primeira constatação do estudo é que o interesse pelo tratado de Dante ramificou-se por diversas áreas de pesquisa, como no caso da Psicanálise. Junqueira Filho interessa-se por elementos da personalidade de Dante Alighieri e alega que o DVE é indício de uma personalidade difícil, pois, segundo o autor, nesse tratado Dante “esgrimiou a sua genialidade para promover o vigor da linguagem popular.” (JUNQUEIRA FILHO, 2016, p. 103). O breve comentário de Junqueira Filho sobre o DVE propõe, assim, que os “excessos” e o uso de seu texto como arma contra seus oponentes tem um papel preponderante por trás das motivações do poeta ao compor o DVE, comparecendo somente depois a “linguagem popular”.

Na área de história, neste caso, mais especificamente a História Medieval, Franco Junior estudou a obra com a finalidade de estabelecer eventos em que Dante teria tomado parte, bem como elucidar pontos da vida do autor. Um elemento que chamou a atenção do pesquisador foi a recusa da anistia condicional oferecida a Dante em 1315. O episódio naturalmente retoma todo o trâmite político que levou Dante a se tornar um êxule vagando de cidade em cidade. Franco Junior (2000, p. 48) associa o episódio à atitude de Dante perante todas as consequências que então enfrentava, graças ao seu exílio injusto, a sua condição de cidadão do mundo, e, para corroborar a sua constatação, menciona por duas vezes o DVE 1 vi 3, esta que é, pelo que podemos verificar, uma das passagens mais citadas do tratado por todos os escritores que a ele se referem. Franco Junior destaca, com base no DVE, evidências de nobreza de caráter de Dante, ao afirmar que o poeta “refugiou-se no estudo e meditação” apesar de passar a enfrentar dificuldades materiais com o exílio. O poeta era um apreciador da poesia provençal, dado o fato de referir-se às obras de 8 trovadores no tratado. O DVE é em si a evidência de que Dante domina muito bem o latim. Ao analisar o levantamento da configuração linguística da Europa e da Península Itálica que Dante realiza, Franco Junior afirma que, antes de fazê-lo, ele começa “historiando os idiomas”, traçando a sua trajetória desde Adão até a Torre de Babel. Segundo o pesquisador, Dante apresenta no texto consciência da unidade linguística da Itália, vendo-a como uma preparação para própria unidade política, o que ele busca evidenciar pela citação de DVE 1 xviii 3, “a nós italianos nos falta uma corte.”

Tanto Franco Junior quanto Junqueira Filho, embora de áreas de estudo diferentes, associam também a recusa de Dante de uma anistia a elementos de sua

personalidade. De fato, historiadores locais têm se voltado para o estudo da vida e dos tempos de Dante, e por meio da edição, tradução, comparação e comentários sobre textos escritos sobre o poeta, as populares *Vite di Dante*, têm elucidado muitos eventos da vida do escritor e suscitado debates sobre muitos outros.

O estabelecimento histórico de fatos e a discussão dos acontecimentos que têm lugar num período de tempo relativamente curto, que corresponderia ao desenvolvimento do texto do DVE, têm se mostrado uma vertente produtiva para todas as nossas considerações acerca do desenvolvimento da obra de Dante e pode oferecer subsídios para o estudo de vários outros autores e obras da época.

Os comentários de Bassetto (2013) nos aproximam bastante das investigações feitas por autores como Steven Botterill, por exemplo, que buscam destacar o quanto Dante antecipou dos conhecimentos fundamentais de áreas de estudo que não existiam em seu tempo, como a Linguística, a Filologia e a Glotologia. O autor combina vários componentes do conhecimento atual disponível nesses ramos de pesquisa a uma comparação minuciosa das falas de Dante no DVE. O avanço que temos alcançado nessas áreas depois de muitos anos e uma grande quantidade de pesquisas científicas permite justificar alguns pontos do texto de Dante, ou lançar um olhar diferente sobre assuntos cuja discussão já havia sido dada como encerrada. No entanto, embora alguns autores acreditem que Dante seja um precursor da Filologia Românica, Bassetto encontra argumentos que desmentem essa tese, sem negar, no entanto, o valor dos achados do intelectual. Debates como os promovidos por Bassetto ajudam-nos sempre a perceber o quanto de fato Dante havia avançado em seu tempo, sem, é claro, poder antecipar uma metodologia empírica e totalmente científica, e não podendo evidentemente chegar às mesmas conclusões que as dos cientistas de nosso tempo.

Ao chegarmos a estes quatro blocos restantes, que inclui estudiosos de áreas bem próximas, podemos constatar que muitos dentre eles desenvolveram uma relação especial com o texto do Alighieri, o que vale não somente para o DVE, mas estende-se para a *Commedia* e outros textos do autor.

Esta relação de curiosidade e respeito é demonstrada por Bosi (1977, p. 131) que nos traz o próprio texto latino do poeta para nos dar a conhecer o aprendizado que as palavras de Dante nesse sucinto excerto podem nos propiciar, fazendo, paralelamente, uma tradução desse texto para o português e comentando-o.

A relação que estes pesquisadores desenvolvem com Dante, uma vez tendo-se inteirado de seu código, é de reverência, observação e estudo cuidadoso.

Os autores do grupo Crítica Literária / Tradução / Literatura Comparada preocupam-se, por sua vez, em demonstrar as qualificações de Dante Alighieri. Ao comentar essas capacidades e qualidades, citam algum ponto do DVE que comprove o alcance do intelecto do poeta. É assim que raciocina o professor e tradutor da *Divina Comédia* Trentino Ziller ao dizer que o DVE “conquistou para Dante o título de Verdadeiro Cientista em matéria de glotologia” (ZILLER, 2012, p. 67).

Não devemos nos esquecer que no *Trecento*, os críticos dos textos de Dante, que questionavam a validade de suas teses, faziam-no justamente por buscar a qualquer custo inferiorizar a qualidade de sua obra, acusando o poeta de produzir um trabalho imprestável, que somente exaltava os feitos de homens ignóbeis, e que eram o meio de o poeta transmitir uma sutil filosofia natural. Dante era assim alinhado aos pensadores “bárbaros” de seu tempo. Mesmo Pietro Bembo preconizava que Dante não deveria ser aproveitado para a construção de um modelo de língua italiana, visto que tinha utilizado uma língua muito “bárbara” (SANTINI, 1883, p. 292).

Se Ziller atribui a Dante o grau de “cientista em glotologia”, devemos também lembrar que o tratado incompleto de Dante não representa a última e definitiva solução para o problema do vulgar ilustre, uma questão que Dante levará também para o desenvolvimento de outros textos, como o *Convívio*, e, especialmente, a *Divina Comédia*.

Realmente, a questão da conciliação da teoria e do uso do vulgar ilustre encerra uma reconhecida dificuldade, como aponta Bertoni:

“E as disquisições sutis sobre os seus catorze grupos dialetais e sobre a predominância ou menos do bolonhês ou do florentino e sobre a inferioridade de outras maneiras de falar, e as discussões engenhosas sobre a “canção” ou sobre os três estilos (trágico, cômico, elegíaco), e todos os esforços, enfim, do pensamento perdendo-se atrás de abstrações e ficções eram destruídos, como por encanto, no ato do poetar, para sorte da nossa literatura” (BERTONI, 1921, p. 31).

No grupo de Literatura Portuguesa vamos encontrar a citação do texto do DVE atrelado à mesma preocupação de que tratamos no ponto precedente: a poesia (LACHAT, 2013; MUHANA, 2011). Os estudos de Lachat e de Muhana estão entre os poucos que fazem citações ao segundo livro do DVE. Neste, que é a parte final do tratado de Dante, o poeta deixa de analisar a língua como ato e passa a analisar mais detidamente a língua como potência, ou seja, o que os poetas podem, por meio do seu discernimento, produzir com o uso adequado do vulgar ilustre. Nesse ponto,

especificamente, Dante procura desenvolver um estudo do uso do vulgar para a poesia. Esse desenvolvimento mais denso do texto de Dante é bem menos explorado pelos estudiosos do que a primeira parte do tratado. Um dos textos explora o envolvimento do DVE com a questão da língua na Itália (REIS, 2008), a partir de um breve levantamento histórico do andamento da querela no séc. XVI.

No grupo Literatura Inglesa, Leite (2012) considera o DVE um “princípio da linguagem”, pois, destaca ele, “há um princípio de dignidade na definição do *optimum vulgare*”, segundo o qual “a *dignitas*, virtude latina, como a honra e sobretudo prestígio, escalona o mérito da aplicação da linguagem, isto é, o mais meritório e o mais digno merece a língua mais digna” (LEITE, 2012, p. 25) e novamente, mas agora como a mais digna das formas, a poesia, (na forma de canção) e o mais digno dos temas, a *rectitudo*.

Leite coloca assim o DVE de Dante no princípio da tradição da *perfectiori dulciorique loquela*, ou da língua mais perfeita porque mais suave e mais doce, sendo que a sua ideia de suavidade é a de livrar a língua de asperezas involuntárias advindas da ignorância ou da escolha de uma variedade considerada como inferior.

Segundo o pesquisador o método de Dante em seu tratado inacabado já desponta como uma propedêutica da produção poética, que em tudo deveria selecionar por meio da *discretio* o mais elevado para a composição de uma poesia ilustre.

Leite destaca ainda que este modelo é imitado pelos poetas ingleses do séc. XV, e encontra uma contradição na história e na fortuna do DVE. O pesquisador apura que mesmo Boccaccio imita modelos ali presentes, o que seria muito peculiar se não admitíssemos a ideia de que ele teve contato direto com o tratado dantesco, assim como certamente Petrarca deve ter tido condições, de onde decorre que parece muito estranho o hiato de circulação que a obra teria apresentado nos séculos XIV e XV.

Os pesquisadores da área de Literatura Italiana consideraram a língua natural de que fala Dante em DVE e a sua inserção como língua de difusão do saber preconizada por Dante. Assim, considerando uma das primeiras experiências que Dante faz nesse sentido, a escrita de *O Convívio*, Brito (2015) avalia também uma cronologia da escrita do DVE, segundo os estudos de Maria Corti.

Casini (2015) considera a inserção do tratado na *Questione della Lingua* na Itália e a forma como os argumentos de Dante contra o vulgar florentino são utilizados em prol da tese de uma língua italiana “curial” no séc. XVI.

Santana Dias (2010) avalia o papel de Nemrod, essa figura-chave que, de acordo com Dante no DVE teria, pela sua rebelião, proporcionado a *confusio*

linguarum, e o pesquisador mostra como esse ponto de vista já havia se modificado muito na *Commedia*, quando, por ocasião do encontro desse com Adão, o patriarca dá a entender que não legou a sua língua a sua posteridade, uma vez que esta foi apagada antes mesmo do episódio de Babel.

O uso elevado da língua vulgar para composição poética, bem como o uso de termos de registro baixo por Dante, o que parece contradizer o primado original do DVE, é também uma preocupação que Marazzini (1989b, p. 31) havia expressado por meio de vários exemplos retirados da *Commedia*.

Vivai é um pesquisador da área de literatura e cultura italianas que se interessou pela língua do DVE e analisou a questão de diferenciados pontos de vista. Inicialmente, estudou o problema visando uma futura tradução do tratado para o português, e levando em conta que dispomos em nosso país de uma única tradução da obra publicada (Pedroso, 1958). Vivai procede então a um estudo do significado dos termos do texto latino do DVE, com a finalidade de estabelecer o sentido original com que Dante usa esses termos.

Em outro trabalho, de 2006, Vivai aborda outro flanco da questão e faz um estudo da interpretação do título do tratado à luz do projeto doutrinal de Dante na mesma obra, suscitando várias questões sobre o estudo interpretativo do DVE.

A dissertação de mestrado de Vivai retoma as questões colocadas em seus trabalhos de 2005 e 2006, aprofundando-as, sendo que neste trabalho, exclusivamente dedicado ao DVE, ele nos oferece ao longo de seu texto uma tradução comentada do tratado.

O fato de uma parte significativa de nosso corpus de análise consistir em texto em italiano ou traduzido do italiano (19,54%) reforça a questão dos laços da cidade com a Itália, exemplificados, conforme já comentamos no Capítulo 2, pela marcante presença dos diversos dialetos italianos em São Paulo, pela contribuição de personalidades e instituições que promoveram a língua e a cultura italianas na capital paulista.

Quanto ao tempo de publicação dos textos, 16 anos separam, por exemplo, a primeira publicação que temos no Corpus I (BERTONI, 1921) da próxima menção que encontramos (PICCAROLO, 1937), e, depois disso, há uma lacuna de mais 9 anos até a publicação seguinte, (PICCAROLO, 1946). Acreditamos que existam mais registros documentais da recepção do DVE em São Paulo que preencham pelo menos parcialmente essas lacunas. Mas como, no presente estudo, não tenhamos encontrado

mais registros para esse período, acreditamos que tenha havido intermitências na recepção do DVE, peculiaridade esta que pode ser verificada adicionalmente no Gráfico 4. O crescimento exponencial que se dá na recepção do tratado no século 21 também é verificado no Corpus I de Recepção do DVE, uma vez que, especialmente a partir de 2010, temos resultados para praticamente todos os anos. De fato, 70,45% de todo o Corpus I é proveniente de trabalhos dos últimos 20 anos, o que mostra que parece haver um aspecto de “novidade” ainda no estudo do tratado, cujos números, tendo partido de um patamar baixíssimo, parece que tendem a crescer bastante ainda.

Quanto à tipologia textual predominante no Corpus I, verificamos que os artigos e as dissertações de mestrado respondem por 53,72% do conteúdo transcrito. Se acrescentarmos a isso o percentual de dissertações de doutorado e livre-docência, temos 59,52% do total, depois do que vêm os capítulos de livro, com 32,72% do material. Esperávamos que as introduções e os prefácios fossem mais numerosos em nossas buscas, mas mesmo que tivéssemos uma contribuição mais robusta desses materiais, talvez não tivéssemos uma alteração significativa nessa porcentagem, visto que os autores das introduções e prefácios tendem a ser extremamente sucintos em suas referências ao DVE. Restam então os capítulos de livros e as dissertações e teses, gêneros em que o autor tem mais espaço para o desenvolvimento de seus argumentos.

A grande quantidade de texto de comentário ao DVE que encontramos neste material de produção acadêmica, no entanto, não pode ser atribuída apenas ao espaço que os pesquisadores têm em seus textos para desenvolver um comentário mais abrangente. Aqui o fator preponderante é que estes acervos contêm material que os comentadores que conhecem o tratado elaboraram e que preponderantemente não foi publicado em outros meios. Ainda assim, suas pesquisas podem ser fontes de artigos com temas relacionados e que podem vir a ser publicadas nos periódicos de sua área de atuação, o que explica também a presença significativa deste gênero no Corpus I.

3.6 O *De Vulgari Eloquentia* na Contemporaneidade

Tendo considerado os dados de nosso levantamento acerca da recepção do DVE em doze acervos da cidade de São Paulo, verificamos que o tratado de Dante é uma obra que os estudiosos buscam ainda compreender melhor.

Muito se tem feito nos últimos anos no sentido de tentar explicar o tratado a partir de novas vertentes de interpretação. Nesse sentido, têm se destacado o trabalho de filólogos que buscaram estabelecer o seu texto latino a partir dos manuscritos; exegetas, que têm buscado pelo estudo e comentário esclarecer diversos pontos do tratado; tradutores, que também têm atuado como comentaristas do DVE; críticos literários e pesquisadores, que têm, por meio de vários estudos, ampliado a fortuna crítica do tratado de Dante.

Ainda assim, o DVE persiste como obra muito citada e pouco lida, tal qual afirmou Alessandro Manzoni a seu respeito em 1868. Uma possível razão para isso é que o tratado foi escrito para um público mais erudito, mais afeito à discussão das questões filosóficas e linguísticas. O DVE tornou-se um pouco mais conhecido por suscitar algumas das mais arraigadas questões culturais italianas. No entanto, uma compreensão específica do significado do DVE em si demanda mais pesquisas, cujos resultados podem contribuir bastante para o entendimento da obra e do pensamento de Dante Alighieri no Brasil.

Já no início de sua trajetória de recepção documentada por nosso estudo, quando intelectuais brasileiros começavam a se interessar pela obra e pelo pensamento de Dante, e iniciavam suas pesquisas através de seus textos, comentou Pinto de Campos:

“Tão vasto e uberoso é o campo, quanto difícil é a sua cultura! Mas fácil, e roteável será no futuro, quando a literatura dantesca se tiver enriquecido de um bom número de monographias bibliographicas. *De algum tempo a esta parte já se cuida disto.* Já se tem começado a bater a poeira das bibliotecas em busca de documentos authênticos, que até aqui têm jazido na obscuridade” (PINTO DE CAMPOS, 1886, p. li, grifo nosso).

Acreditamos que o nosso estudo pôde detectar parcialmente dentro do recorte de pesquisa adotado as repercussões desse movimento de se “bater a poeira das bibliotecas” que em seu tempo o Monsenhor havia notado.

Pudemos, com nossos dados iniciais, vislumbrar brevemente a difusão do DVE em diversos pontos do Brasil. Um apanhado mais amplo, demandando muito mais tempo, no entanto, seria necessário para que se possa saber como foi a difusão do tratado pelo Brasil e em acervos bem representativos, ou seja, que contenham material que remonte à época da provável chegada da obra em terras brasileiras.

A fortuna crítica do DVE na cidade de São Paulo demandaria mais estudos para que se pudesse confirmar uma impressão que tomou forma a partir desses primeiros

dados que pudemos encontrar, todos eles das últimas décadas do século XIX. Aparentemente, o tratado só chega ao conhecimento dos primeiros tradutores e comentaristas brasileiros posteriormente e em função da exegese do texto da *Divina Comédia*. Não conseguimos apurar se de fato o tratado era conhecido no Brasil antes disso.

Embora tenhamos uma destacada recepção dos clássicos greco-latinos no Brasil no século XIX, o que pelo menos em tese abriria caminho para a recepção da obra e do pensamento de Dante Alighieri, sabemos que o interesse pela leitura, tradução e interpretação da obra do poeta dependiam de mais estudos e de uma melhor compreensão de seu contexto cultural.

Esse público que começa a se interessar pela novidade que o texto e as idéias de Dante representavam precisava de uma ponte para ter seu ingresso no mundo do pensamento dantesco garantido, e esta é franqueada pelos cometários feitos à obra do poeta. Isso ressalta o grande valor tanto do trabalho de introdução da obra de Dante no Brasil, como da tradução e do comentário estruturado dos textos do florentino. Esse trabalho fundamental de divulgação é feito inicialmente pelos mesmos que traduziram a *Divina Comédia* para o português, de modo que tanto a tradução de Pinto de Campos quanto a de Xavier Pinheiro são acompanhadas de substanciais comentários, nos quais se destaca a grande erudição de seus autores, que se equiparam de todo um conhecimento dos clássicos greco-romanos, da tradição escolástica, e finalmente do próprio trabalho de comentário praticado por Dante Alighieri em suas *opere minori*.

Desse modo, seriam necessários mais estudos para apurar o ingresso da obra e do pensamento de Dante no Brasil sob a perspectiva da novidade, um grande autor desconhecido até então, talvez o precursor da Modernidade e sob a perspectiva dos estudos clássicos, um grande autor da Escolástica, cuja interpretação é propiciada pelo conhecimento dos clássicos da Antiguidade, como Horácio e Virgílio, mas que não pode dispensar o estudo de seu próprio comentário, contido em obras menos conhecidas como o DVE e as demais, classificadas como *opere minori*.

Necessitamos de mais estudos também para entender a trajetória da *Divina Comédia* do Trecento até os nossos dias, a fim de entender como ela se tornou “o livro do povo e o livro dos teólogos”, nas palavras de Pinto de Campos (1886, p. cxlv), tendo sido quase que por assim dizer “interdito” no Brasil colonial, quer por ser considerado anticlerical, quer por ser considerado excessivamente católico, e como este aspecto popular da obra é recuperado pela tradução e o trabalho de comentário da obra, trabalho

este que usa, inclusive, o DVE para elucidar o sentido do texto para o leitor brasileiro. Trataria-se, enfim, de se entender como os comentaristas conseguiram, a partir de um texto lido “por quase ninguém” elucidar os sentidos de um outro que já foi concebido universal, quer em seu tema, quer em sua abordagem.

Embora nossos levantamentos tenham verificado um aumento dos textos que comentam o DVE em algumas ocasiões especiais para a memória e o legado de Dante Alighieri (mais especificamente, 1921 e 1965), determinar numericamente o quanto a recepção do DVE e da obra de Dante como um todo se expandiu graças aos eventos e publicações que tiveram espaço nestas ocasiões é algo que demanda mais pesquisas.

Finalmente, instituições como o Colégio Dante Alighieri e o Instituto Italiano de Cultura de São Paulo também têm um importante papel neste sentido, promovendo o aprendizado da língua italiana e a difusão da cultura italiana em São Paulo, contribuindo com eventos em honra do poeta e também com várias publicações dedicadas a divulgar o nome, o pensamento e os estudos acerca da obra de Dante. De fato, nossos levantamentos encontraram vários artigos publicados por essas duas instituições.

Além de inúmeros ensaios e estudos dedicados à *Divina Comédia* que encontramos em periódicos dedicados às letras na cidade de São Paulo, os professores das Faculdades de Letras do Brasil, mais especificamente dos departamentos de língua e cultura italianas contribuíram para formar uma robusta bibliografia de artigos sobre a obra e o pensamento de Dante Alighieri. A contribuição que eles fizeram não se percebe somente no apanhado do que publicaram, mas no fato de boa parte dos acervos de literatura italiana das bibliotecas universitárias terem sido formados por aquisições dos professores desses departamentos.

Ainda no âmbito acadêmico, temos uma grande quantidade de artigos que mencionam o DVE, ou que tratam especificamente da obra, além de várias dissertações e teses que comentam o tratado. Os primeiros resultados de nossa busca nos acervos da cidade de São Paulo foram, sem exceção, artigos publicados por professores ou pesquisadores da área de língua e cultura italianas de universidades paulistas, e, depois disso, de críticos literários.

Um estudo específico poderia no futuro mapear o trabalho feito dentro destes departamentos, por meio do levantamento de suas publicações, como a *Revista de Italianística*, a *Revista Serafino*, a *Revista Beatrice*. Muito há que se pesquisar também a respeito da atuação de grupos de pesquisa na Universidade, como o grupo “Dante, Poeta Universal da Idade Média e dos Tempos Modernos”, que, sob a liderança da

professora Vilma de Katinszky, de 2007 a 2012 envidou esforços para a divulgação da obra e do pensamento de Dante. Este trabalho continua a avançar nos dias de hoje, com o trabalho realizado na graduação e na pós-graduação na USP, e no grupo de pesquisa “A Tradição Literária Italiana”, liderado pela profa. Maria Cecília Casini, que desde 2016 reúne docentes e pesquisadores da USP, UNICAMP e UFSC, focando especialmente na obra de Dante e da literatura italiana da Renascença. Além dos eventos promovidos para o público da graduação e da pós-graduação da USP, os membros do grupo têm ministrado cursos de extensão abertos ao público em geral, como o curso “Dante Alighieri e o ideal de língua ilustre para usos poéticos”, um curso voltado especificamente para comentar o DVE, realizado na mesma Faculdade em novembro de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nossa pesquisa acompanhou um pouco da trajetória e da fortuna crítica do DVE. O texto de Dante teve uma fortuna bem variada. De obra quase ignorada nos séculos XIV e XV, reaparece como texto importante pelo prestígio que o nome de seu autor havia angariado. Como trata de importantes questões culturais arraigadas na Itália, é logo envolvido nos debates da *Questione della Lingua*. Permanece na condição de texto muito citado e pouco lido. Ao ingressar no Brasil, continua nessa condição de um texto escrito em latim e pouco compreendido, mencionado apenas pelos comentaristas da *Divina Comédia* e pelos críticos literários.

Dessa forma, os comentários feitos aos cantos da *Divina Comédia* permitem perceber a relação particular que os comentadores estabeleceram com o DVE, visto que utilizam um texto escrito em latim, lido por poucos, pouco comentado e pouco compreendido ainda como uma das fontes de exegese do poema sagrado, por seu tema e abordagem extremamente popular na Itália do *Trecento* e dos séculos vindouros, mas que demanda uma interpretação para o público leitor no Brasil do século XIX. É desse modo que os comentaristas das traduções brasileiras da *Divina Comédia* continuarão a se utilizar do DVE e das demais *opere minori* de Dante para explicarem o pensamento do poeta aos leitores de sua obra traduzida em português. Assim fazem os primeiros intérpretes do poema no Brasil, ao considerar os comentários de Dante a verdadeira interpretação do sentido de sua obra principal. Assim o faz Otto Maria Carpeaux em seu prefácio *Lendo e relendo Dante*, em que considera o DVE obra de “justificação” da escolha do poeta ao escrever a *Divina Comédia* em língua vulgar, e não em latim.

O interesse por uma exegese específica do DVE aparece no trabalho de Gian Pietro Ricci em 1921, mas não vinculado à proposta de tradução de seu texto latino, que é feita somente em 1958 pelo Pe. Vicente Pedroso. A proposta de tradução associada ao comentário crítico somente é retomada por Cosimo B. S. Vivai em 2009 e, mais tarde, por Tiago Tresoldi, em associação com Henrique S. Bordini (2011), que apresentam também uma tradução com esboço de comentário crítico do DVE.

Vemos que, somente depois de décadas de uma recepção intermitente do texto do DVE no Brasil a proposta de um comentário crítico ao texto, associado à sua tradução, é retomado, e dessa vez em âmbito acadêmico.

O nosso levantamento também apurou que, mesmo na produção acadêmica que não teve como escopo central o comentário ao texto do DVE, ou seja, dissertações e teses que constam de nosso levantamento, subsídios consideráveis para uma exegese brasileira do DVE são fornecidos, o que poderia indicar que não estaríamos muito distantes do próximo passo, ou seja, uma edição crítica do tratado, nos moldes do trabalho que já é consagrado especialmente na Itália.

Assim, embora exista uma tradição do estudo do latim no Brasil e uma efetiva recepção dos clássicos da latinidade que foram estudados, seja em seu texto original, seja em traduções, nosso estudo da recepção do DVE mostra que o tratado latino do poeta originalmente não figurou entre estes textos, assim como a sua obra principal, a *Divina Comédia*, que até o século XIX era muito pouco conhecida no Brasil.

Isso nos leva a pensar que, provavelmente, se o DVE tivesse sido introduzido no Brasil em tempos anteriores, nos anos do Brasil Colônia, poderia ter figurado nos acervos de então ao lado textos clássicos latinos como *Rhetorica ad Herennium*, de autor desconhecido, *De Inventione*, de Cícero, as poéticas de Aristóteles, de Horácio e de Longino, dentre outros, assim como hoje aparece listado no acervo digital *The Latin Library*, como representante ilustre, embora pouco conhecido, de toda uma linha de pensamento, estudo e comentário do legado da *latinitas*, que Dante sem dúvida representa.

Se tal não se deu, de forma que tivemos um ingresso paulatino da principal obra de Dante no Brasil, em associação com a emulação poética, o avanço da tradução dos clássicos, do pensamento crítico e do comentário exegético, isso pode ser atribuído em parte aos mesmos acidentes de recepção que sobrevieram ao DVE na Itália em sua recepção inicial, nos séculos XIV e XV: escondido dos olhos dos inimigos de Dante, pouco ou nada difundido, e certamente muito incompreendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Dante Alighieri

ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia. Inferno.** Trad. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: J. L. Freitas, 1888.

ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia. Inferno.** Versão portuguesa em tercetos por Domingos Ennes, il. Gustave Doré. Lisboa / Rio de Janeiro: David Corazi, 1887/1889.

ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia. Inferno. Purgatório. Paraíso.** Trad. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Typologia do Instituto Profissional Masculino, 1907.

ALIGHIERI, D. **Dantis Alagherii De Vulgari Eloquentia.** Rec. Ludovico Bertalot. Frankfurt: Friedrichsdorf, 1917.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Translation by Steven Botterill. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Nuova edizione commentata delle opere di Dante, v. III, a cura di Enrico Fenzi. Roma: Salerno Editrice, 2012.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Edizione a cura di Giorgio Inglese. Rizzoli: BUR, 1998.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Vulgares eloquentes, v. 3, a cura di Pier Vincenzo Mengaldo. Padova: Editrice Antenore, 1968.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Tradução e comentários de Cosimo S. B. Vivai. IN: VIVAI, C.B.S. **Uma leitura do De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

ALIGHIERI, D. **De Vulgari Eloquentia.** Trad. Tiago Tresoldi, comentários de H. S. Bordini. Disponível em: http://www.academia.edu/15514688/De_Vulgari_Eloquentia, acesso em 25/07/2018.

ALIGHIERI, D. **The De Monarchia of Dante Alighieri.** Transl. and notes by Aurelia Henry. Boston and New York: Houghton, Mifflin and Company, 1904.

ALIGHIERI, D. **O Convívio.** Trad., introd. e notas de Emanuel França de Brito. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 2019.

ALIGHIERI, D. **Le Rime.** CVI. Doglia mi reca ne lo core ardire. Wikisource. Disponível em: [https://it.wikisource.org/wiki/Rime_\(Dante\)/CVI_-_Doglia_mi_reca_ne_lo_core_ardire](https://it.wikisource.org/wiki/Rime_(Dante)/CVI_-_Doglia_mi_reca_ne_lo_core_ardire)

ALIGHIERI, D. **Le Rime**. CIV. Tre donne intorno al cor mi son venute. Wikisource. Disponível em: [https://it.wikisource.org/wiki/Rime_\(Dante\)/CIV_-_Tre_donne_intorno_al_cor_mi_son_venute](https://it.wikisource.org/wiki/Rime_(Dante)/CIV_-_Tre_donne_intorno_al_cor_mi_son_venute), acesso em 26/01/2020.

Obras que compõem o referencial teórico

ARRIGONI, M.T. **Em busca das obras de Dante em português no Brasil (1901 – 1950)**. IN: PETERLE, P. **A literatura italiana no Brasil e a literatura brasileira na Itália: sob o olhar da tradução**. Copiart: Tubarão, 2011.

AUBERT, E. H. **Vidas de Dante**. Escritos Biográficos dos Séculos XIV e XV. Cotia: Ateliê Editorial / FAPESP, 2011.

BASSETO, B.F. **Elementos de filologia românica**. v.1. São Paulo: Edusp, 2013.

BARON, H. **A New View on Roman History and of the Florentine Past**. IN: **Crisis of the Early Italian Renaissance**. Princeton University Press, 1961.

BEMBO, P. **Prose della volgar lingua**. Disponível em: http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_4/t79.pdf, acesso em 02/06/2018.

BERTALOT, L. **Dantis Alagherii De Vulgari Eloquentia**. Rec. Ludovico Bertalot. Frankfurt: Friedrichsdorf, 1917.

BIZZARRI, E. **“Universalidade de Dante”**. **Suplemento Literário**. Ano IX, n. 430. O Estado de São Paulo, 22 de maio de 1965.

BOCCACCIO, G. **Tratattello em louvor de Dante**. Trad. de Eduardo Henrik Aubert. IN: **Vidas de Dante**. Cotia: Ateliê Editorial / FAPESP, 2011.

BOSI, A. **Italianos no Brasil: Crônica e Épica da Emigração Italiana**. IN: CENNI, F. **Italianos no Brasil. “Andiamo in ‘Merica”**. São Paulo: Edusp, 2011.

BOTTERIL, S. **De Vulgari Eloquentia**. Translation and commentaries by Steven Botterill. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOYDE, P. **Retorica e stile nella lirica di Dante**. Tradução para o italiano de Corrado Calenda. Naples: Liguori, 1979.

BRANDE, W. T. **A Dictionary of Science, Literature and Art: comprising History, Description and Scientific Principles**. New York, W.T. Brande, F.R.S.L. & E. ed., 1847.

BRUNI, L. **Le vite di Dante e del Petrarca**. Disponível em: <https://archive.org/details/LeViteDiDanteEDelPetrarca/page/n9/mode/2up>, acesso em 25/02/2019.

BURNETT, C. **The coherence of the Arabic-Latin translation program in Toledo in the twelfth century.** IN: **Arabic into Latin in the Middle Ages. The translators and their social and intellectual context.** The author: Cornwall, England, 2009.

CASINI, M. C. **Introdução ao Diálogo sobre a nossa língua.** IN: ROMANELLI, S. **Antologia Bilíngue. Clássicos da Língua Italiana.** Tubarão: Copiart, 2012.

CENNI, F. **Italianos no Brasil. “Andiamo in ‘Merica”.** São Paulo: Edusp, 2011.

CICERO. **Defesa de Árquias.** Introdução, trad. e notas de Carlos A. L. Fonseca. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1974.

COLSATO, A. **Organização hierárquica e linguística: o modelo jesuítico após a restauração.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

COUTINHO, A. **A crítica literaria no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

CURTIUS, E.R. **Literatura européia e Idade Média Latina.** São Paulo: Edusp, 1996.

DAROS, R.P. **Dom Pedro II e Bartolomé Mitre: a tradução da Divina Comédia por governantes sul-americanos no séc. XIX.** IN: GUERINI, A. & GASPARI, S (orgs.). **Dante Alighieri, língua, imagem e tradução.** Rafael Copetti: São Paulo, 2015.

DUARTE, A.S. **“Por uma história da tradução dos clássicos greco-latinos no Brasil.”** Translatio, n. 12. Porto Alegre, dez. 2016.

ECO, U. **A busca da língua perfeita na cultura européia.** Bauru: EDUSC, 2002.

EWERT, A. **“Dante's Theory of Language”** IN: **The Modern Language Review**, vol. 35, no. 3. (Jul., 1940), pp 355–366.

FARIA, E. **O latim pelos textos.** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1935.

FENZI, E. **De Vulgari Eloquentia.** Nuova edizione commentata delle opere di Dante, v. III, a cura di Enrico Fenzi. Roma: Salerno Editrice, 2012.

FRANCA, S.J.L. **O método pedagógico dos jesuítas: o ‘Ratio Studiorum’.** Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FUBINI, R. **La coscienza del latino negli umanisti. “An latina lingua Romanorum esset peculiare idioma”.** Studi Medievali. Anno II, Fasc. II. Dicembre, 1961.

GIANASTÁCIO, V. **A presença dos sufixos -sc e -iz na Vulgata e sua abangência semântica e aspectual.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

GUERINI, A. & MONTEIRO, G. **“Dante e la letteratura brasiliana”** IN: **Rivista Internazionale di studi su Dante** v. VII, 2010.

HEISE, P. **Dois exemplos de Dante na literatura brasileira: Castro Alves e Jorge de Lima**. IN: GUERINI, A. & GASPARI, S. (orgs.). **Dante Alighieri, língua, imagem e tradução**. Rafael Copetti: São Paulo, 2015.

HOLANDA ALMEIDA, M. **Teoria da Literatura. Estudos literários e análises críticas**. Disponível em <http://www.filosocram.blogspot.com/2010/01/conceitodeliteraturabrasileira.html>, acesso em 03/11/2019.

INGLESE, G. **Prefazione**. IN: **De Vulgari Eloquentia**. Traduzione e commento di Giorgio Inglese. Torino: BUR, 1998.

LINS, I. **Dante e o Positivismo**. IN: **O meu Dante. Contribuições e depoimentos**. Caderno n. 5, 1965. São Paulo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro.

LOWRIE, S. H. **Imigração e Crescimento da População do Estado de São Paulo**. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política, 1938.

MACHIAVELLI, N. **Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua**. IN: **Tutte le opere**. Firenze: Sansoni. Disponível em <http://www.liberliber.it/biblioteca/m/maccihavelli.htm>, acesso em 05/06/2018.

MALLETTE, K. **The Kingdom of Sicily, 1100 – 1250: a literary story**. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2005.

MANUPPELLA, G. **Dantesca luso-brasileira**. Subsídios para uma bibliografia da obra e do pensamento de Dante Alighieri. Coimbra Editora: Coimbra, 1966.

MANZONI, A. **Lettera intorno al libro De Vulgari Eloquio di Dante Alighieri**. IN: **Opere varie di Alessandro Manzoni**. Fratelli Richiedei: Milano, 1870. Disponível em: <http://www.clasicitaliani.it/manzoni/Dante-Vulgari.html>. Acesso em 04/09/2019.

MARAZZINI, C. **Multilinguismo dantesco e monolinguismo petrарquesco**. IN: **Literatura Italiana: Linhas. Problemas. Autores**. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1989.

MARIGO, A. **De Vulgari Eloquentia**, Ridotto a miglior lezione, commentato e tradotto da A. Marigo. Firenze: Le Monnier, 1948.

MAZZOTTA, G. **Life of Dante**. In: **The Cambridge Companion to Dante**. Edited by JACOFF, R. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MENGALDO, P.V. **Vulgares eloquentes**, v. 3, a cura di Pier Vincenzo Mengaldo. Padova: Editrice Antenore, 1968.

MENGALDO, P.V. **Un contributo all'interpretazione di De Vulgari Eloquentia I i-ix**. IN: **Belfagor XLIV**. Firenze: Olschki, 1989.

MENGALDO, P.V. **Enciclopedia Dantesca**, vol. I: “**De Vulgari Eloquentia**”, vol. III: “**Gramatica**”, “**Lingua**”. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1996.

MICHELET, A. **Histoire de France**. T. II. Paris: Librerie Classique de La Hachette, 1833.

NAJEMY, J.M. **Dante and Florence**. IN: **The Cambridge Companion to Dante**. Edited by JACOFF, R. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PAGLIARO, A. “**La prassi linguistica della Commedia**” IN: **Legere Dante – Antologia della critica dantesca**, a cura di A. Russo e E. Schiavina. Bologna: Zanichelli, 1985.

PINTO DE CAMPOS, J. **Prólogo**. IN: **A Divina Comédia**. Versão portuguesa comentada e anotada por Joaquim Pinto de Campos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

ROMANELLI, S; SOARES, N.G.; SOUZA, R. (org.) **Dom Pedro II: Um Tradutor Imperial**. Florianópolis: PGET/UFSC/Tubarão: Copiart, 2013.

SANTINI, E. “**La produzione volgare di Leonardo Bruni Aretino e il suo culto per ‘le tre corone fiorentine’**”. *Giornale storico*, LX, n. 180, 1883.

SANTOS, L.A. **Elementos de grammatica latina**. 4ª. ed. São Paulo, 1924.

SANTOS SOBRINHO, J.A. **O latim no Brasil na primeira metade do séc. XX: entre leis, discursos e disputas, uma disciplina em permanência**. Universidade Federal da Bahia, *Phaos*, v. 13, 2013, p. 39 – 63.

SHAPPIRO, M. **De Vulgari Eloquentia, Dante’s Book of Exile**. Nebraska University Press: Lincoln, 1990.

TAVONI, M. **Latino, Grammatica, Volgare. Storia di una Questione Umanistica**. Padova: Editrice Antenore, 1984.

TORRICO, F.B. “**Machado de Assis: L’Italia nel Cuore di uno Scrittore Brasiliano dell’Ottocento**”. *Revista Italianística*, n. XV, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/88176>, acesso em 15/12/2018.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

TRESOLDI, T. **De Vulgari Eloquentia**. Trad. e Introdução de Tiago Tresoldi. Comentários de H. S. Bordini. Disponível em: http://www.academia.edu/15514688/De_Vulgari_Eloquentia, acesso em 25/07/2018.

TRINDADE, I.E. **Contribuições da missa para a sobrevivência do latim em português**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Maria Sueli de Aguiar. Goiânia: UFG, 2015.

TUFFANI, E. **Repertório brasileiro de língua e literatura latina (1830 – 1996)**. Cotia: Ibis, 2006.

VARCHI, B. **L'Ercolano**. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_uFrTxM2Fs8QC, acesso em 25/05/2018.

VENTURA, M.S. “**Trajetória e legado de Otto Maria Carpeaux.**” **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, n. 63, p. 17-25, 2007.

VILLANI, G. **Nova Crônica**. Livro 10, cap. 136. Trad. Eduardo Henrik Aubert. IN: **Vidas de Dante**. Cotia: Ateliê Editorial / FAPESP, 2011.

VIVAI, C.B.S. **Traduzindo a língua e o estilo do *De Vulgari Eloquentia***. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/13/15.htm>, acesso em 16/07/2018.

VIVAI, C.B.S. **Uma leitura do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

WEISS, R. “**Links between the *Convivio* and the *De Vulgari Eloquentia*”.** *The Modern Language Review*, Vol. 37, No. 2. (Apr., 1942), p. 156–168.

XAVIER PINHEIRO, J. A. **Prefácio**. IN: **A Divina Comédia. Inferno. Purgatório. Paraíso**. Tradução, comentário e notas de José Pedro Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Typologia do Instituto Profissional Masculino, 1907.

Obras que compõem o corpus geral de recepção do *De Vulgari Eloquentia*

AGENO, F. B. **Dante Alighieri. Tutte le opere**. A cura di Franca Brambilla Ageno. Testo della Società Dantesca Italiana. Firenze: Casa Editrice Le Lettere, 2003.

AMOROSO LIMA, A. **O meu Dante**. IN: **Meu Dante. Contribuições e depoimentos**. Caderno n. 5, 1965. São Paulo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro.

ARARIPE JUNIOR, T. A. **O novo intérprete de Dante. Prefácio à Divina Comédia**. Trad. Barão da Villa da Barra (obra postuma). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

AUBERT, E. H. **Vidas de Dante. Escritos Biográficos dos Séculos XIV e XV**. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2012.

BARBÉRA, G. **Tutte le opere di Dante Alighieri**: novamente rivedute con un copiosissimo indice del contenuto di esse e con un prospetto della vita e delle opere del poeta. A cura di G. Barbèra. Firenze: G. Barbèra, Ed., 1926.

BASSETO, B.F. **Elementos de filologia românica**. v.1. São Paulo: Edusp, 2013.

BEC, C. **Fundamentos de Literatura Italiana**. Trad. Mário da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1984.

BERTALOT, L. **Dantis Alagherii De Vulgari Eloquentia libri II.** Frankfurt: Friedrichsdorf, 1917.

BERTONI, G. **Dante.** Athena Editora: São Paulo, 1921. Série Perfis, vol. 1.

BIZARRI, E. “**Universalidade de Dante.**” **Suplemento Literário.** Ano IX, n. 430. O Estado de São Paulo, 22 de maio de 1965.

BLASUCCI, L. **Dante Alighieri. Tutte le opere.** A cura di Luigi Blasucci. Firenze: Sansoni Editori, 1965.

BORDINI, H. S. **Dante entre auctor e autor, entre a Idade Média e a Renascença.** Comentário aos livros I e II do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri, trad. Tiago Tresoldi. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305731316_De_vulgari_eloquentia, acesso em 17/03/2018.

BOSI, A. **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: Cultrix, 1977.

BOTTERILL, S. **Dante: De Vulgari Eloquentia.** Edited and translated by Steven Botterill. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BRITO, E.F. **A insaciável sede de saber na *Comédia* de Dante. Algumas relações com a incontinência aristotélica.** Dissertação sob a orientação da Profa. Dra. Vilma de Katinszky Barreto de Souza apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas da FFLCH-USP para a obtenção do título de mestre em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BRITO, E.F. **O nobre poeta por si mesmo: Dante e *O Convívio*.** Tese sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Santana Dias apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas da FFLCH-USP para a obtenção do título de doutor em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

BRITO, E.F. **Dante e o Convívio.** IN: **Dante Alighieri. O Convívio.** Tradução, introdução e notas de Emanuel França de Brito. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2019a.

BRITO, E. F. **Dante Alighieri. O Convívio.** Tradução, introdução e notas de Emanuel França de Brito. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2019b.

CAMPOS, H. **Dante e a poesia de vanguarda.** IN: **O meu Dante. Contribuições e depoimentos.** Caderno n. 5, 1965. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura.

CAMPOS, H. **Pedra e luz na poesia de Dante.** Apres. Andrea Lombardi. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

CARPEAUX, O. M. **O meu Dante.** IN: **O meu Dante. Contribuições e depoimentos.** Caderno n. 5, 1965. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura.

CARPEAUX, O. M. **Lendo e relendo Dante.** Introdução à Divina Comédia de Dante Alighieri (Inferno). Trad. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967. Coleção Clássicos de Ouro.

CARPEAUX, O. M. **História da literatura ocidental.** São Paulo: LEIA, 2011.

CARPEAUX, O. M. **Lendo e relendo Dante**. Introdução à Divina Comédia de Dante Alighieri. Trad. Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

CASINI, M.C. **Introdução ao Diálogo sobre a nossa língua**. IN: ROMANELLI, S. **Antologia Bilíngue. Clássicos da Língua Italiana**. Tubarão: Copiart, 2012.

CASINI, M.C. **Uma disputa bem florentina: o confronto linguístico entre Dante e Machiavelli no Dialogo intorno alla nostra língua**. IN: In Arte, Ano 3, n. 3 (nov. 2015), p. 44-51. São Paulo: Colégio Dante Alighieri, 2015.

COLÉGIO DANTE ALIGHIERI. **Dante**. São Paulo: os autores, 1965.

CUNHA, M.V. **O Convívio registra a filosofia de Dante Alighieri no exílio**. O Estado de São Paulo, 30/03/2019. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-convivio-registra-a-filosofia-de-dante-alighieri-no-exilio,70002772748>, acesso em 01/04/2019.

DAROS, R. P. **Implicações identitárias e culturais na criação do Dante sul-americano por D. Pedro II e Bartolomé Mitre**. Tese sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Romanelli apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutor em Letras. Florianópolis: UFSC, 2015.

DENT, J.M. & SONS. **Latin works of Dante Alighieri**. *De Vulgari Eloquentia. De Monarchia. Epistles and Eclogues. Questio de Aqua et Terra*. London: J. M. Dent & Sons Ltd./Aldine House, 1940.

DISTANTE, C. **Prefácio à Divina Comédia** IN: **A Divina Comédia**. Tradução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DISTANTE, C. **Prefácio à Divina Comédia de Dante Alighieri**. IN: **A Divina Comédia**. Texto italiano de Italo Borzi. Tradução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 2014.

DONATO, H. **Prefácio**. IN: **A Divina Comédia**. Tradução, prefácio e notas de Hernâni Donato. São Paulo: Cultrix, 1965.

DONATO, H. **Notícias sobre o autor e a obra**. IN: **A Divina Comédia**. Tradução, prefácio e notas de Hernâni Donato. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DONATO, H. **Introdução**. IN: **De Monarchia**. Tradução, introdução e notas de Hernâni Donato. São Paulo: Parma, 1983.

DONATO, H. **Prefácio**. IN: **A Divina Comédia**. Tradução em prosa, prefácio e notas de Hernâni Donato. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

FALLANI, G. **Dante Alighieri. Tutte le opere**. Testo latino e italiano, a cura di Giovanni Fallani. Roma: Newton Compton Ed., 1993.

FENZI, E. **De Vulgari Eloquentia**. Nuova edizione commentata delle opere di Dante, v. III, a cura di Enrico Fenzi. Roma: Salerno Editrice, 2012.

FRANCO JÚNIOR, H. **Dante Alighieri, o poeta do absoluto**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

GRANDGENT, C.H. **Introduction**. IN: **The Divine Comedy**. Cambridge: The Modern Library, 1932.

HANSEN, J.A. **Notas de Leitura**. IN: **Dante Alighieri. Divina Comédia**, com desenhos de Sandro Botticelli. Tradução de João Trentino Ziller. Ateliê Editorial/Editora da UNICAMP: São Paulo, 2012.

HEISE, P.F. **Momenti della presenza dantesca in Brasile: dal 1843 al 1965**. Tesi di dottorato presentata alla Facoltà di Lettere dell' Università di Studi di Roma "Tor Vergata" sulla guida del prof. Rino Caputo. Roma: Tor Vergata, 2010/2011.

HIGGINS, D.H. **Introduction**. IN: **The Divine Comedy**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

INGLESE, G. **De Vulgari Eloquentia**. Milan: Rizzoli, 1998.

INGLESE, G. **Apresentação**. IN: **Dante Alighieri. O Convívio**. Tradução, introdução e notas de Emanuel França de Brito. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2019.

JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. **Dante e Virgílio. O resgate na selva escura**. São Paulo: Blucher, 2016.

LACHAT, M. **A lírica amorosa seiscentista: poesia de amor agudo**. Tese sob a orientação da Profa. Dra. Adma Fadul Muhana apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da FFLCH-USP para a obtenção do título de doutor em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

LEÃO, A.V. **Teria sido Dante um precursor da filologia românica?** Kriterion: revista de filosofia v. 19 n. 6, p. 217-237. Belo Horizonte: UFMG, 1972.

LEITE, D.V.S. **The italianate pen: poesia na Itália e na Inglaterra (séculos XV e XVI)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Inglesa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. John Milton. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

LODI, C. **Tre donne in Dante**. Con un profilo del poeta. São Paulo: Ave Maria, 1965.

MACEDO, T.S. **A mulher na visão poética de Dante**. Dissertação sob a orientação da Profa. Dra. Vilma de Katinszky Barreto de Souza apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas da FFLCH-USP para a obtenção do título de mestre em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

MANUPPELLA, G. **Dantesca Luso-Brasileira**. Subsídios para uma bibliografia da obra e do pensamento de Dante Alighieri. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966.

MARAZZINI, C. **Dante, teórico do vulgar ilustre**. IN: SQUAROTTI, G. B. **Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores**. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1989a

MARAZZINI, C. **Multilinguismo dantesco e monolinguismo petrarqueano**. IN: SQUAROTTI, G. B. **Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores**. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1989b.

MARNOTO, R. **AVita Nuova de Dante Alighieri. Deus, o amor e a palavra**. Lisboa: Colibri, 2001.

MARTINS, C. **A vida atribulada de Dante Alighieri**. IN: **A Divina Comédia**. Tradução, notas e comentários de Cristiano Martins. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1976.

MAURO, I. E. **A Divina Comédia**. Tradução, introdução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed.34, 1998.

MAURO, I. E. **A Divina Comédia**. Tradução, introdução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MENGALDO, P.V. **De Vulgari Eloquentia**. A cura di Pier Vincenzo Mengaldo. *Vulgares Eloquentes*, v.3. Padova: Antenore, 1968.

MONGELLY, M.L. & VIEIRA, Y.F. **A estética medieval. Introdução**. Dir. Massaud Moisés. Cotia: Ibis, 2003.

MUHANA, A. F. **Nas envolturas das ficções não há participação da retórica: mera poesis est**. Tese de livre-docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

NEPOMUCENO, L. A. **Humanismo e modernidade: Petrarca faz 700 anos**. Revista de Italianística, n. 10, 11, 2005, p. 23-37. São Paulo: Universidade de São Paulo.

NIGRO, S.S. **As origens e o Duecento**. IN: SQUAROTTI, G. B. **Literatura italiana. Linhas. Problemas. Autores**. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1989.

PAPINI, G. **Dante vivo**. Trad. do original italiano *Dante Vivo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

PEDROSO, V. **Da linguagem vulgar**. Trad. do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri do Pe. Vicente Pedroso, com texto latino. IN: **Obras Completas de Dante Alighieri**, v. X. São Paulo: Editora das Américas, 1958.

PEREIRA, A.L. **De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Uma primeira leitura do tratado sobre as línguas da península**. Projeto de iniciação científica sob orientação das Profas. Dras. Fernanda Messeder Moura e Andrea Giuseppe Lombardi apresentado por ocasião da XXXIV Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural da UFRJ. Livro de Resumos do Centro de Letras e Artes, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Disponível em: <http://app.pr2.ufrj.br/public/suporte/jicac/livroResumo/2015/Humanas.pdf>, acesso em 25/10/2018.

PEREZ, J. **Dante e a poesia universal**. IN: ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia**. Trad. Barão da Villa da Barra. Prefácio de José Perez. São Paulo: Cultura, 1942.

PICCAROLO, A. **Vida Nova**. Trad. de Paulo M. de Oliveira e Blásio Demétrio. Prefácio de Antônio Piccarolo. Rio de Janeiro: Athena, 1937. Biblioteca Clássica, v. 20.

PICCAROLO, A. **Dante Alighieri e sua obra.** IN: **A Divina Comédia.** Tradução de Xavier Pinheiro. São Paulo: LEIA, 1946.

PINA MARTINS, J. V. **Cultura Italiana.** Lisboa: Verbo, 1971.

PINA MARTINS, J.V. **Gigantes da Literatura Universal: Dante.** Lisboa: Verbo, 1972.

PINTO DE CAMPOS, J. **Prólogo.** IN: **A Divina Comédia.** Versão portuguesa commentada e anotada por Joaquim Pinto de Campos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

POLVARA, A. **De Vulgari Eloquentia.** IN: **Dante Alighieri. Vita nuova e opere minori.** Testo latino e commenti a cura di Attilio Polvara. Torino: Società Editrice Internazionale, 1947.

RAJNA, P. **Il trattato De Vulgari Eloquentia.** Per cura di Pio Rajna. Milano: Ulrico Hoepli, 1907. Seconda impressione.

REIS, F.A.F. **O Sonho de Scipião em lingoage portuguesa: acerca da recepção de tratados morais de Cícero no Portugal quinhentista.** Dissertação sob a orientação da Profa. Dra. Adma Fadul Muhana apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da FFLCH-USP para a obtenção do título de mestre em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

RICCI, G. P. **O De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Contribuição crítica para sua interpretação.** Tese apresentada por Gian Pietro Ricci ao concurso para a Cadeira de Língua Italiana no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1921.

ROBIN, P.M. **Beatriz, musa de Dante Alighieri, com suas transfigurações na Vita Nova e incursões na Divina Comédia.** Dissertação sob a orientação da Profa. Dra. Vilma de Katinszky Barreto de Souza apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Italianas da FFLCH-USP para a obtenção do título de mestre em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

SALTARELLI, T.C.V.L. **Um outro lado da mimesis: a poética dantesca de Cristóforo Landino.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de doutor em Estudos Literários. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SANTANA DIAS, M. **Dante no espelho de Nemrod: língua e exílio na Commedia.** **Revista de Italianística**, n. 10, 11, 2005, p. 11-21. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SOCIETÀ DANTESCA ITALIANA. **Opere di Dante.** Testo critico della Società Dantesca Italiana. Firenze: R. Bemporad & Figlio, Ed., 1921.

STERZI, E. C. J. **Incipit: A Vita Nova e a irrupção da lírica moderna.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Orlando Seligman-Silva. Unicamp: São Paulo, 2006.

TAVONI, M. **Dante Alighieri. Opere.** A cura di Mirko Tavoni. Milano: Mondadori, 2014.

THE LATIN LIBRARY. **Monarchia. De Vulgari Eloquentia Libri Duo. Eclogae. Epistolae.** Disponível em: thelatinlibrary.com/dante.html. Acesso em 25/10/2018.

TOYNBEE, P. **Tutte le opere di Dante Alighieri.** Oxford: Stamperia dell'Università, 1904.

TRESOLDI, T. Comentário introdutório e notas ao texto de *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri. IN: **De Vulgari Eloquentia.** Trad. Tiago Tresoldi. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/305731316_De_vulgari_elloquentia, acesso em 17/03/2018. 2011a.

TRESOLDI, T. **De Vulgari Eloquentia.** Trad. Tiago Tresoldi. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/305731316_De_vulgari_elloquentia, acesso em 17/03/2018. 2011b.

TRINGALI, D. “Escolas literárias.” **Cadernos de teoria e crítica literária**, n. 13, 1983. Araraquara: UNESP.

TRINGALI, D. “Introdução às Retóricas.” **Cadernos de teoria e crítica literária**, n. 14, 1984. Araraquara: UNESP.

VIVAI, C.B.S. **Traduzindo a língua e o estilo do De Vulgari Eloquentia.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/13/15.htm>, acesso em 12/01/2018. 2005.

VIVAI, C.B.S. **O projeto doutrinário de Dante no De Vulgari Eloquentia: a interpretação do título.** **Revista Serafino**, n. 1, 2006, p. 37-42.

VIVAI, C.B.S. **Dante falava à maneira dos florentinos modernos? Algumas considerações sobre a chamada gorgia toscana.** **Revista Serafino**, n. 2, 2008, p. 57-63. Universidade de São Paulo: São Paulo.

VIVAI, C.B.S. **Uma leitura do De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

XAVIER PINHEIRO, J.P. **A Divina Comédia. Inferno.** Tradução, comentário e notas de José Pedro Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: J. L. Freitas, 1888.

XAVIER PINHEIRO, J.P. **A Divina Comédia. Inferno. Purgatório. Paraíso.** Tradução, comentário e notas de José Pedro Xavier Pinheiro. Rio de Janeiro: Typologia do Instituto Profissional Masculino, 1907.

ZILLER, J.T. **Dante.** IN: ALIGHIERI, D. **Divina Comédia**, com desenhos de Sandro Botticelli. Tradução de João Trentino Ziller, p. 63-67. Ateliê Editorial/Editora da UNICAMP: São Paulo, 2012.

6. ANEXOS

6.1 — Anexo I

Em ordem alfabética, listamos todos os autores, o ano e a categoria em que classificamos as menções ao DVE encontradas, bem como a tipologia textual dos trabalhos em que encontramos essas menções. Fonte: SIDNEI LIMA, 2019.

AUTORES, CATEGORIA E TIPOLOGIA TEXTUAL DOS TRABALHOS QUE MENCIONAM O DVE		
TRABALHO	CATEGORIA	TIPOLOGIA
AGENO, 2003	T2	Tradução
AMOROSO LIMA, 1965	M1	Capítulo de livro
ARARIPE JUNIOR, 1888	Q1	Prefácio
AUBERT, 2012	-	Tradução
BARBÈRA, 1926	T2	Tradução
BASSETO, 2013	Q2	Capítulo de livro
BEC, 1984	C1	Capítulo de livro
BERTALOT, 1917	E	Edição latina
BERTONI, 1921	C1	Capítulo de livro
BIZARRI, 1965	M2	Artigo
BLASUCCI, 1965	T2	Tradução
BORDINI, 2011	C2	Comentário
BOSI, 1977	M3	Capítulo de livro
BOTTERILL, 1996	T2	Tradução
BRITO, 2010	M3	Dissertação
BRITO, 2015	Q2	Tese
BRITO, 2019a	Q1	Introdução
BRITO, 2019b	Q2	Tradução
CAMPOS, 1965	M1	Capítulo de livro
CAMPOS, 1998	M3	Capítulo de livro

CARPEAUX, 1965	M1	Capítulo de livro
CARPEAUX, 1967	Q1	Prefácio
CARPEAUX, 2011	M1	Capítulo de livro
CARPEAUX, 2017	Q1	Prefácio
CASINI, 2012	Q1	Prefácio
CASINI, 2015	Q1	Artigo
COLÉGIO DANTE ALIGHIERI, 1965	C2	Capítulo de livro
CUNHA, 2019	M1	Reportagem
DAROS, 2015	Q2	Tese
DENT & SONS, 1940	E	Edição latina
DISTANTE, 1998	M1	Prefácio
DISTANTE, 2014	M1	Prefácio
DONATO, 1965	M1	Introdução
DONATO, 1979	Q1	Prefácio
DONATO, 1983	Q1	Introdução
DONATO, 1985	M1	Prefácio
FALLANI, 1993	T2	Tradução
FENZI, 2012	T2	Tradução
FRANCO JÚNIOR, 2000	M3	Capítulo de livro
GRANDGENT, 1932	Q1	Introdução
HANSEN, 2012	Q1	Prefácio
HEISE, 2011	M1	Tese
HIGGINS, 1993	Q1	Introdução
INGLESE, 1998	T2	Tradução
INGLESE, 2019	Q1	Apresentação
JUNQUEIRA FILHO, 2016	Q1	Capítulo de livro
LACHAT, 2013	Q1	Dissertação
LEÃO, 1972	Q1	Artigo
LEITE, 2012	C1	Dissertação
LODI, 1965	M2	Capítulo de livro
MACEDO, 2012	Q1	Dissertação
MARAZZINI, 1989a	C2	Capítulo de livro
MARAZZINI, 1989b	C2	Capítulo de livro

MARNOTO, 2001	Q1	Introdução
MARTINS, 1976	Q1	Prefácio
MAURO, 1998	M1	Introdução
MAURO, 2009	M1	Introdução
MENGALDO, 1968	T2	Tradução
MONGELLY & VIEIRA, 2003	Q2	Introdução
MUHANA, 2011	Q1	Tese
NEPOMUCENO, 2005	M3	Artigo
NIGRO, 1989	Q1	Capítulo de livro
PAPINI, 1940	Q1	Biografia
PEDROSO, 1958	T2	Tradução
PEREIRA, 2015	Q1	Inic. Científica
PEREZ, 1942	M1	Prefácio
PICCAROLO, 1937	Q1	Prefácio
PICCAROLO, 1946	C1	Introdução
PINA MARTINS, 1971	Q2	Capítulo de livro
PINA MARTINS, 1972	Q2	Capítulo de livro
PINTO DE CAMPOS, 1886	Q1	Prólogo
POLVARA, 1947	T2	Tradução
RAJNA, 1907	E	Edição latina
REIS, 2008	Q2	Dissertação
RICCI, 1921	C2	Tese
ROBIN, 2010	Q1	Dissertação
SALTARELLI, 2013	Q1	Tese
SANTANA DIAS, 2005	M3	Artigo
SOCIETÀ DANTESCA ITALIANA, 1921	T2	Tradução
STERZI, 2006	Q2	Tese
TAVONI, 2014	T2	Tradução
THE LATIN LIBRARY, 2018	E	Edição latina
TOYNBEE, 1904	T2	Tradução
TRESOLDI, 2011a	C2	Introdução
TRESOLDI, 2011b	T2	Tradução

TRINGALI, 1983	M2	Artigo
TRINGALI, 1984	M3	Artigo
VIVAI, 2005	C2	Artigo
VIVAI, 2006	C2	Artigo
VIVAI, 2008	Q2	Artigo
VIVAI, 2009	T1	Dissertação
XAVIER PINHEIRO, 1888	Q2	Comentário
XAVIER PINHEIRO, 1907	Q2	Comentário
ZILLER, 2012	Q1	Prefácio

6.2 Anexo II — O corpus de recepção do *De Vulgari Eloquentia* na cidade de São Paulo

BASSETTO, 2013, p. 31, 32, 144, 198, 211, 213, 243

“Para Reynoard, as línguas românicas não derivaram diretamente do latim; mas do latim vulgar se derivou uma ‘língua romana’, que ele identifica com o provençal e do qual as outras línguas seriam derivadas. Aliás, já Dante Alighieri, no *De Vulgari Eloquentia*, afirmara que o provençal é a língua-mãe do italiano e do castelhano.”

“O ponto de partida das línguas românicas é a língua falada pelos romanos, não a forma escrita, literária, diferentemente do que pensaram Dante Alighieri e Raymond. Por isso F. Diez é considerado o pai da Filologia Românica.”

“Em face desse norte germanizado, o sul conservou seu caráter mais românico, uma vez que a difusa camada superior dos visigodos já se havia romanizado e a presença dos francos se reduziu a poucos funcionários reais e alguns nobres, tornados grandes proprietários rurais. Assim se explica a existência de línguas românicas diferentes dentro de um mesmo país, línguas que Dante Alighieri identificou através da maneira de dizer ‘sim’, *langue d’oïl* (< *hoc illud*) e *langue d’oc* (< *hoc [est]*, ‘é isso’).

“Dante Alighieri (1265 – 1321) procurou uma forma linguística que reunisse o que de melhor houvesse nas diversas variedades da Itália; essa *koiné* deveria posteriormente ser adotada como língua literária em todas as regiões da Itália, já que nenhuma das variantes correntes lhe parecia dispor das qualidades literárias necessárias, que havia observado no provençal. Descarta, de início, o toscano em particular, segundo declara no Capítulo III do Livro I em *De Vulgari Eloquentia*: ‘*Quod in quolibet idiomate sunt aliqua turpia, sed pro ceteris tuscum est turpissimum*’ (‘Pois em qualquer idioma sempre há algo feio mas, diante dos outros, o toscano é feíssimo’).”

“Não tendo encontrado a *koiné* desejada entre os falares italianos, Dante Alighieri, quando resolveu usar ‘*il volgare*’, lançou mão do florentino, apesar da sua relutância inicial, tanto que poucas são as formas não florentinas na *Commedia* e empregadas por razões estéticas na boca de não-toscanos, embora haja também latinismos e galicismos.”

“O termo ‘*langue d’oc*’ designava inicialmente a região onde se falava essa língua, a Occitânia; tudo indica ter sido Dante Alighieri o primeiro a usar essa

denominação, ‘*lingua d’oco*’ (*De Vulgari Eloquentia*, I cap. VIII e *Vita Nuova*, XXV), opondo-se à língua d’*oil* (fr.) e às do *sì* (it. e cast.) segundo o emprego de cada uma da partícula para indicar afirmação.”

“Desse modo, os trovadores realizaram espontaneamente o ideal de Dante na Itália: estruturar uma língua literária com contribuições de todos os dialetos.”

“Sendo um país pequeno em extensão territorial, com dialetos bastante homogêneos, sobretudo depois da absorção do moçárabe, parece justo supor que, em Portugal, tenha surgido o ‘*volgare illustre*’ imaginado por Dante Alighieri na formação da língua literária, conforme ocorreu com o provençal do século XII.”

BERTONI, 1921, p. 29-31

“Não afirmaremos que, com a sua rica intuição, Dante tivesse entrevisto que, no problema da língua reside toda a arte de um poeta, pois a língua de um artista é, concretamente, o próprio espírito desse artista. Mas que ele tenha sentido, seja embora indistintamente e inconscientemente esta verdade, isto é, que ele tenha tido a impressão de que a linguagem de um poeta não é roupagem, mas corpo de um pensamento, parece-nos que está demonstrado pela firmeza e tenacidade com que estudou e defendeu a língua vulgar, até pesquisá-la com lente de cientista para proclamar consciência a proeminência de frente ao latim. Defendendo o idioma vulgar, a língua na qual os seus fantasmas se vinham hora a hora encarnando, Dante defendia a sua poesia, o seu mundo interior, a sua riqueza mais verdadeira. E, talvez, não apenas da avidez de conhecer e de se informar de quanto maior número de coisas pudesse, mas também de uma razão não menos profunda, da instintiva necessidade de salvaguardar intactas as suas visões poéticas, tal como se vinham formando em seu espírito sem envolvê-las nos solenes drapejamentos do idioma literário latino, nascera nele o propósito do tratado *De vulgari eloquentia*. Com este tratado o Poeta desejára principalmente, segundo pensamos, justificar sua língua, isto é, o seu modo de fantasiar e de pensar. A sua língua era já aquela que na Comedia estava para se impor à Itália; mas ele sentia que ela não repetia nenhuma das variedades e subvariedades dialetais formadas nas duas vertentes dos Apeninos. Daí o procurá-la por toda a parte e não a encontrava em nenhuma cidade ou região. Não a encontrava porque não a procurava em si mesmo, onde realmente estava, mas a imaginava em abstrato. E, assim abstratamente, ela se tornava um ideal inatingível da mente. Mas, efetivamente, esta língua, que ele chamava “ilustre” identificava-se com os seus próprios fantasmas, que nela e por ela se exteriorizavam. E

as disquisições sutis sobre os seus catorze grupos dialetais e sobre a predominância ou menos do bolonhês ou do florentino e sobre a inferioridade de outras maneiras de falar, e as discussões engenhosas sobre a “canção” ou sobre os três estilos (trágico, cômico, elegíaco), e todos os esforços, enfim, do pensamento perdendo-se atrás de abstrações e ficções eram destruídos, como por encanto, no ato do poetar, para sorte da nossa literatura.”

BIZARRI, 1965, p. 1

“Contemporâneo e compatriota dos homens de qualquer época e de qualquer país (‘... eu a quem a pátria é o mundo, como aos peixes o mar’... disse o poeta a seu próprio respeito). Dante permanece e destaca-se na história da civilização como o máximo assertor, em voz de poesia, do universal discurso humano, mestre e padrão da dignidade da inteligência, da humildade da pesquisa, da necessidade de diálogo, da intrínseca eticidade de toda atitude humana: apóstolo do amor à liberdade, ao conhecimento, à justiça. E em qualquer época, quem se alimentar da mensagem da Divina Comédia, poderá dirigir-se ao Poeta, com as mesmas palavras que Dante-personagem, símbolo de cada um de nós, ao findar a viagem, dirige à luz de Beatriz:

‘Tu m’hai di servo tratto / in libertate’”.

BOSI, 1977, p. 131

“Dante, a seu modo, suspeitava dessa riqueza imanente ao poema quando definiu a palavra como ‘signo racional e sensível’, *‘rationale signum et sensuale’*. E explicou: ‘Sensível, enquanto som. Racional enquanto parece significar alguma coisa segundo o arbítrio.’”

BRITO, 2010, p. 20

Recorre ao DVE 2 x 1 para comentar a produtividade do campo de pesquisa que busca traçar paralelos entre a obra de Dante e do filósofo grego Aristóteles, de quem o poeta incorpora o método investigativo de “prolongar até os últimos constituintes do objeto de estudo”, ao DVE 1 vi 1 para comentar o uso da Bíblia como autoridade por Dante. O autor recorre novamente ao DVE (2 v 3) para justificar a escolha que Dante faz de uma narrativa em registro médio para a Divina Comédia e ao DVE 2 v 5-8, para apresentar as razões pelas quais o poeta elege Virgílio como seu grande modelo poético.

BRITO, 2015

Menciona o DVE 63 vezes ao longo do texto de sua tese de doutorado. O DVE é utilizado em seu texto em estreita ligação com o estudo de *O Convívio*, objetivo de Brito nessa tese, como se nota na passagem (2015, p. 45): “Nesse sentido, em estreita relação com o projeto apresentado no *Convívio*, o *De Vulgari Eloquentia* será ‘a maior contribuição no processo de admissão da língua vulgar como um veículo adequado do saber’, onde prevalece ‘o argumento de que essa língua se afirma como um meio possível para a filosofia e a ciência.’ Assim, ‘a língua das pessoas iletradas’ (DVE 1 i 1) passa a ser vista como uma alternativa ao ‘nobre’ latim, que há muito dominava as discussões filosóficas nas escolas tradicionais ligadas, principalmente, aos centros clericais.”

BRITO, 2019a, p. 27, 41, 43 e 99

“Outro dado relevante é o anúncio feito no *Convívio* de uma obra que Dante gostaria de escrever, sobre a Eloquência em vulgar, capaz de justificar a língua *volgare* ilustre da qual ele se utilizava naquele momento. Mas, sendo o *De vulgari eloquentia* também um livro inacabado, como o próprio *Convívio*, obviamente esse anúncio pode apenas constituir uma intenção de escrita, e não uma obra já composta. Além disso, uma vez que seus doze primeiros capítulos do tratado linguístico são anteriores à morte do citado Giovanni I, marquês de Monteferrato (ocorrida em fevereiro de 1305) é razoável determinar que a escrita do *Convívio* tenha se iniciado em 1304 ou pouco antes.”

“Ao se lembrar da errância dos momentos iniciais de seu exílio, Dante relata que esteve em muitas partes do território ‘em que essa língua se estende’. A noção geolinguística da frase pode ser bem compreendida se posta em analogia ao DVE: trata-se da língua do *sì*, da fala itálica, aquela que se manifesta na parte oriental das fronteiras genovesas, delimitando-se, de um lado, pelo promontório da península italiana onde se inicia o mar Adriático, e, de outro, pela Sicília.”

“(...) mesmo que uma idéia moderna de nação italiana ainda não pudesse ser aplicada à conturbada situação geopolítica da península, é possível encontrar na obra de Dante uma clara indicação sobre a unidade dessa região, ainda que apenas linguística. Isso será amplamente desenvolvido em seu tratado latino DVE, no qual o poeta percorre mentalmente as regiões italianas — no papel de um ‘filósofo da linguagem’ — para identificar as características dos falares locais e propor uma língua de corte que reunisse o que cada uma dessas línguas do *sì* tinham de melhor. Nesse sentido, em estreita

ligação com o projeto apresentado no *Convívio*, o DVE será ‘a maior contribuição no processo de admissão da língua vulgar como um veículo adequado do saber’, onde prevalece ‘o argumento de que essa língua se afirma como um meio possível para a filosofia e a ciência.’ Assim, ‘a língua das pessoas iletradas’ passa a ser vista como uma alternativa ao ‘nobre’ latim, que havia muito dominava as discussões filosóficas nas escolas tradicionais ligadas, principalmente, aos centros clericais. E, ainda que algumas considerações do DVE sejam depois reavaliadas através da figura de Adão no Paraíso — afastando-se o poeta da tradição que admitia Babel necessariamente como um castigo —, isso é feito em coerência com os dois aspectos da condição humana: o temporal e o linguístico.”

“Com esse percurso, claramente iniciado no *Convívio*, é que Dante poderia tentar, com o *Convívio* e o DVE, conduzir o indivíduo à felicidade terrena indicando a sabedoria como meio; com a *Monarquia*, alertar a humanidade para a importância do Império na salvação temporal dos homens, pois apenas um único monarca poderia liberá-los na busca pessoal pela própria perfeição; e, com a *Divina Comédia*, reformar a Igreja para que pudesse atuar efetivamente na salvação eterna dos homens, longe da ganância e da corrupção de muitos arcebispos e papas.”

BRITO, 2019b, p. 355-356 (notas 71,72, Conv. 1, v, 7, 8), 361 (nota 143, Conv. 1, xi, 2), 411 (nota 878, Conv. 3, xv, 18), 415 (nota 930, Conv. 4, iii, 6), 421 (nota 1002, Conv. 4, vi, 3), 430 (nota 1131, Conv. 4, xi, 14), 440 (nota 1302, Conv. 4, xx, 7).

“Sobre a relação de nobreza entre o latim e o vulgar, cf. DVE 1, i, 3-4, no qual o vulgar é caracterizado como mais nobre a partir de outra perspectiva, sem que haja contradição entre os tratados.”

“Segundo a terminologia comum à tradição medieval, adotada também por Dante (cf. DVE 2, iv, 5-6, Ep. XIII 28-30), tragédia é a obra que se caracteriza por um tema sério, um estilo superior e uma língua elevada, ao passo que comédia se caracteriza pelo tema popular, pelo estilo inferior e pela língua coloquial. Cf. Rajna, 1921, p. 6-9”

“Para a tradução de *discrezione*, adoto a posição de Mengaldo (cf. trad. DVE 1, i, 1; 1, iii, 1) para o termo lat. *Discretionem*.”

“Pézar (1940, p. 106-11) propõe que, assim como em DVE 2, x, 1, o verbo usado por Dante seja *inniano* (“contemplam”), corrompido a partir da lição atestada pelos códices *iniziano* (“iniciam”).”

“Frederico II (1194-1250), rei da Sicília, coroado imperador do Sacro Império Romano em 1220. Cf. DVE 1, xii, 4; Inf. X 118, XIII 75; Par. III 120.”

“Segundo Mengaldo (1970, *avieo* in ED), o verbo tem o significado de “poetar”, mais provavelmente de “ligar palavras”, como o próprio Dante indica, Cf. Ugucione de Pisa, *Derivationes* [s. *augeo*] (Vasoli). Cf. também DVE 2, i, 1, cujo único uso do verbo (*ab avientibus*) é uma provável correção de *ab vientibus* do códice de Berlim (Staatsbibliothek, lat. folio 437) e *ab inventibus* dos códices de Grenoble (Bibliothèque Civique 580) e de Milão (Biblioteca dell’Archivio Storico Civico Trivulziano 1088); tal lição é corrigida por Pio Rajna (DVE, 1921) em *ab inventoribus* (“[recebem] dos autores”).”

“Poeta trovador provençal (séc. XII), que, além do bom exemplo de generosidade, é ainda lembrado como ilustre poeta das armas (DVE 2, ii, 8) e semeador de discórdias (Inf. XXVIII 118 ss.).”

“Poeta bolonhês (1230-40[?] – 1276), entre os mais incisivos da poesia do séc. XIII, indicado por Dante como o precursor do *dolce stil novo* com a canção doutrinária *Al cor gentil rempaira sempre amoré*. Cf. VN xx, 3, v. 2; DVE 1, ix, 3; xv, 6; 2, v, 4; Purg. XXVI 73 ss.”

CASINI, 2015, p. 50

“Pois Dante, no *De Vulgari Eloquentia*, tratando da questão de uma língua italiana unitária, tinha realizado uma classificação dos vários vulgares da Itália, com o intuito de verificar qual deles oferecia as melhores condições para se candidatar a ‘vulgar ilustre’ italiano: uma língua vulgar de valor unitário para toda a Itália, desenvolvida naturalmente pelo povo como instrumento de comunicação, mas refinada pelo uso literário. Nessa análise, criticara o florentino, chamando-o de ‘turpilóquio’ pelo seu pouco refinamento, descartando-o da disputa e preterindo-lhe outros vulgares. Graças a essa obra, os adversários de Florença podiam afirmar que o próprio Dante, florentino, tinha sido contrário à tese de superioridade de sua própria língua, afirmando a necessidade de ser a língua comum italiana ‘curial’, ou seja, ligada a uma corte linguisticamente representativa de toda a Itália.”

A defesa da língua: “De vulgari eloquentia” “Trata-se da obra intitulada ‘De vulgari eloquentia’, que o poeta escreveu em latim, seja para melhor convencer os que se opunham à nova língua, seja porque, enfrentando um assunto que ainda ninguém tratara e um problema não só dos italianos, tencionava dirigir-se aos sábios de todos os países. A obra devia compreender quatro livros e um tratado completo, não só da língua italiana, mas também do estilo e da métrica do novo idioma. Todavia, a obra foi interrompida no 14º capítulo do segundo livro, quando se iniciava o estudo da construção métrica da canção. No primeiro livro, examinada a origem dos vernáculos — que ele considera autônomos e anteriores ao próprio latim, mais exatamente ao latim erudito que se transformara em língua convencional — defendida a supremacia do vulgar itálico em relação ao provençal e ao francês, por se achar mais próximo do latim, Dante enfrenta, pela primeira vez, um problema dos mais debatidos em literatura italiana: qual deve ser a língua usada pelos escritores. Esta não pode ser constituída, segundo Dante, por nenhum dos dialetos (ele enumera 14 e os atribui de acordo com as regiões), mas deve ser uma língua que, assumindo o caráter de italianidade, comum a todas as demais línguas faladas na Península, não sofra peculiaridades dialetais de nenhuma espécie.

O segundo livro é dedicado ao exame de vários gêneros da poesia e dos respectivos temas (armas, amor e retidão) dos estilos e das métricas. Dante distingue três estilos: o trágico, para temas nobres e elevados; o cômico, menos refinado e aristocrático, para os temas não sublimes; e o elegíaco, para assuntos amorosos. Notemos que, nessa distinção, Dante prescinde do gênero dramático, relativo somente à natureza do assunto e, por consequência, à qualidade da expressão poética.

O ‘De vulgari eloquentia’ é o primeiro estudo de âmbito científico de uma língua moderna. Com ele, Dante aparece como precursor, com antecedência de séculos, do que chamamos hoje ciência linguística. Entre os erros inevitáveis, condicionados pelos escassos e fragmentários conhecimentos da época, nessa complexa matéria, Dante vê claramente a estreita correlação que existe entre as línguas do *sì*, do *oc*, do *oïl* e tenta fazer, pela primeira vez, um exame comparado das línguas e dos dialetos e uma classificação da comunidade linguística. Mérito particular de Dante é haver entrevisto, além da imobilidade histórica que caracteriza o pensamento medieval, a força da evolução natural da linguagem e ter sentido e realizado na unidade da língua, acima das

divisões políticas, a superior unidade espiritual da Itália.

É difícil imaginar as dificuldades e os obstáculos através dos quais, em peregrinações de exilado, vieram a nascer o ‘Convívio’ e o ‘De vulgari eloquentia’. Não podemos, porém, atribuir a circunstâncias externas o fato de que estas obras tenham ficado inacabadas. Realmente, os motivos reais e práticos que precederam sua composição são totalmente absorvidos e recebem sua plena e universal realização, na obra máxima, na qual o pesquisador entusiasta, o divulgador apaixonado, o pregoeiro convicto e o Poeta sem adjetivos se fundem numa única figura e numa única voz: a ‘Commedia’”

DONATO, 1979, p. ix, xiii

“*De Vulgari Eloquentia*, escrito em latim é, contudo, a defesa da linguagem popular – digamos que de uma língua popular comum à Península Itálica. Planejada para quatro volumes, ficou no décimo quarto capítulo do segundo deles. Constitui o primeiro estudo, com pretensão científica, de uma língua moderna.”

“Quanto à palavra Comédia, atendia ela à classificação que, ao mesmo tempo, era aplicada às distinções de tema e de tratamento. O mesmo Dante cuida do assunto no *De Vulgari Eloquentia*: ‘cômico’ designava o assunto preferentemente adotado para tratar assuntos em que ao sublime se combinasse o trivial; o religioso ao profano; o alento ao desalento, enfim a contradição que é o homem governado por sentimentos e paixões.”

DONATO, 1983, p. 9, 22

O *De vulgari eloquentia* “revela o entusiasta da causa do povo, insistindo em falar nacional antecipado pela língua e a cultura a unificação da península”.

Dante, pouco antes de escrever a Divina Comédia, havia escrito o DVE, “trabalho tido como o primeiro tratado de língua italiana, defensor do vulgar, do falar vivo do povo.

FRANCO JUNIOR, 2000, p. 37, 48, 51-52, 53, 59-60

“Recusando a anistia condicional que lhe foi oferecida em 1315, Dante mais do que nunca se tornou uma pessoa ‘para quem a pátria é o mundo, como é a água para os peixes’ (VE I, VI, 3)”.

“Dante refugiou-se no estudo e na meditação. Apesar das dificuldades materiais, ‘apesar de amar tanto Florença que por este amor sofremos injustamente o desterro,

obedecemos em nossos juízos mais à razão que ao sentimento' (VE I VI 3)".

"Talvez tenha sido com ele [Brunetto Latini] que Dante começou a apreciar a poesia provençal que tanto o influenciaria: no *De vulgari eloquentia* ele faz referência à obra de oito trovadores (...)"

"Que Dante, aliás, dominava com facilidade o latim, fica claro através da obra em que ele exatamente fazia o elogio da língua vulgar, do vernáculo, a *De vulgari eloquentia*. Nesta, ele começa historiando os idiomas, desde a unidade da época de Adão até a diversidade posterior à Torre de Babel. Na sua própria época, afirma Dante, existem na Europa Ocidental três línguas vulgares, isto é, idiomas comumente falados pelo povo, idiomas que as crianças aprendem sem necessidade de regras, ao contrário do latim, usado pelos doutos. E é a estes exatamente que ele se dirige, procurando mostrar o valor dos falares comuns. Desses três vulgares, a língua de *oïl*, de *oc* e de *sì* (assim chamados conforme a maneira de dizer 'sim') Dante passa a analisar o último deles, falado na Itália. Em parte como resultado de suas andanças de exilado, ele pôde caracterizar os vários dialetos italianos, classificando-os, estudando as várias formas de métrica, de versificação, como um precursor da filologia. Mas, sobretudo, ele fez o elogio do que chama de 'vulgar ilustre', ou seja, do idioma que acima dos dialetos é falado em todo o país. Dante tinha consciência da unidade linguística da Itália, vendo-a como uma preparação para a própria unidade política que ele defendia, já que 'a nós italianos nos falta uma corte' (VE I, XVIII, 3)."

HANSEN, 2012, p. 12

"Como se lê no tratado 'Sobre a língua vulgar', em que se refere às formas poéticas inventadas pelo trovador Arnaut Daniel, o *miglior fabbro* que fala no final do Canto XXVI do '*Purgatório*', Dante domina excelentemente a poesia do *troubar ric* e do *troubar clou* dos trovadores da Provença, caracterizada pelo extremo refinamento técnico da figuração agudíssima de tópicos do amor cortês. No tratado, demonstra conhecer as *artes poetriae* e *artes dictaminis* de autores como Geoffroy de Vinsauf, Guido Fava, John de Garlande, Mathieu de Vendôme e os *Livres dou Tresor* escritos em francês por seu mestre florentino, Brunetto Latini."

"Domina, principalmente, o chamado *dolce stil nuovo*, o doce estilo novo, que em seu tempo ele mesmo inventava emulando os poetas Guido Guinizelli e Guido Cavalcanti. No Canto XXIV do '*Purgatório*' define-se como secretário do Amor e fixa

o núcleo da poética do estilo novo ao declarar:

*i' mi son un que, quando
Amor mi spira, noto,
e a quel modo
ch'e'ditta dentro vo significando*

(tal eu sou: quando
Amor me inspira, noto, e a sensação
íntima vou nas rimas explanando) (Purgatório XXIV 52-54)”

INGLESE, 2019, p. 8

“Naquele momento, portanto, permanecia imerso na obscuridade o inteiro e evidente conjunto dos tratados em que Dante havia trabalhado entre o verão de 1304 e o inverno de 1308-9: *De vulgari eloquentia* e *Convívio*. Os dois livros jaziam em lugar desconhecido, deixados incompletos e incorretos, em escritas de difícil leitura a partir das quais começaram a circular lentamente em trechos e cópias. É isso que comprova a tradição manuscrita: exígua a do pequeno tratado latino, com apenas um manuscrito do século xiv e dois do início do século xv [...]”.

JUNQUEIRA FILHO, 2016, p. 103

“O Dante histórico, no entanto, pautou-se mais pelos excessos, quando se recusou a voltar para Florença (...) e mesmo quando esgrimiou a sua genialidade para promover o vigor da linguagem popular no *De Vulgari Eloquentia*”.

LACHAT, 2013, p. 148

Cita a professora Adma Muhana (2011, p. 198, 201), que comenta que Dante em seu DVE “define poesia como *fictio rhetorica musicaque posita*: ficção retórica composta com música. Se pelo pensamento, *dianoia*, poesia e retórica se equivalem, como diz a poética aristotélica, pelo metro e pelo ritmo, isso é, pela música, é irredutível a poesia à retórica”.

LEITE, 2012, p. 25

“Este estudo portanto investiga uma poética italiana e inglesa dos séculos XV e XVI, particularmente em suas correlações com três partes que, combinadas, foram consideradas as fundamentais para este objetivo: a) como a suavidade e, por implicação, a elegância na composição poética em vulgar, que desde o *De Vulgari Eloquentia* (Da Eloquência Vulgar, ou Vernacular, 1302-5) de Dante Alighieri e seus exemplos colhidos na poesia trovadoresca ocitânica e na do *Duecento* italiano, se tornaram

parâmetros para a escrita e a avaliação do verso, sobretudo através do modo como a ele se seguiram Petrarca, Boccaccio e, no século XVI, Pietro Bembo; b) como a linguagem elaboradíssima, baseada naquela distinção carregada de dignidade da poesia amorosa e em seus usos filosóficos e ornatos retóricos, se desenvolveu para se tornar a prática da poesia cortês italiana, imitada e emulada na Europa já a partir do fim do século XV, neste específico, na Inglaterra; c) ligada a esses dois usos, como a linguagem cifrada dos mistérios antigos, recodificados numa filosofia de referência sobretudo platônica, encontrou o veículo de uma poesia muitas vezes voluntariamente obscura, mágica, moral.”

LODI, 1965, p. 26, 39-41

“Dante può parlare anche in nome di tutti gli uomini, travalicando i limiti della pátria, perché il suo pensiero ha considerato tutta la vita umana, in tutti i tempi, in tutte le forme, e tutti gli uomini abbraccia la sua poesia, il destino di tutto il mondo. Lo può, lui che dice di sè: ‘io, che ho il mondo per patria’.

Trata de temas que são caros a Dante, como a *canzone*, mencionando como fonte apenas *“suo trattato sulla dottrina dell’eloquenza volgare”*, ao qual faz uma nova citação velada: *“più volte ho chiamato poeti i rimatori volgari; e questo senza dubbio ho osato a ragion veduta emettere, poiché poeti sono senz’altro, se consideriamo nel suo vero significato poesia: la quale null’altro è se non invenzione espressa secondo arte retorica e musicale”*.

MACEDO, 2012, p. 41

“A lírica amorosa francesa torna-se, ao longo do tempo, elemento integrante da sociedade italiana, sendo que, certamente, Dante tenha conhecido alguns textos provençais que chegaram até a Itália da sua época, como bem afirma Santangelo (1921, p. 5). Tal informação pode também ser confirmada por Dante no *De Vulgari Eloquentia*. De fato, chegara até o poeta a biografia de Pietro d’Alvernia, um dos mais antigos trovadores da Provença, no entanto outros poetas líricos e textos importantes, que conhecemos hoje, não chegaram ao poeta da *Commedia*.

MARAZZINI, 1989a; 1989b, p. 25-33

Em seu capítulo intitulado “Aspectos e períodos da história linguística italiana”, reserva dois subtópicos para a discussão do *De Vulgari Eloquentia* e das teorias linguísticas contemporâneas ao tratado, sendo o primeiro intitulado “Dante, teórico do

‘vulgar ilustre’” e “Multilinguismo dantesco e monolinguismo petrarqueano”, voltando a mencionar o tratado uma vez no subtópico “Latim e vulgar no século XV” ao comentar “Já se discutira nos tratados de Dante, *Convivio* e *De Vulgari Eloquentia*, qual das duas línguas seria a mais nobre.”

MARTINS, 1976, p. 59

Segundo Martins, em sua análise do DVE 1 xvi 5, Dante Alighieri “em sua obra *De Vulgari Eloquentia*, espécie de tratado sobre a linguagem, a estilística e a técnica do verso, promoveu, em termos lapidares, verdadeira exaltação dos valores e virtudes da língua geral do povo, que, já então, no seu uso literário, se estruturava harmoniosamente sobre a diversidade dos dialetos peninsulares de cada um recolhendo o que de melhor havia neles, e de todos se diferenciando pela sua generalidade e seu caráter ilustre, cortês, nobre e prático, adequado às construções singelas e claras e capaz de exprimir a mais profunda doçura, a mais extrema beleza.”

MUHANA, 2011, p. 198, 201

Dante, no *De vulgari eloquentia*, “define poesia como *fictio rhetorica musicaque posita*: ficção retórica composta com música. Se pelo pensamento, *dianoia*, poesia e retórica se equivalem, como diz a poética aristotélica, pelo metro e pelo ritmo, isso é, pela música, é irredutível a poesia à retórica”.

NEPOMUCENO, 2005, p. 24

“É que a Baixa Idade Média assistiu ao lento declínio do latim como língua literária, e ao surgimento das línguas vulgares (neolatinas) como possibilidade de novas expressões artísticas. Dante, por exemplo, defendera o volgare em seu famoso tratado *De vulgari eloquentia* e exercitara o italiano em sua obra máxima, a *Comédia*. Petrarca, ao contrário, julgou que o exercício das línguas neolatinas era tarefa menor (...).”

NIGRO, 1989, p. 152

“*De vulgari eloquentia*, tratado sobre o uso do vulgar, escrito entre 1304 e 1306 — no mesmo período do *Convívio* — apesar de estar em latim, não é uma obra divulgativa, expressamente dedicada aos doutos. Faz sentido, dentro das intenções de Dante, a contemporaneidade das duas obras: pretende ilustrar, em bases teóricas seguras, as características e a dignidade do vulgar amplamente utilizado numa obra de grande fôlego como *O Convívio*.”

PICCAROLO, 1937, p. 8

“Em latim, Dante escreveu um tratado sobre a língua vulgar, como ele chama ao italiano, *De Vulgari Eloquentia*, no qual discorre sobre as línguas neolatinas, especialmente o italiano ou língua do *sì*, para distingui-la da língua d’*oc*, ou língua provençal, e da língua d’*oïl*, ou antigo francês.”

PICCAROLO, 1946, p. xix, xxix e xli

“No *De Vulgari Eloquentia*, por exemplo, mostra Dante conhecer não somente a linguagem que se falava em Bolonha, mas a diferença que corria entre um e outro arrabalde da cidade, entre ‘*Bononienses Burgi Santi Felicis et Bononienses Stratae Maioris*’.”

“Outra obra incompleta de Dante Alighieri, esta em latim, é a que tem por título *De Vulgari Eloquentia*, já anunciada no começo do *Convívio*, onde diz que nessa obra teria mostrado como as línguas se transformam com e pelo uso e com o correr dos tempos. Posterior, portanto, ao *Convívio*, mas não de muito. Parece, antes, que enquanto escrevia este, já tivesse começado, ou pelo menos, planejado a outra obra.

De Vulgari Eloquentia é o primeiro livro que trata da ciência da linguagem de forma metódica depois das trevas da Idade Média, o progenitor da moderna glotologia. Pouco importa se a doutrina exposta pelo autor é, às vezes, errada, devido aos defeitos próprios da época em que veio à luz. Não seria possível que assim não fosse. Dante, já o sabemos, é a síntese da Idade Média, dominada pela escolástica e pelo dogma; ele, portanto, vê a língua através da escolástica e do dogma.

Estabelecida a diferença entre língua vulgar e gramática, entendendo por gramática a língua dos escritores, língua convencional, imutável. Dante segue a tradição bíblica até a confusão babélica, dedicando ao assunto os primeiros oito capítulos do livro primeiro. Com o capítulo nono é que começa a parte verdadeiramente interessante, tratando das três línguas predominantes naquela época: provençal, francês e italiano, língua d’*oc*, língua d’*oïl* e língua do *sì*, distinção baseada nos diferentes advérbios afirmativos de que se serviam os povos que falavam essas línguas. Estas, por sua vez, subdividiam-se em numerosos dialetos, sendo que, não somente cada região, cada província, mas cada cidade e até cada arrabalde da mesma cidade fala um dialeto próprio: *nam aliter Paduani et aliter Pisani loquuntur... et quod mirabilius est, sub eadem civitate morantes, ut Bononienses burgi Santi Felicis et Bononienses Stratae Maioris...* Todas essas alterações dependem, segundo Dante, de uma causa única e

idêntica; isto é, do fato que, sendo o homem animal sumamente instável e variável (*instabilissimus et variabilissimus animal*), a sua linguagem não pode ser *nec durabilis nec continua*, como, aliás, não são os seus hábitos e os seus costumes, modificando-se com a distância de tempo e de lugar — intuição estupeciente, que por si só bastaria para revelar o gênio, e que contém os germes da moderna doutrina da evolução, e, portanto, da vida da linguagem.

Não somente para o grupo linguístico que chamamos de latino ou neolatino, Dante enxerga esta evolução ou afinidade originária, mas também para outros grupos europeus derivados da confusão devida ao crime de Sennaar, que seriam três, a saber: o grego, que além da Grécia propriamente dita, estende-se sobre uma parte da Ásia; o que, segundo a praxe por ele adotada de designar as línguas pelo advérbio afirmativo chamaria de *io*, abrange as línguas germânicas, incluindo nele também as línguas eslavas, naquele tempo quase desconhecidas; e o grupo de que já falamos, o grupo novolatino [...] Fazendo uma comparação, não é possível negar ao autor do *De Vulgari Eloquentia* o título de primeiro autor da ciência da linguagem. E se algo há a lastimar, é que o autor não tenha acabado a obra, segundo o plano preestabelecido, tendo chegado somente ao segundo livro; e que os glotólogos modernos não liguem a esse livro, mesmo na sua forma incompleta, a merecida importância”.

Ele aponta ainda em seu estudo que a *Divina Comédia*, “a respeito da língua, confirma a opinião que já vimos no *De Vulgari Eloquentia*, isto é, da sua evolução exclusivamente humana”.

REIS, 2008, p. 94-95

Comentando a questão da língua, Reis esclarece que esta “remonta à Itália do séc. XIV [*sic*], com a divulgação do *De Vulgari Eloquentia* de Dante Alighieri, curiosamente publicado em latim, e desde o início suscitando muitas discussões em torno da língua mais adequada para a composição de obras com matérias graves. No início do séc. XVI, o texto de Dante esteve no centro de um amplo debate, angariando defensores como Maquiavel [*sic*], Castelvetro e Varchi, que o concebiam como modelo para a língua vulgar toscana; e opositores como Castiglione, Calmeta e Trissino [*sic*] que preconizavam a necessidade de estabelecer um modo de composição em língua vernácula. Estando de acordo com estes últimos, Pietro Bembo compõe as suas *Prose della lingua vulgare*, publicadas em 1535, mas lidas desde 1502 em manuscritos.” O autor cita também, como epígrafe de seu trabalho, o prólogo do DVE em latim e a sua

tradução, esta sendo a do Pe. Vicente Pedroso, de 1958.

ROBIN, 2010, p. 25

“(…) durante o exílio [Dante] escreveu obras importantes em latim, incompletas, como o *De Vulgari Eloquentia* onde a intenção de Dante é ensinar a teoria da eloquência vulgar, ou seja, da arte de se expressar em língua vulgar italiana. Na obra, dirige-se aos eruditos e letrados de seu tempo e escreve em língua usual da época, ou seja, o latim.”

SANTANA DIAS, 2005, p. 13, 16

“Dante já havia comentado essa passagem bíblica [Gênesis cap. 11] no tratado *De vulgari eloquentia* 1, vii, quando discorre acerca da confusão primordial das línguas na Mesopotâmia, supostamente imputada a Nemrod — a quem alguns intérpretes associam o grande herói épico sumério, Gilgamesh. Nesse trecho do tratado, anterior à redação da *Commedia*, Dante parece concordar inteiramente com os intérpretes do Antigo Testamento, atribuindo a Nemrod a ação transgressora implícita na Torre de Babel, ação esta castigada por Deus numa espécie de ‘segunda queda’”.

“Noutras palavras, a língua adâmica e primeva já havia sido apagada (*‘spenta’*) antes que Nemrod e sua gente tivessem tentado construir a torre, o que contradiz de modo frontal o mito bíblico expresso no capítulo 11 do Gênesis. A esse propósito, leia-se o comentário de Giuseppe Vandelli incluído na edição da Società Dantesca Italiana: *‘Dante aveva scritto nel De vulgari eloquentia, I, VI, “Che la lingua di Adamo fu parlata da tutti i suoi posterì sino alla confusione babélica, e dagli Ebrei anche dopo; qui esprime una opinione un po’ diversa”*. A ‘opinião’ não é ‘um pouco diversa’, como se pode constatar, mas radicalmente diferente.”

VIVAI, 2005, p. 1 – 2

“Considerado obra menor, pouco difundido, utilizado por séculos (devido à grande autoridade do poeta) mais como fonte de polêmica na ‘questão da língua’ do que como objeto de pesquisa científica, o tratado foi reavaliado no seu valor e nas suas reais características, relativamente a uma exata compreensão e apreciação das doutrinas de Dante, a partir dos últimos decênios do século XIX. Além da sua importância para colher no seu conjunto a personalidade artística do poeta, à obra é conferida uma particular relevância pelos modernos historiadores da linguística: relatamos alguns dos muitos pareceres, que por si mesmos justificam não só a simples leitura, como também

estudos aprofundados. O DVE seria, de acordo com Tagliavini 1963:35, a primeira obra, no Ocidente, que pode ser considerada, com todo direito, a precursora da linguística moderna: particularmente importante de um ponto de vista geral, porque apresenta pela primeira vez o conceito do desenvolvimento histórico da língua. A novidade introduzida por Dante, segundo Nardi 1990:190, consiste no fato de que o conceito do variar das línguas não é mais um conceito abstrato, como nos tratados escolásticos, mas torna-se concreto, sólido, histórico.”

“Dante foi o primeiro a oferecer um quadro linguístico suficientemente completo e preciso de uma vasta região geográfica da Itália do seu tempo: a descrição que ele faz é um elemento novo, a sua é a primeira classificação dos dialetos italianos, de acordo com D’Ovidio, 1876: 67 e Schiaffini, 1959: 121 (...) É o primeiro, com método comparativo, a explicar com particularidades a origem comum das línguas neolatinas por ele desconhecidas: na opinião de Francesco D’Ovidio, seria um dos precursores da moderna glotologia e da moderna filologia românica.”

VIVAI, 2006, p. 37

“Um dos aspectos salientes na escrita de Dante é o costume de comentar e refletir criticamente sobre os conteúdos da própria atividade de escritor e de poeta, e deixar indicações precisas a respeito do desenvolvimento do seu projeto artístico: por isso revestem-se de particular interesse os estudos sobre as razões e as origens dos títulos das obras e as questões que envolvem as diferentes interpretações e o uso dos termos no âmbito do texto. São conhecidas as considerações e investigações dos críticos sobre o termo *Vita Nova* dado pelo próprio poeta como rubrica no primeiro capítulo, ou o famoso *incipit* da epístola com a qual ele apresenta e explica a Cangrande della Scala o significado de *Commedia* (Epístola XIII, 10): quanto ao *Convívio*, em I, 1 o próprio Dante encarrega-se de especificar e justificar amplamente o uso da palavra. De qualquer forma, a tradução em português desses títulos, bem como da restante produção dantesca latina ou vulgar, não apresenta particular dificuldade, não havendo risco de falsear o tema ou o sentido original.

Constitui uma exceção digna de nota o título *De vulgari eloquentia*, primeiro por estar em latim e carecer de uma referência explícita feita pelo próprio Dante; depois, e sobretudo, porque, para se chegar a um entendimento correto das questões doutrinárias e teóricas por ele sugeridas, é preciso interpretar adequadamente a correspondência entre os significados das palavras que o compõem e sua coerência com o pensamento do autor

e o sentido da obra. Quanto ao título em si, acompanhando a tendência praticamente unânime das edições estrangeiras, não vemos necessidade em alterar a sua forma original latina: são as palavras que compõem o sintagma e que encontramos no decorrer da leitura que serão objeto de nossa análise e de nosso estudo, de modo a terem a significação mais apropriada dentro do contexto da *doctrina* dantesca.”

VIVAI, 2008, p. 61, 62

“Mas é às obras do próprio Dante que temos de recorrer para verificar a nossa hipótese: começamos então já fornecendo a nossa opinião sobre a pergunta inicial. Mesmo que o fenômeno estivesse presente na fala dos seus concidadões, o aristocrático e refinado poeta teria procurado falar elegantemente, controlar ao máximo sua pronúncia, evitando um costume que soasse como popular e plebeu. Coisa essa que não deveria ser fácil, pois ele deixa bem claro qual era a língua que ele usava: ‘(...) chamamos de língua vulgar aquela a que as crianças habituam-se por obra dos que lhes estão em volta desde que começam a articular as palavras; ou, como pode-se dizer mais brevemente, definimos língua vulgar aquela que aprendemos imitando sem regra alguma a ama. (...) ... ela é natural para nós, enquanto a outra (o latim) tem essencialmente uma origem artificial’.

É improvável que a ama da família Alighieri não viesse das camadas populares e dessas não carregasse consigo as características, também na maneira de falar.

Quanto à aspiração, reparamos que Dante em nenhuma obra sua, e em particular no *De vulgari eloquentia*, que trata especificamente de aspectos linguísticos, faz qualquer alusão ao fenômeno. Na procura da língua mais decorosa da Itália, da língua ilustre, passa pelo crivo as quatorze principais variedades de vulgares da península e rejeita todas elas. Seus critérios são frequentemente mais estéticos e pessoais do que objetivos e funcionais: a língua que ele tem em mente é exatamente sua língua natal, o florentino, mas depurado de todos os aspectos municipais, populares e triviais, uma língua digna da alta poesia. Por isso ele critica violentamente tudo o que diverge desse seu ideal, e é duríssimo inclusive com os vulgares toscanos e com o florentino em particular.

‘E porque os Toscanos estão exaltados mais que os outros nessa embriaguez, me parece justo e útil esvaziar um a um os vulgares municipais toscanos de sua arrogância. (...) Mas apesar de quase todos os Toscanos estarem abobalhados naquele seu turpilóquio...’

É claro que Dante refere-se especialmente à língua escrita, mas os exemplos que ele traz para ilustrar sua teoria, para falar daquelas gentes que ‘*turpiter barbarizant*’ ou ‘*loquantur obscene*’ são frequentemente extraídos das falas e dos versos populares. O poeta mostra-se particularmente sensível e atento a fenômenos que extrapolam a simples linguagem escrita, como quando sutilmente releva as diferenças de linguagem na mesma cidade de Bolonha entre os habitantes dos bairros de Borgo San Felice e aqueles de Strada Maggiore, ou quando critica a fala mole e quase feminina de alguns habitantes da Romanha ‘*propter vocabulorum et prolationis mollitem*’, ou seja, por causa não somente do vocabulário, mas também da pronúncia. A menção a um fenômeno fonético é ainda mais clara quando, logo depois de falar dos toscanos, Dante critica o efeito desagradável do excesso de sibilantes na boca dos lígures: ‘Se alguém pensa que não seja válido para os Genoveses aquilo que falamos a respeito dos Toscanos, tenha em mente só isso, que se por uma amnésia os Genoveses perdessem a letra z, ou se tornariam completamente mudos, ou deveriam inventar uma nova língua.’

É de se supor, portanto, que Dante não teria deixado passar a oportunidade de colocar em evidência uma desagradável característica linguística dos habitantes de sua terra.

Florença tinha-se revelado ingrata, mas ele a amava a ponto de padecer injustamente o exílio, e precisamente porque a amava podia criticar objetivamente sua língua: ele esperava poder voltar um dia, não pelo perdão político, mas pelo reconhecimento de seus méritos, como poeta maior do novo vulgar, por ele enobrecido de tal maneira que se tornaria a língua de toda a Itália.

VIVAI, 2009, p. 3

“Idealizado e composto nos primeiros anos do exílio, escrito em latim, o *De Vulgari Eloquentia* é concebido por Dante como um tratado de retórica e poética que fixe as normas para o uso da língua vulgar, consagrando dessa forma sua legitimidade e o seu valor como instrumento de expressão literária; nascido da necessidade de uma redefinição e uma reavaliação do próprio papel e significado de intelectual na cultura italiana e européia, representa uma teorização retórico-literária baseada na sua própria experiência poética. A obra trata da origem da linguagem, da diferenciação dos vários idiomas consequente à confusão bíblica de Babel até a análise das línguas européias e dos vários dialetos italianos; uma vez identificada uma linguagem que atenda às exigências de uma língua literária verdadeiramente italiana, que supere os restritos

limites municipais e regionais, isto é, um vulgar ‘ilustre, cardinal, áulico e curial’, Dante pretende estabelecer as regras dos gêneros e dos estilos com as quais esse vulgar possa ser explicitado, partindo da expressão mais alta, a canção: esse vasto projeto, porém, é interrompido repentinamente no décimo quarto capítulo do segundo livro. A leitura desse pequeno tratado torna possível, por um lado, uma melhor compreensão de muitos aspectos da personalidade e da obra dantesca, por outro, nos revela um precioso e original documento, extremamente interessante e importante para a história da linguística românica e em particular da língua italiana.”

ZILLER, 2012, p. 67

“DeVE, livro incompleto, como o *Cancioneiro*, mas que foi o primeiro tratado importante da formação, evolução e transformação das línguas, conquistou para Dante o título de Verdadeiro Cientista em matéria de glotologia.”

6.3 Anexo III. Recepção do *De Vulgari Eloquentia* – os textos publicados fora de São Paulo

AGENO, 2003

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

ARARIPE JUNIOR, 1888, p. xxx (grifo do autor)

“O tradutor brasileiro não escapou a igual tortura. Não obstante, a língua portuguesa, pela flexibilidade de sua syntaxe aproximando-se mais do que a franceza da italiana, proporcionou-lhe meios mais seguros de reproduzir aquella linguagem *áulica e cardinalesca* tomada a todos os patois da Itália, de que fala Labitte.”

BARBÈRA, 1926

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

BEC, 1984, p. 57

Comenta resumidamente o DVE.

BERTALOT, 1917

Comparando os textos dos códices de Corbinelli e o Trivulziano com o Berlinense, que o autor descobriu, estabelece o texto latino do DVE.

BLASUCCI, 1965

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

BORDINI, 2011, p. xi – xviii

Faz o comentário da tradução de Tiago Tresoldi (2011b)

BOTTERILL, 1996

Tradução para o inglês do DVE com estudo introdutório do autor.

CAMPOS, 1998, p.171

Cita o DVE para mostrar como Dante justifica que uma poesia elevada como o “*dolce stil nuovo*” não é acessível a homens de “*basso cuore*” (coração vil).

CARPEAUX, 1967, p. xiii.

“Obra de justificação também é *De Vulgari Eloquentia*, isto é, ‘Sobre a língua do povo’; nesse tratado pretende Dante explicar por que, ao escrever sua obra máxima, tinha desprezado a língua latina, então considerada a única capaz de exprimir sentimentos e pensamentos elevados, e por que tinha preferido escrever na língua do povo, em italiano. Redigiu o *De Vulgari Eloquentia* paradoxalmente, em latim, para que os eruditos o ouvissem e lhe compreendessem os motivos.”

CARPEAUX, 2017, p. 8

Contém, como prefácio, o mesmo texto de *Lendo e relendo Dante* da edição listada acima.

CASINI, 2012, p. 165-166

“Pois Dante, no *De Vulgari Eloquentia*, tratando da questão de uma língua italiana unitária, tinha realizado uma classificação dos vários vulgares da Itália, com o intuito de verificar qual deles oferecia as melhores condições para se candidatar a ‘vulgar ilustre’ italiano: uma língua vulgar de valor unitário para toda a Itália, desenvolvida naturalmente pelo povo como instrumento de comunicação, mas refinada pelo uso literário. Nessa análise, criticara o florentino, chamando-o de ‘turpilóquio’ pelo seu pouco refinamento, descartando-o da disputa e preterindo-lhe outros vulgares. Graças a essa obra, os adversários de Florença podiam afirmar que o próprio Dante, florentino, tinha sido contrário à tese de superioridade de sua própria língua, afirmando a necessidade de ser a língua comum italiana ‘curial’, ou seja, ligada a uma corte linguisticamente representativa de toda a Itália.”

DAROS, 2015

Daros (2015) elege como epígrafe de sua tese de doutorado o trecho do DVE que fala sobre a natureza da palavra como signo racional e sensível (DVE 1 iii 2, 3).

DENT & SONS, 1940

Edição das obras latinas de Dante Alighieri, incluindo, além do DVE, *De Monarchia*, *Questio de Aqua et Terra*, *Eclogae* e *Epistolae*.

FALLANI, 1993

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

FENZI, 2012

Tradução italiana do DVE comentada pelo autor.

GRANDGENT, 1932

“[...] Neither had he carried to completion a great Latin treatise on versification, De Vulgari Eloquentia, or On Vernacular Composition, which contains an interesting preliminary discussion of dialects and their possible use in literature [...]”

HIGGINS, 1993, p. 20

“[...] In general, the medieval canons of literary style were conditioned by classical theory, or by what classical literary theory was believed to have been. Three levels of style were postulated in medieval rhetoric tradition: the high (or tragic), the middle (or comic) and the low (or elegiac). In his short poems, or canzoni, Dante aspires to the highest level, the tragic or sublime, in which lofty thought is expressed in suitably elevated style; an ‘aristocratic ideal of language and art’ (C. Grayson) suited to three ‘noblest’ subjects to which poetry can address itself: warfare, love, and virtue (see Dante’s earlier work, De Vulgari Eloquentia) [...] Already by c. 1304 he had formulated a doctrine of imitatio of the classical poets in his De Vulgari Eloquentia: ‘The more closely we copy the great poets, the more correct is the poetry we write.’ [...]”

INGLESE, 1998

Tradução comentada do DVE para o italiano.

LEÃO, 1972

Apresenta em seu artigo um estudo na mesma linha que Bassetto (2013), investigando se Dante poderia com propriedade ser considerado o pai da filologia românica.

MARNOTO, 2001, p. 16 – 21.

“A osmose entre os estímulos de diversa proveniência que circulam no ambiente florentino fica bem patente nas páginas do tratado que consigna a primeira tentativa de sistematização e de historicização, no plano linguístico-literário, da produção italiana em vulgar – o *De Vulgari Eloquentia* de Dante (...). Logo à partida, torna-se sintomático o fato de uma obra de reflexão acerca da literatura vulgar ser escrita em latim. Através de uma estratégia pragmática muito hábil, o autor do *De Vulgari Eloquentia* fazia chegar a sua mensagem a um público douto, mostrando que a apologia e o cultivo da

língua vulgar de forma alguma entravam em confronto com o uso do latim. Se a propensão teórica é uma constante no percurso intelectual dantesco, entre a *Vita Nuova* e a *Commedia*, neste tratado o vate florentino mostra ter perfeita consciência de que a produção poética da segunda metade do séc. XIII contém, no seu seio, os germens de uma renovação de tal maneira profunda que o seu ímpeto transcende os limites geográficos da península itálica.”

“No capítulo 10 do primeiro livro do *De Vulgari Eloquentia*, Dante refere-se às línguas d’oc e d’oïl, para depois advogar a superioridade de uma terceira, o vulgar italiano, que é, por um lado, a língua mais doce e mais profunda e, por outro lado, a que se encontra mais próxima do latim.”

Marnot cita então o DVE 1 x 12 e passa a comentar a importância de vários expoentes mencionados no tratado, como o rei Frederico II, em um comentário mais detalhado sobre a *Scuola Siciliana*, sobre Cino da Pistoia, Giacomo da Lentini, Pier della Vigna, entre outros.

MENGALDO, 1968

Tradução italiana comentada do texto do DVE.

MONGELLY & VIEIRA, 2003, p. 25

“Ao atentar para a poesia, (ou ‘arte literária’, conforme de início apontamos), como combinação de arte ‘visual’ e arte ‘verbal’ e ao aconselhar o artista a, ‘como imitador ensinado, observar o modelo da vida e dos caracteres e daí colher uma linguagem viva’ (...) — esta ‘linguagem viva’ horaciana é uma porta aberta para o *De vulgari eloquentia*, de Dante: ‘(...) dizemos, reduzindo rapidamente tudo à expressão mais simples, que chamamos “linguagem vulgar” àquela que as crianças costumam ouvir dos que as cercam, quando começam a distinguir as primeiras palavras; ou, como se pode dizer de maneira mais breve, consideramos linguagem vulgar aquela que recebemos, sem nenhuma regra, quando começamos a imitar as nossas mães.”

“Pode-se dizer que ambos, Horácio e Dante, têm consciência muito similar — cada um dentro de sua época — da ‘naturalidade’ a que deve conduzir mesmo a mais rígida preceptiva.”

PAPINI, 1940, p. 117, 135, 137

“No livro *De vulgari eloquentia*, se bem que nunca fale no seu nome, todavia continuamente allude a si mesmo, amigo de Cino, e cita começos de poesias suas. Ufana-se de ser um daqueles florentinos que, conhecendo perfeitamente a excellencia

da linguagem popular (italiano), tornaram-na mais doce e subtil, e a elevaram e ennobreceram, dando-lhe os foros de idioma civil e perfeito; e devido à sua familiaridade com êsse idioma alcançaram grande glória.

O bello estylo, que tanta honra lhe faz, colloca-o entre os maiores poetas da humanidade: Homero, Horacio, Ovidio, Lucano e Virgilio (...).”

“A nenhum lugar no mundo amou Dante mais que Florença (...) ‘e não existe na terra um lugar mais ameno que Florença’ (De V. El. I, VI, 3); ‘e é só por que a amou de mais que lhe coube soffrer tão injusto exílio (De V. El. I, VI, 3)”.

“Ademais, os romanos modernos são absolutamente indignos, por seus costumes e linguagem, de seus antepassados: ‘Digamos, pois, que a linguagem torpe dos Romanos é a mais suja de todas as outras linguagens da Itália; e é porisso que não se admira serem elles, pelos seus costumes viciosos, os mais corrompidos de todos’ (De V. El. I, XI, 2)”.

PEREIRA, 2015.

“Mais do que um simples tratado sobre retórica e poética, *De Vulgari Eloquentia* (*‘Da eloquência vulgar’*), redigido por Dante durante seu exílio (1302-1305), oferece observações feitas pelo próprio autor com base em suas leituras e experiências sociolinguísticas e poéticas. Nele, descreve e identifica catorze línguas (tal qual ele as chama) na Península italiana, um multilinguismo que caracteriza ainda a complexa realidade italiana. Dante sistematiza essas línguas, identificando como forte elemento comum entre elas o advérbio afirmativo “*sì*” (“*sic*”, em latim), o que cria a base para uma “nova língua”, a “*lingua del sì*” (“língua do sim”), assim como *oc* e *oil* representam igualmente o advérbio afirmativo na língua occitana e provençal. Assim, o vulgar peninsular (“italiano”) é elevado à altura da língua “*d’oïl*” e da língua “*d’oc*”: a língua dos trovadores, reais precursores da poesia neolatina, e se forma um grupo ternário das línguas românicas que, aos olhos de Dante, pode competir com línguas clássicas, como grego, latim e hebraico.”

PINA MARTINS, 1971, p. 32

Apresenta um sucinto comentário a respeito do DVE.

PINA MARTINS, 1972

Apresenta um resumo do DVE, bem como das demais obras de Dante.

PINTO DE CAMPOS, 1886, p. cxxi (nota 2); p. clxxvi-clxxviii

“ ‘ *“Ipsus primorum Parentum diverticulum fuit totius nostrae damnationes”*. A quéda dos nossos primeiros Paes foi a origem da nossa condennação (*Vulg. Eloq.*, 1, 18)” Eis aqui Dante crendo, e sustentando o dogma do pecado original, negado por Luthero, de quem os falhos interpretes o consideram precursor!’ ”

“*Della Volgare Eloquenza* (da linguagem vulgar). – Não havendo ninguém, que antes d’elle houvesse tractado da linguagem vulgar, e reconhecendo a necessidade, e utilidade de estabelecer regras sobre este assumpto, Dante começou a traçar uma arte poética, fazendo um só corpo de doutrinas esparsas, e ao mesmo tempo fixando em forma doutrinal as varias formas poeticas, seguidas até então, por um accordo espontaneo, pelos poetas. Este trabalho, começado e logo suspenso, depois continuado mas não concluído, toma por ponto de partida a linguagem humana, introduz algumas questões escolásticas, passa á confusão babélica, d’ahi á difusão dos vários idiomas pelo mundo, e pára nos da Europa, e mais particularmente nos da Europa meridional, que o auctor divide summariamente em tres, pelas suas tres affirmações. Estes tres idiomas, do *oc*, do *oïl*, e do *sì*, têm uma raiz em commum, frizam-se em muitos vocábulos. Depois de ter falado das variações d’estes idiomas, e da sua razão de ser, tracta do idioma do *sì*, passa em resenha quatorze dos principais dialectos então falados na Itália, e conclue, que é digno de obter o primado sobre os outros, senão o idioma vulgar, illustre, cardinalicio, aulico e corteção, que é de todas as cidades italianas, e não parece que seja de nenhuma. Dadas as razões, por que chama este idioma illustre, cardinalicio, aulico e corteção, termina o primeiro livro, dizendo que este vulgar illutre é o que ele chama idioma vulgar italiano.

No livro segundo, não concluído, Dante estabelece por quaes pessoas, e de quaes as cousas se devem escrever no vulgar illustre, e começa depois a falar da Canção, o modo mais nobre, que para ella se exige. Dante pois, dizendo vulgar illustre, não entendeu, nem podia entender outra cousa, senão a língua commum á Itália”.

A seguir, Pinto de Campos cita um trecho da *Lettera intorno al libro ‘De Vulgari Eloquio’* de Manzoni e o testemunho de Boccaccio acerca do DVE em seu *Trattatello*.

“No primeiro dos dous livros mencionados [por Boccaccio], diz Giuliani, ‘Dante não quiz discorrer senão da Lingua ou do Idioma primitivo, que pela confusão de Babel se dividiu em uma multidão de linguas, que na Europa meridional se podem reduzir só a

tres; sendo que cada uma d'estas exalta as suas prerrogativas a respeito das outras. A lingua d'oil pretende a preferênciã; pois que, pela sua vulgarisação mais fácil, e mais delectável, nella estam todos os seus livros, que se escreveram no vulgar prosaico. A lingua d'oc allega em seu favor terem os *Eloquentes vulgares* poetado nella, como na mais perfeita, e doce linguagem. A terceira, que é a lingua dos Latinos (*Italorum qui sì dicunt*) affirma a sua proeminencia por dous privilegios: um, porque della foram familiares aquelles, que com maior doçura, e subtileza poetaram em vulgar; e o outro, porque parecem mais apoiar-se na Grammatica latina, que é commum, e isso aos olhos da razão parece gravissimo argumento.' Eis n'estas simples palavras definido que cousa Dante entendesse por vulgar italico ou do sì, e como lhe assignasse o nome de Lingua não menos que ao vulgar de d'oc e d'oil, attribuindo também este nome ao vulgar da Sicilia, e de Apulia, como a todos os nossos vulgares. Mas da mesma forma que se chama vulgar *cremonense* aquelle, que é próprio de Cremona, e lombardo aquelle que é próprio da Lombardia, assim também este vulgar, que é de toda Itália, chama-se vulgar latino, ou, como já havia dito, vulgar da Itália.

Em summa, o livro *De Vulgari Eloquentia* não é somente um tractado de linguística, e de dialectologia. Dante ahi quiz estabelecer, de um lado, que a lingua italiana se presta á alta poesia tão perfeitamente quanto a latina, e, de outro lado, que o dialecto da Toscana, da Lombardia, de que ele se serviu na *Divina Comedia*, é um idioma preferível aos outros dialectos da Italia.”

POLVARA, 1947

Polvara (1947) é o curador de uma obra intitulada *Dante Alighieri: Vita Nuova e opere minori*, publicada em Torino pela Società Editrice Internazionale, uma coletânea que inclui o DVE, com o texto latino seguido de tradução para o italiano. Um exemplar da obra encontra-se no acervo do IEB pertenceu a João Guimarães Rosa, e continha a dedicatória:

“Um'affetuoso ricordo di [ilegível]
Firenze – maggio 1954.”

RAJNA, 1907

Edição latina do DVE estabelecida a partir da comparação entre o códice Trivulziano e o códice de Corbinelli.

RICCI, 1921

Publicou uma dissertação intitulada *De Vulgari Eloquentia de Dante Alighieri. Contribuição crítica para sua interpretação*, apresentada para o concurso de professor para a cadeira de Língua Italiana do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

SALTARELLI, 2013, p. 112

“Conforme o define Landino, Dante é o oceano que recebe os cursos fluviais — os diversos e rivais costumes — das mais diversas direções e os redireciona, emulados, remodelados e superados. Observa Muhana, para quem o poema de Dante é ‘o último grande monumento do trovar em língua vulgar’, que há na sua poesia uma conciliação entre trovadorismo e latinidade romana, a qual se reflete na conciliação entre o sonoro e o argumentativo, entre a música e a retórica. Com efeito, no *De Vulgari Eloquentia*, Dante define a poesia como *fictio rhetorica musicaque*, isto é, ‘ficção composta com retórica e música.’ Assim, é de se esperar que em sua poesia manifeste-se a brilhantez do ornato tanto na dimensão musical quanto na dimensão imagético-conceitual, unindo melopéia, fanopéia e logopéia.”

SOCIETÀ DANTESCA ITALIANA, 1921

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

STERZI, 2006

Analisando DVE 1 ix, Sterzi (2006, p. 38), pontua que Dante não está apresentado somente uma evidência de unidade linguística nesta passagem, mas “a unidade da lírica latina (DVE 1 ix 3), daquela que é chamada em italiano *lirica d’amore*”. A obra em questão, uma tese de doutorado que estuda *A Vita Nuova* é rica em menções ao DVE, contendo, além dessa, mais 62 menções ao tratado de Dante.

TAVONI, 2014

Edição italiana das obras de Dante Alighieri.

THE LATIN LIBRARY, 2018

Textos latinos de Dante Alighieri disponíveis on-line, incluindo, além do DVE, *De Monarchia*, *Eclogae* e *Epistolae*.

TOYNBEE, 1904

Edição britânica das obras de Dante Alighieri.

TRESOLDI, 2011a

Introdução à sua tradução do DVE.

TRESOLDI, 2011b

Tradução para o português do texto latino do DVE.

TRINGALI, 1983, p. 23

“(...) mas, a certa altura de seus escritos teóricos, ensina [Dante] que não convém admitir-se, de acordo com a narração bíblica, que a mulher tenha falado antes que o homem.”

TRINGALI, 1984, p. 90, 151

“Ainda no fim da Idade Média, Dante Alighieri chama a poesia de eloquência, no seu livro *De Vulgari Eloquentia*, onde eloquência significa poesia! Ele chega a definir poesia como uma Retórica! Isso ajuda a entender porque na Renascença, com Petrus Ramus, a Retórica se reduz à elocução, como uma arte da composição e estilo. A Retórica sendo então uma teoria geral da formação literária, a poética se reduz a ser uma parte da Retórica ou a ficar ao lado da Retórica apenas como uma teoria da versificação. Assim, o conceito de poética evolui em função do conceito de retórica.”

“Nos fins da Idade Média, um gênio como Dante Alighieri, discutindo a passagem do Gênesis de acordo com o qual, pelo menos literalmente, a mulher teria falado antes que o homem, segundo a Bíblia, na História da Humanidade quem falou primeiro foi a mulher. O poeta não se contém e afirma que não é razoável e que não convém admitir-se que a mulher tenha falado antes que o homem. Assim pensava o poeta que imortalizou não tanto Beatriz como seu amor por Beatriz.”

XAVIER PINHEIRO, 1888, p. 137 (nota, *Inf.* X, 20), p. 402 (nota, *Inf.* XXVIII, 45), p. 455-456 (nota, *Inf.* XXXII, 3), p. 474-475 (nota, *Inf.* XXXIII, 27) – p. 128, 330, 373, 387 da edição de 1907.

“De Guido como poeta, basta dizer que algumas poesias suas ainda hoje são lidas com prazer. E Dante tendo citado duas vezes versos seus no livro *De vulgari eloquio*, o apresenta (No Purgatório XXV) como o primeiro de seus contemporâneos, deixando em esquecimento Cino da Pistoja (...)”.

“Dante, no liv. II, cap. 2 – De vulgari eloquio – mencionando os assuntos de que trataram nos seus cantos vários poetas illustres de seu tempo, diz que Bertram de Born

cantou as armas.”

“*Mamma e babbo* – vozes que balbuciam as crianças antes de saberem falar: significam mãe e pae. Dante – *De vulgari eloquio*, lib. II, cap. 7: ‘Considera, leitor, quanto has mister desvelar-te na escolha das palavras egrégias; pois, se attentas bem no vulgar illustre, de que os poetas, de cujo ensino nos occupamos, devem usar tragicamente, como acima fica dito, reconhecerás que unicamente reservarás no teu crivo os vocabulos nobilissimos. Não se compreendem n’este numero os que são pueris pela sua simplicidade, como *mamma e babbo, mate e pate*.’”

XAVIER PINHEIRO, 1907, p. 32 (nota, *Purg.* III, 38) 59 (nota, *Purg.* VI, 25), 117 (nota, *Purg.* XI, 33), p. 250 (nota, *Purg.* XXIV, 19), p. 262 (nota, *Purg.* XXV, 12), 272 (nota, *Purg.* XXVI, 31), 273-274 (nota, *Purg.* XXVI, 47) 92 (nota *Par.* IX, 13), 276 (nota, *Par.* XXVI, 45).

“Na Itália, sob o implacável mando e domínio guelfos, foi Dante o primeiro e talvez o único, que se affoutou a ser justo para com esse grande gibelino [Manfredo, mencionado em Purgatório III 38]. No seu livro *De vulgari eloquio* chama-o filho felizmente nascido de Frederico Cesar. Por horríveis que foram seus pecados, coloca-o, não no Inferno, senão no Purgatório, por antes de expirar voltou-se para a Bondade Infinda, simples hypothese do poeta, que prova a sua indulgência e moderação . Juncto ao purgatório, como ensinavam os theologos, tinha Manfredo de passar trinta annos para expiação de cada um dos que vivera sob as censuras ecclesiasticas . Dante admite se lhe reduza o tempo das provanças preliminares, e a posteridade esta attenuação, se bem que ainda severa, da sentença. No entanto, proclamando a sua capacidade real, o seu inestimável character e o seu glorioso pensamento, não desconhece o excesso da ambição de Manfredo.”

“Supõe-se que Dante referiu-se neste canto ao [Sordello] podestà, que escreveu no melhor dialecto italiano e não ao trovador, que metrificou em provençal. Ao primeiro aludiu no cap. XV do lib. I do tratado *Vulgari eloquio*, por estas palavras:

‘*Dicimus ergo quod forte non male opinantur, qui Bononienses arjerunt pulchriori locutione loquentes, cum ab Imolensibus, Ferrariensibus et Mutinensibus circumstantibus aliquid próprio vulgari adscisemt, sicut faccere quoslibet a finitimis seus convicinius, ut Sordellus de Mantua sua ossendit, Creniono, Brixio atque Verono confini; qui tantus eloquentis vir exitens non solum in poetando, sed quomodolibet loquendo, patrium vulgare deseriut.*’

“Guido Cavalcanti, íntimo amigo de Dante, avantajou-se em erudição como philosopho e em engenho como poeta, a Guido Guinicelli, que pertenceu a uma família nobre de Bolonha. Dante o menciona frequentes vezes no tratado *De vulgari eloquio*.”

“Dante, *De vulgari eloquio*, lib I, c. 13:

“Passemos aos toscanos, os quaes, de insensatos, attriuem a si arrogantemente a posse do vulgar illustre, opinião de que se deixam levar os plebeus não sómente, senão também Guittone d’Arozzo, que nunca se deu ao vulgar cortezão, Bonagiunta de Lucca, Gallo Pisano, Mino Mocato de Siena e Brunetto Florentino.”

“No tratado *De vulgari eloquio*, II, 2, também disse Dante: ‘Cumpre saber que no homem há trez almas – vegetal, animal e racional; e assim caminha por trez veredas. Se tem a alma vegetal procura o que [é] útil, no que se assimilha ás plantas; tendo alma, demanda o que é deleitável, no que se parece com os animaes; e pela alma racional, inclina-se ao honesto, no que está só, ou acompanha a natureza angélica. D’esta arte quanto fazemos, se realisa por um d’estes trez modos.’ A doutrina adoptada e exposta por Dante n’este canto e nos trechos acima transcriptos, tem a confirmação no que escreveram Aristóteles, *De generatione animalium*, e S. Tomaz de Aquino, *Summa theológica*.”

“Deste poeta, que Dante, no *De vulgari eloquio*, denominou maximus Guido Guinicelli, disse o Sr. Perrens(...); Gerault Berneuil de Limoges, tovaador muito estimado e aplaudido pelos seus contemporâneos e até por alguns monarchas, no século XIII. Dante que lhe prefere Arnaldo Daniel, seu competidor e coetâneo, o citou no seu livro *De vulgari eloquio*. Era de origem plebal, e falleceu em 1278, epocha que a alguns parece mais recente do que a que se suppõe verdadeira.” Em *Purgatório* XXVI 46 Dante apresenta Arnaldo a falar na sua língua, o provençal. O que escreveu acerca dessa língua no — *De vulgari eloquio* — merece logar aqui. ‘Todo o território, que se prolonga das bocas do Danubio ou ainda da lagoa Meotis até os confins occidentaes (que partem com a Inglaterra, França, Itália e o Oceano) tem um só idioma, posto que ao diante se derivasse em diversos vulgares, usados por Eslavoes, Hungaros, Teutonicos, Saxões e Anglos e outras nações, ficando, porém, como signal — que todos quanto querem affirmar dizem *jo*. Começando do limite d’este idioma, isto é, dos confins do Hungaros para o Oriente, outro ocupou todo esse espaço. O mais que resta da Europa pertence a terceiro idioma, se bem que dividido em trez; e por isso para affirmar diz um *oc*, outro *oil*, e o terceiro *si*: são os dos Hespanhoes, o dos Franceses e dos Italianos. O signal de

que os vulgares d'estas trez nacionalidades procederam do mesmo idioma, é intuitivo: pois muitas idéas se manifestaram pelos mesmos vocábulos, como Deus, ceu, amor, mar, terra, vive, morre. Os que preferem *oc* demoram na parte ocidental que principia dos confins dos Genovezes; os que dizem *sì* estão na parte, que vai d'esses confins para o oriente, isto é, do promontório da Italia, onde começa o seio do mar Adriatico e a Sicilia. Mas os que afirmam com *oïl* quase são septentrionaes com respeito a estes: pois da banda do oriente e do septentrião tem os Allemães, do ponente o mar da Inglaterra e as montanhas de Aragão, do meio dia os Provençaes e a flexão do Appennino.'

Assim disse no c. 8 do lib.; acrescenta no c. 10:

'Certo qualquer d'essas partes se defende com largo testemunho. A língua de *oïl* allega por si que, pelo seu mais fácil e delectavel vulgar, é seu tudo quanto se acha reduzido ou expresso em prova vulgar, isto é, a Biblia, as historias dos Troyanos e Romanos, as belíssimas fabulas do Rei Arthur e muitas outras narrativas e doutrinas. Argumenta a língua de *oc* dizendo que os vulgares eloquentes escreveram n'ella os primeiros poemas, como em língua mais perfeita e doce, como foram Pedro de Alvernia e outros antigos doutores. A terceira, que é a dos Italianos afirma a sua superioridade por dois predicamentos: 1º que foram familiares e amigos seus os que mais subtil e docemente escreveram poemas como Cino de Pistoia e o seu amigo; 2º, que mais se acercam á grammatica, a qual é commum — consideração, que importa gravíssimo argumento ao parecer dos que bem discorrem.'"

"Dante cita um verso de Folco no c. 6 do lib. II, *De vulgari eloquio*:

'Disse Folchetto de Marselha:
Tan m'abellis l'amoros pensamens'"

"Alguns leem *Um* em vez de *El*. Esta lição parece preferível, por estar confirmada pelas próprias palavras de Dante. No tratado *De vulgari eloquio* I, 4, diz: 'E pois, com razão acreditamos que a Adam foi primeiro dado falar a Deus, logo o que foi formado. Que voz fosse a que primeiro proferiu promptamente ocorre a quem discorre com acerto; e não duvido que fosse a que significa Deus, isto é, Eli, ou a moda de interrogação ou a moda de resposta'. No mesmo tratado, I, 6: 'Certa fôrma de falar foi creado por Deus junctamente com a primeira alma. Digo fôrma quanto aos vocabulos das cousas, á construção dos vocabulos e ao proferir da construcção. Dessa fôrma por certo usariam todos os homens na sua linguagem, se por culpa de sua presumpção não

se tivesse desvanecido. Nessa forma de locução falou Adam e todos os seus descendentes até ser edificada a torre de Babel, que se interpreta torre da confusão.””

6.4 Anexo IV – *Uma cronologia do De Vulgari Eloquentia*

1302	Dante inicia a escrita do <i>De Vulgari Eloquentia</i>
1305	Dante deixa o texto do tratado incompleto
1321	Dante falece em Ravena sem ter publicado o <i>De Vulgari Eloquentia</i>
1516	G. G. Trissino relança o tratado por meio de uma tradução para o italiano
1577	Jacopo Corbinelli publica o texto latino do tratado
1868	Alessandro Manzoni dissocia o tratado da Questão da Língua na Itália
1892	Magnien & Prompt lançam a sua edição do tratado em Paris
1896	Piu Rajna publica a sua edição latina do <i>De Vulgari Eloquentia</i>
1917	Ludwig Bertalot encontra o manuscrito mais antigo do tratado
1957	Aristide Marigo publica a sua edição crítica
1958	Primeira tradução brasileira, pelo Pe. Vicente Pedroso, em São Paulo
1968	Pier Vincenzo Mengaldo publica a sua edição crítica
1990	Mariane Shappiro publica a sua tradução comentada em inglês
1996	Steven Botterill publica a sua tradução comentada em inglês
2009	Tradução comentada de Cosimo B. S. Vivai em São Paulo
2011	Tradução de Tiago Tresoldi, comentada por Bordini, em Porto Alegre.